

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLÁVIO MIGUEL SLOBODZIAN

O MAL-ESTAR NA PÓS-GRADUAÇÃO: O IDEAL DO EU E A CLÍNICA
PSICANALÍTICA COM ESTUDANTES DE MESTRADO E DOUTORADO

Curitiba

2025

FLÁVIO MIGUEL SLOBODZIAN

O MAL-ESTAR NA PÓS-GRADUAÇÃO: O IDEAL DO EU E A CLÍNICA
PSICANALÍTICA COM ESTUDANTES DE MESTRADO E DOUTORADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, no Setor de Ciências Humanas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elaine Cristina Schmitt Ragnini

Curitiba

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Slobodzian, Flávio Miguel

O mal-estar na pós-graduação : o ideal do eu e a clínica psicanalítica com estudantes de mestrado e doutorado. / Flávio Miguel Slobodzian. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elaine Cristina Schmitt Ragnini.

1. Psicanálise. 2. Estudantes de pós-graduação. 3. Self (Psicologia). I. Ragnini, Elaine Cristina Schmitt, 1977-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FLAVIO MIGUEL SLOBODZIAN**, intitulada: **O MAL-ESTAR NA PÓS-GRADUAÇÃO: O IDEAL DO EU E A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM ESTUDANTES DE MESTRADO E DOUTORADO**, sob orientação da Profa. Dra. ELAINE CRISTINA SCHMITT RAGNINI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

01/04/2025 20:45:51.0

ELAINE CRISTINA SCHMITT RAGNINI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/04/2025 18:08:46.0

SUELY AIRES PONTES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Assinatura Eletrônica

01/04/2025 15:46:06.0

DEBORA PATRICIA NEMER PINHEIRO

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ)

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, agradeço à Prof.^a Dr.^a Elaine Cristina Schmitt Ragnini pela dedicação e pelo cuidado na orientação deste trabalho, pela disponibilidade constante e, principalmente, pelo voto de confiança que depositou em mim.

Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Débora Patricia Nemer Pinheiro e à Prof.^a Dr.^a Suely Aires Pontes, integrantes da banca, pela disposição em avaliar este trabalho e pelas contribuições que me guiaram neste percurso.

Agradeço aos meus pais, Miguel e Tereza, que, por meio de seu trabalho, possibilitaram a mim e aos meus irmãos a continuidade dos estudos, mesmo em meio a tantas restrições. A eles também sou grato pelo apoio incondicional e por me permitirem saber que tenho um lugar para onde retornar.

Agradeço a Amanda Blaszczyk pela paciência e compreensão ao longo de todo este percurso. Obrigado por todo o seu amor nestes períodos conturbados.

Também sou grato aos amigos que estiveram ao meu lado nesta etapa, em especial Amanda Calvetti Corrêa, Máisa Baiersdorf Schneider e Marcelo Renó Arbex, colegas de pós-graduação que compartilharam comigo este trajeto e deram contribuições significativas ao desenvolvimento do trabalho. A amizade e a colaboração de vocês foram essenciais para tornar esta experiência mais leve.

Por fim, agradeço a todos que, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), tornaram possível a realização deste trabalho. Este reconhecimento se dirige tanto aos professores que me acompanharam desde a graduação quanto aos profissionais do Centro de Atenção à Saúde da UFPR (CASA 4), cuja colaboração foi fundamental para o êxito desta jornada. Por último, dedico esta obra a todos os estudantes que tive a oportunidade de atender e que inspiraram esta dissertação.

Não sou a favor da fabricação de visões do mundo. Isso deve ser deixado para os filósofos, que confessadamente acham inexequível a jornada da existência sem um guia de viagem como esse, que informa sobre tudo. Aceitemos humildemente o desprezo com que eles nos olham, do alto de sua sublime carência. Mas, como também não podemos negar nosso orgulho narcísico, acharemos consolo na reflexão de que todos esses "guias de existência" envelhecem rapidamente, de que é justamente nosso trabalho miúdo, estreito e míope que torna necessárias novas edições deles, e de que inclusive os mais modernos desses guias são tentativas de achar substituto para o velho catecismo, tão cômodo e tão completo. Sabemos que até agora a ciência pôde lançar muito pouca luz sobre os enigmas deste mundo; o barulho dos filósofos nada mudará isso, apenas a paciente continuação do trabalho que tudo subordina à exigência de certeza pode gradualmente produzir mudança. Ao cantar na escuridão, o andarilho nega seu medo, mas nem por isso enxerga mais claro.

FREUD, 1926

RESUMO

A presente dissertação investiga o mal-estar vivenciado por estudantes de pós-graduação sob uma perspectiva psicanalítica, tendo como eixo central o conceito de Ideal do Eu em Freud e Lacan. Para tratar do tema partimos da experiência vinda do atendimento clínico realizado no âmbito do Centro de Atenção à Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ambulatório de saúde mental que atende a comunidade universitária. O conceito Ideal do Eu, juntamente com o Supereu, está diretamente relacionado ao sentimento de culpa e de inferioridade na teoria psicanalítica, o que o torna fundamental para compreender o fenômeno da autocobrança exarcebada, frequentemente observado na clínica com estudantes de pós-graduação. Esse conceito também apresenta uma relevante dimensão social, que possibilita articular o sofrimento desses estudantes à racionalidade neoliberal, marcada pela ênfase na produtividade e no desempenho. Como estratégia de pesquisa, inicialmente foi realizada uma ampla revisão do conceito de Ideal do Eu nas obras de Freud e Lacan. Em seguida, abordamos dois casos clínicos que permitiram dar maior materialidade às questões relacionadas ao mal-estar vivenciado por esses estudantes. Por fim, discutem-se os limites e as potencialidades da prática psicanalítica no atendimento a alunos de pós-graduação, evidenciando caminhos possíveis para enfrentar o sofrimento nesse contexto.

Palavras-chave: Mal-estar; Ideal do Eu; Pós-graduação; Universidade; Psicanálise.

ABSTRACT

This dissertation investigates the malaise experienced by graduate students from a psychoanalytic perspective, focusing on the concept of the Ego Ideal in the works of Freud and Lacan. To address this topic, we draw on the clinical experience gained at the Health Care Center of the Federal University of Paraná (UFPR), a mental health outpatient clinic serving the university community. The concept of the Ego Ideal, together with the Superego, is directly linked to feelings of guilt and inferiority in psychoanalytic theory, making it essential for understanding the phenomenon of excessive self-criticism frequently observed in graduate student clinical work. This concept also has a significant social dimension, enabling a connection between these students' suffering and neoliberal rationality, characterized by an emphasis on productivity and performance. As a research strategy, we began with a comprehensive review of the Ego Ideal in Freud's and Lacan's writings. We then presented two clinical cases that lend greater concrete substance to the issues surrounding the malaise experienced by these students. Finally, we discuss the limits and potentialities of psychoanalytic practice in working with graduate students, highlighting possible ways of addressing their distress in this context.

Keywords: Discontent; Ideal of the Ego; Graduate Studies; University; Psychoanalysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – O esquema L.....	42
FIGURA 2 – Experiência do buquê invertido.....	44
FIGURA 3 – Esquema óptico	45

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA 4	Centro de Atenção à Saúde
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
P4E	Pró-Reitor de Pertencimento e Políticas de Permanência Estudantil.
PNL	Programação Neurolinguística
PPG	Programa de Pós-Graduação
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	12
2	CARACTERIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO E A ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NO ENSINO SUPERIOR.....	16
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	16
2.1.1	Aspectos históricos do Ensino Superior no Brasil.....	16
2.1.2	Organização do Ensino Superior no Brasil.....	21
2.2	SAÚDE MENTAL E PÓS-GRADUAÇÃO.....	25
2.3	O CENTRO DE ATENÇÃO À SAÚDE (CASA 4).....	27
3	TEORIA E CLÍNICA NA PESQUISA PSICANALÍTICA.....	30
3.1	A DIMENSÃO POLÍTICA DA CLÍNICA PSICANALÍTICA.....	32
3.2	PSICANÁLISE EM EXTENSÃO E O PSICANALISTA CIDADÃO.....	33
3.3	MAL-ESTAR, SOFRIMENTO E SINTOMA.....	35
4	IDEAL DO EU NA OBRA DE FREUD E LACAN.....	39
4.1	O INCONSCIENTE É ESTRUTURADO COMO UMA LINGUAGEM.....	39
4.2	A TÓPICA DO IMAGINÁRIO E O ESTÁDIO DO ESPELHO.....	41
4.3	DO EU IDEAL AO IDEAL DO EU.....	43
4.4	A IDENTIFICAÇÃO E O COMPLEXO DE ÉDIPO EM FREUD.....	47
4.5	LACAN E A METÁFORA PATERNA.....	51
4.6	IDEAL DO EU E COMPLEXO DE ÉDIPO.....	55
4.7	ALIENAÇÃO E SEPARAÇÃO.....	59
5	O IDEAL DO EU E O MAL-ESTAR NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	62
5.1	DO IDEAL DO EU AO IMPERATIVO DO SUPEREU.....	64
5.2	O SENTIMENTO DE CULPA INCONSCIENTE E A ANGÚSTIA.....	69
5.3	OS DILEMAS DO IDEAL DO EU.....	74
6	O PRODUTIVISMO ACADÊMICO E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL.....	78
6.1	O NEOLIBERALISMO E O EMPRESÁRIO DE SI.....	80
6.2	AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E O MERCADO DE "DESENVOLVIMENTO PESSOAL".....	86
7	CONCLUSÃO.....	89
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

1. INTRODUÇÃO

"O doutorado é prejudicial à saúde mental" – essa é a manchete de um artigo de Pablo Barrecheguren (2018) no jornal *El País*. Com esse título o jornalista apresenta os resultados da pesquisa conduzida por Evans *et al.* (2018), que traz dados alarmantes sobre a saúde mental de pós-graduandos ao redor do mundo. Segundo Evans *et al.* (2018), estudantes de mestrado e doutorado têm seis vezes mais chances de experimentar depressão e ansiedade em comparação com a população em geral, evidenciando assim uma crise de saúde mental na pós-graduação. Esse cenário convoca a ação das instituições de ensino superior para mitigar essa crise, envolvendo, inclusive, o trabalho de profissionais de saúde mental no atendimento à população universitária.

Nesse contexto, a presente investigação recorreu ao arcabouço teórico da psicanálise, visando contribuir para a compreensão disso que podemos chamar de mal-estar na pós-graduação. Acreditamos que a psicanálise, além de contribuir para a abordagem clínica do sofrimento dos estudantes de mestrado e doutorado, pode servir para ampliar nossa compreensão acerca das práticas sociais que estão presentes na academia e são diretamente associadas a esse fenômeno.

Então, para avançar na delimitação do nosso tema de pesquisa, tomarei a liberdade de introduzir aqui uma breve menção sobre a minha trajetória pessoal, que conduziu à questão central desta investigação. A inquietação que motivou esta dissertação originou-se de meu trabalho no Centro de Atenção à Saúde da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ambulatório conhecido como CASA 4. Esse estabelecimento de saúde conta com uma equipe de psicologia, na qual estou inserido, e atende além de alunos de pós-graduação, os servidores da universidade e seus dependentes¹.

Embora meu ingresso no CASA 4 tenha sido através do serviço de psicologia, minha atuação clínica é orientada pela psicanálise. Considerando a psicologia e a psicanálise como disciplinas distintas, e por vezes até mesmo concorrentes, não podemos ignorar que no contexto brasileiro é sob a égide da psicologia que muitos psicanalistas puderam se inserir em diversas instituições ao longo das últimas décadas, em especial nas instituições de saúde mental (Figueiredo, 1997; Rosa, 2001). Além disso, é importante destacar que no Brasil os

¹ Quando falamos de servidores, nos referimos aos técnico-administrativos e ao corpo docente. Atualmente o serviço de psicologia do CASA 4 não atende alunos de graduação, que são encaminhados ao serviço de psicologia da Pró-Reitoria de Pertencimento e Políticas de Permanência Estudantil (P4E-UFPR).

cursos de psicologia se apresentam como uma importante via de contato com o ensino da psicanálise (Fonteles e Coutinho, 2016; Mezan, 2002).

A inserção da psicanálise nas instituições pode exigir algumas adaptações do seu enquadramento ao contexto institucional no qual ele opera (Figueiredo, 1997). Considerando a minha atuação no CASA 4, deparei-me com diversos limites para atender às recomendações de Freud (1912/2010a; 1913/2010b) apresentadas em seus "Escritos sobre a técnica". Estes limites assemelham-se aos encontrados em clínicas-escolas ou clínicas públicas, destacando-se a ausência de pagamento pela sessão, o tratamento com tempo limitado, a falta de divã, entre outros.

Vale ressaltar que, apesar de Freud (1912/2010a; 1913/2010b) ter estabelecido uma série de recomendações técnicas, não dispomos, na psicanálise, de um protocolo geral para o tratamento. Essa redução da escuta psicanalítica a um protocolo nem mesmo seria desejável. Conforme afirmam Romanin e Roso (2012, p. 349):

Longe de poder ser reduzida a um protocolo técnico, a experiência com a psicanálise tem apenas uma regularidade: a da originalidade do cenário individual através do qual se manifesta a singularidade subjetiva. Portanto, a psicanálise não é uma técnica (tais quais as demais ciências), mas sim um discurso regido por princípios que encorajam cada um a produzir sua singularidade, sua exceção.

Seguindo esse princípio, no cotidiano dos atendimentos clínicos realizados no CASA 4, procurei considerar cada caso em sua singularidade. Assim, se o sujeito atendido é um estudante de mestrado ou um servidor da universidade, isso poderá ser relevante ou não, dependendo da escuta de cada caso. Entretanto, ao longo do tempo e com o acúmulo de atendimentos nesse contexto, pode-se observar uma recorrência de temas, queixas e sintomas entre os estudantes de mestrado e doutorado. Diante da constatação de certa especificidade no tratamento desses estudantes, julgamos necessário um retorno ao arcabouço conceitual da psicanálise para depurar essa especificidade.

A teoria psicanalítica dispõe de uma intrincada trama de conceitos que poderiam contribuir para esclarecer aspectos específicos da subjetividade dos estudantes de pós-graduação. Contudo, considerando os limites desta dissertação, é necessário selecionar um conceito central que servirá como ponto de partida para nossa investigação. Nesse sentido, a partir de leituras preliminares, julgamos necessário tomar como objeto de pesquisa o conceito de Ideal do Eu, abordando-o em sua relação com a clínica com estudantes de pós-graduação.

No atendimento aos pós-graduandos, é frequente ouvir queixas sobre sintomas de ansiedade, pânico, falta de concentração, insônia, procrastinação, perfeccionismo, dificuldade de escrita e também a chamada "síndrome do impostor". Essas queixas são muitas vezes consideradas obstáculos que impedem os estudantes de atender às demandas da pós-graduação. No entanto, ao longo dos atendimentos, observa-se que essas demandas são, com frequência, mais "auto-cobranças" do que efetivas demandas do programa.

Nesse contexto, podemos abordar o conceito de Ideal do Eu, na medida em que ele corresponde ao Ideal "pelo qual o Eu se mede, o qual busca igualar, e cuja demanda por uma perfeição cada vez maior ele se empenha em satisfazer" (Freud, 1933/2010c, p. 203). Desta maneira, o Ideal do Eu é um guia para o Eu, mas é também o lugar dessa injunção, que ordena como Supereu (Léger, 1989). A partir da retomada desse conceito na obra de Freud e Lacan, poderemos abordar a constituição do Ideal do Eu, a forma como esse Ideal aparece na academia e a sua relação com o mal-estar apresentado pelos estudantes de mestrado e doutorado.

Portanto, nossa pesquisa será orientada pela seguinte pergunta: Como o conceito psicanalítico de Ideal do Eu pode ser mobilizado para compreender e abordar a especificidade da clínica com estudantes de pós-graduação?

A partir dessa questão, abordamos como o Ideal do Eu está diretamente implicado no sofrimento dessa população. Aqui analisaremos em especial a conexão destes conceitos com as demandas exacerbadas de produtividade e com os elevados padrões de autoexigência que surgem na escuta dos estudantes. Esse conceito também apresenta uma relevante dimensão social, que possibilita abrir a nossa discussão para articular o sofrimento desses estudantes à racionalidade neoliberal, marcada pela ênfase na produtividade e no desempenho.

Além de oferecer fundamentos teóricos que possam subsidiar a prática clínica no atendimento psicanalítico de pós-graduandos, a presente pesquisa também procura contribuir para a promoção de uma escuta mais sensível às especificidades dessa população. Assim, para além do âmbito clínico, acreditamos que a reflexão proposta pode ter um impacto institucional mais amplo, uma vez que a problematização levantada toca no tema do produtivismo acadêmico.

1.1. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para responder nossa questão de pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa. Conforme definido por Minayo (2009), a pesquisa qualitativa ocupa-se do universo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, os quais, por alguma razão, não podem ou não devem ser quantificados. Essa abordagem enfatiza a compreensão e interpretação dos fenômenos, distinguindo-se da ênfase dada à descrição e quantificação inerentes às pesquisas quantitativas. Nesse sentido, considerou-se a pesquisa qualitativa mais adequada para responder à nossa questão de pesquisa, além de estar mais alinhada com o referencial teórico adotado, isto é a psicanálise².

Como estratégia de pesquisa, empreendemos uma ampla revisão dos textos de Freud e Lacan que abordam o conceito de Ideal do Eu. Consultamos, também, obras de outros psicanalistas que ofereçam contribuições relevantes para a compreensão desse conceito. Os resultados obtidos por meio da revisão da literatura serão analisados à luz da teoria psicanalítica e da experiência clínica do autor, visando evidenciar as principais contribuições para a prática clínica com alunos de pós-graduação. As elaborações teóricas serão complementadas com a apresentação de dois casos clínicos que devem conferir maior materialidade aos argumentos desenvolvidos.

Quanto à seleção dos textos de Freud, destacam-se os trabalhos nos quais o fundador da psicanálise aborda o conceito de Ideal do Eu de forma mais direta, tais como "Introdução ao Narcisismo" (1914), "Psicologia das Massas e Análise do Eu" (1921) e "O Eu e o Id" (1923). Para a seleção de textos de Lacan, recorreremos como ponto de partida ao "Index de Referências dos Seminários de Jacques Lacan" (Krutzen, 2009), que lista os momentos da obra desse autor que fazem referência ao conceito em questão. Nesta seleção de textos de Lacan que abordam o conceito de Ideal do Eu, destacam-se os "Seminários: Livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud" (1953-1954) e o "Livro 5: As Formações do Inconsciente" (1957-1958). Além disso, são relevantes os escritos "Observação sobre o Relatório de Daniel Lagache" (1960) e "Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente Freudiano" (1960). Contudo, ao longo do desenvolvimento do trabalho outras obras de Freud e Lacan tiveram que ser somadas nessa seleção para compor a análise proposta.

Em relação aos casos apresentados e demais referências à clínica citadas ao longo do texto, destaca-se que estas originam-se dos registros de atendimento do pesquisador e, em observância ao sigilo, não serão identificados nomes ou dados que possam revelar a identidade dos sujeitos envolvidos. Deste modo, a pesquisa atende à Resolução do Conselho Nacional de Saúde número 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Tal normativa prevê que a pesquisa que objetiva o

² Uma apreciação mais detalhada do referencial teórico empregado pode ser encontrada no próximo capítulo.

aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional não será registrada no Sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), desde que resguardem os dados que possam identificar o sujeito.

Destaca-se ainda que foram escolhidos casos cujos tratamentos já foram encerrados, de modo que a pesquisa não ocorra durante o andamento do tratamento, o que poderia interferir no mesmo. Quanto aos critérios de seleção, adotamos a orientação proposta por Dunker e Zanetti (2017), que privilegia os casos que se apresentam como enigmas. Diferentemente de um caso ilustrativo, cuja finalidade seria exemplificar um conceito, o caso enigmático introduz uma opacidade que exige elaboração teórica. Esses são casos que requerem um trabalho de reconstrução e de invenção, tanto para o analista quanto para a própria psicanálise enquanto campo. Estes casos desestabilizam as certezas do analista, forçando-o a se reposicionar e, em algumas ocasiões, rever os conceitos em jogo.

Dessa forma, os casos apresentados não se destacam necessariamente por representarem êxitos terapêuticos evidentes, mas sim por despertarem inquietações e questionamentos relevantes para a reflexão clínica. Nesse sentido, as discussões que acompanham o caso não devem ser tomadas como um manual para interpretação, mas sim como um exercício de reflexão que busca contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento teórico da psicanálise.

Feitas essas considerações metodológicas, podemos apresentar nossos objetivos e delinear a trajetória metodológica nos seguintes termos:

OBJETIVO GERAL

- Investigar como o conceito psicanalítico de Ideal do Eu pode ser mobilizado para compreender e abordar as especificidades da clínica com estudantes de pós-graduação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a produção de Freud e Lacan sobre o Ideal do Eu e examinar seu papel na constituição do sujeito e na formação do Supereu, investigando como esse conceito se articula com as demandas percebidas pelos estudantes de pós-graduação.
- Discutir o papel do Ideal do Eu na clínica psicanalítica com foco especial no atendimento aos estudantes de pós-graduação.

- Investigar a relação entre o Ideal do Eu e o produtivismo acadêmico, no contexto da racionalidade neoliberal.

Para alcançar os objetivos propostos e seguindo a metodologia estabelecida, esta dissertação está organizada da seguinte forma:

Começamos pelo capítulo “Caracterização da Pós-Graduação e a Atenção à Saúde Mental no Ensino Superior”, no qual traçamos um panorama histórico e atual da pós-graduação brasileira, abordando também pesquisas sobre saúde mental no ambiente acadêmico, com foco nos altos índices de sofrimento psíquico entre mestrandos e doutorandos. Além disso, apresentamos a experiência do CASA 4, da UFPR, e a integração da clínica psicanalítica no contexto institucional.

No capítulo “Teoria e Clínica na Pesquisa Psicanalítica”, discutimos os fundamentos teóricos da psicanálise, destacando a relação entre teoria e prática clínica. Exploramos o conceito de psicanálise em extensão e a atuação clínica diante das dimensões sociais e políticas do sofrimento, além de esclarecer o conceito de mal-estar adotado na pesquisa.

No capítulo “Ideal do Eu na Obra de Freud e Lacan”, percorremos a obra destes autores destacando as principais contribuições para o tema. Aqui analisamos a distinção entre Ideal do Eu e eu ideal, baseada na diferença entre imaginário e simbólico proposta por Lacan em sua virada estruturalista. Também exploramos o estágio do espelho, o complexo de Édipo e as operações de alienação e separação, relacionando-as a conceitos como narcisismo e identificação.

No capítulo “O Ideal do Eu e o Mal-Estar na Pós-Graduação”, investigamos a relação entre o Ideal do Eu e o mal-estar no contexto acadêmico. Por meio de dois casos clínicos, discutimos como esse conceito se articula com o Supereu, a culpa, o sentimento de inferioridade e as autocobranças presentes na pós-graduação.

No capítulo “O Produtivismo Acadêmico e a Racionalidade Neoliberal”, refletimos sobre o produtivismo acadêmico e a influência da racionalidade neoliberal, que transforma a forma-empresa em um modelo de gestão de si mesmo. Discutimos como essa dinâmica se relaciona com o Ideal do Eu e analisamos os limites e possibilidades de atuação nas instituições de ensino superior.

Por fim, na Conclusão, sintetizamos as contribuições teóricas e práticas da pesquisa, destacando a relevância do Ideal do Eu para compreender a intersecção entre subjetividade e demandas institucionais. Apontamos ainda as limitações do estudo e sugerimos direções para pesquisas futuras nesse campo.

2. CARACTERIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO E A ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo, buscamos apresentar um panorama da pós-graduação no Brasil, discutindo seu desenvolvimento histórico e sua estrutura organizacional. Para isso, abordamos, primeiro, numa perspectiva histórica, os impactos das reformas universitárias, o crescimento da pós-graduação e as políticas de inclusão de fomento do ensino superior. Essa retomada histórica será importante para compreender a atual configuração da pós-graduação no Brasil. A partir dessa caracterização, passamos à discussão sobre a saúde mental na pós-graduação, destacando pesquisas que evidenciam altos índices de sofrimento mental entre mestrandos e doutorandos. Em seguida, apresentamos a experiência do Centro de Atenção à Saúde da UFPR (CASA 4), onde se insere a prática clínica que subsidia a reflexão desta pesquisa.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

2.1.1. Aspectos históricos do Ensino Superior no Brasil

Em comparação com outros países da América Latina, o Brasil deu início tardiamente à criação de suas primeiras instituições de ensino superior. Isso se deve ao rígido monopólio que Portugal exercia sobre a educação superior em suas colônias, impedindo o desenvolvimento desse tipo de instituição durante o período colonial. Nesse contexto, os poucos indivíduos que tinham acesso a esse nível educacional eram aristocratas e funcionários de alta hierarquia, que se viam obrigados a deslocar-se para a Universidade de Coimbra, em Portugal, para dar sequência aos seus estudos (Filho, 2008).

Essa dinâmica começou a mudar com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808. Nesse mesmo ano, D. João VI estabeleceu a primeira instituição de ensino superior do país, a Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar, na Bahia (Filho, 2008). Até o final do período imperial, em 1889, o Brasil contava apenas com seis escolas superiores, dedicadas à formação de juristas, médicos e engenheiros. Nas três décadas subsequentes, houve uma significativa expansão do número de instituições de ensino, muitas das quais fundadas pelo setor privado, sobretudo por iniciativas confessionais católicas. Somente a partir de 1912, já no período republicano, começaram a ser criadas as primeiras universidades brasileiras, que se constituíram pelo agrupamento de cursos superiores já existentes na época (Neves, 2002).

2.1.1.1. A Reforma Universitária de 1968

Inicialmente, as universidades brasileiras se estruturam seguindo o modelo europeu de ensino superior, modelo influenciado pela concepção humboldtiana³ de universidade. Essa orientação predominou até a reforma universitária de 1968, impulsionada pelo Parecer Sucupira de 1965. Esse documento marcou uma guinada significativa em direção ao modelo norte-americano de ensino superior, reorientando assim as diretrizes e a estrutura das universidades do Brasil.

A nova universidade passou a ser organizada por departamentos, substituindo a antiga cátedra. Foram instituídos o regime semestral e o sistema de créditos, assim como estabelecida a opção de tempo integral para o contrato dos professores e a necessidade de obtenção de títulos de mestre e de doutor pelos docentes como condição para progressão na carreira acadêmica (Neves e Martins, 2016, p. 98).

A reforma de 1968 também marcou a institucionalização da pós-graduação no Brasil, substituindo um sistema anterior baseado em faculdades isoladas com foco no ensino profissionalizante e, assim, reforçando a orientação para a pesquisa no âmbito universitário (Neves e Martins, 2016). Apesar da inspiração no modelo norte-americano, a reforma não promoveu uma equivalência direta entre os diplomas de graduação brasileiros e os emitidos pelos *colleges* americanos. Críticos, como Naomar de Almeida Filho (2008), classificam a reforma como incompleta:

O fato de ter sido um movimento gerado pela ditadura militar, imposto de cima, provavelmente fez com que os pontos positivos da proposta de reforma se perdessem no volume da reação. Assim, a única reforma sistêmica que a universidade brasileira experimentou em sua curta história criou uma espécie de salada, ou talvez um pequeno monstro, um Frankenstein acadêmico, tanto em termos de modelo de formação quanto de estrutura institucional (Filho, 2008, p.137).

Sublinhando o contexto de ditadura militar no qual se deu a reforma de 1968, Marilena Chauí (2001) aponta também para a influência dos Relatórios Atcon e Meira Mattos. Estes

³ Wilhelm von Humboldt foi um filósofo iluminista que propôs, em 1810, uma reforma para o ensino superior alemão que até hoje impacta a organização universitária no ocidente. A reforma humboldtiana consolidou o sistema de gestão acadêmica com base no conceito de cátedra (*katheder*), que representa uma instância na qual coincidem a governança institucional e a repartição entre os campos do conhecimento. Assim, a universidade humboldtiana sugere a presença de um líder intelectual autônomo para cada disciplina científica, responsável tanto pela gestão dos processos administrativos quanto pela condução acadêmica dos conteúdos curriculares. Assim, como legado, Humboldt introduziu o princípio da "liberdade de cátedra", princípio ainda fundamental nas discussões sobre a gestão universitária e a prática docente no ensino superior (Filho, 2008).

documentos serviram de base para o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) e deixam evidentes as diretrizes político-econômicas que orientaram essa transformação.

O Relatório Atcon defendia a necessidade de tratar a educação como um fenômeno quantitativo. Para isso, propunha a adoção de um modelo universitário inspirado na administração das grandes empresas, priorizando eficiência e produtividade. Por sua vez, o Relatório Meira Mattos preocupava-se com a disciplina dos estudantes e com autoridade do novo regime que se impunha no país.

Além dessa preocupação disciplinar, o Relatório Meira Mattos também incorporava à reforma os princípios da administração aplicados ao ensino superior:

Os princípios de taylorização presentes nas teorias de administração valorizadas pelos teóricos americanos e brasileiros envolvidos na reforma, introduziram a sistemática de parcelamento do trabalho na universidade. Todavia, se essa dinâmica era relevante para a empresa, para a universidade significou a fragmentação do trabalho, a despolitização e a desarticulação estudantil. (Boschetti, 2007, p. 226)

A departamentalização, um dos pilares da reforma de 1968, também refletia esse princípio de "máximo rendimento". Sob essa lógica, disciplinas afins foram agrupadas, num mesmo espaço físico – uma única sala de aula – levando à redução dos custos materiais, desde o uso de giz até o mobiliário. A mesma lógica se aplicou ao corpo docente, de modo que agora um mesmo professor ministrava aulas para um número maior de alunos (Chauí, 2001).

Após a reforma de 1968, as mudanças no âmbito da educação superior continuaram refletindo as dinâmicas políticas e sociais de cada época. Assim, na década de 1970, ainda sob o regime militar, observou-se um foco na formação de profissionais que atendessem às demandas imediatas do mercado de trabalho. Já a partir dos anos 1980, soma-se a ampla expansão do ensino privado, que passou a ter um papel cada vez mais relevante no país. Simultaneamente, na década de 1980, foram estabelecidas parcerias entre universidades públicas e empresas privadas, buscando harmonizar a produção acadêmica e científica com os interesses do setor produtivo (Chauí, 2014).

A expansão do ensino superior até o final dos anos 1990 se deu com o crescente alinhamento da universidade às demandas de mercado, o que ocorreu simultaneamente com a precarização do ensino nestas instituições (Chauí, 2014). Nesse sentido, Chauí (2001), ao avaliar a educação superior no início dos anos 2000, observa que a graduação se transformava em um "segundo grau avançado", focado na "formação rápida e barata de mão de obra diplomada" (Chauí, 2001, p. 38). Enquanto isso, a pós-graduação manteve-se como um

espaço elitizado, limitada para um grupo exclusivo de estudantes que teriam acesso à "verdadeira formação universitária" (Chauí, 2001, p. 38).

2.1.1.2. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

Mesmo com essa expansão do ensino superior, no início dos anos 2000 o acesso à graduação permanecia restrito no país. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que no ano 2000 apenas 9,1% dos jovens entre 18 e 24 anos haviam ingressado em alguma instituição de nível superior. A taxa de estudantes matriculados e ativos era ainda menor: 7,4% para a mesma faixa etária (Corbucci, 2014).

Diante desse cenário, o governo federal executou a partir de 2003, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A iniciativa tinha como objetivo principal impulsionar a inclusão educacional, ampliando a oferta de vagas e modernizando a infraestrutura das instituições públicas. Ao longo de sua vigência, até 2014, o programa direcionou esforços para a interiorização e integração regional do ensino superior, inaugurando diversas universidades em regiões fora dos grandes centros urbanos (Paula e Almeida, 2020).

Contudo o projeto enfrentou críticas quanto à sua execução. Os prazos curtos para elaboração de planos de reestruturação, aliados à ausência de critérios para expansão, limitaram a eficácia do programa (Paula e Almeida, 2020). Destaca-se ainda que essa expansão não foi acompanhada por investimentos proporcionais na força de trabalho, o que culminou em um corpo docente e técnico-administrativo desfalcado.

Nesse sentido, Silva (2015) destaca que a carência de servidores técnico-administrativos nesse período levou muitas universidades a adotarem a terceirização como solução imediata. Essa tendência foi intensificada com a extinção de cargos vinculados a serviços de apoio, como manutenção e segurança, impedindo novas contratações diretas para essas funções. Assim, embora o REUNI tenha ampliado o acesso ao ensino superior, legou desafios estruturais como a crescente precarização do trabalho nas universidades.

Apesar disso, os resultados quantitativos foram expressivos. Entre 2002 e 2014, o número de Instituições de Ensino Superior públicas saltou de 45 para 63, enquanto os *campi* federais passaram de 148 para 321 no mesmo período. As matrículas nas instituições públicas também refletiram essa expansão e foram de 500.459 em 2002, para 932.263 em 2013, registrando um aumento de 86,28% (MEC, 2014).

2.1.1.3. A Lei de Cotas

O ensino superior no Brasil se apresenta como um território em disputa, nos quais se confrontam diferentes interesses e projetos de sociedade. Um desses projetos é representado por aqueles que defendem o ensino superior como um espaço essencialmente democrático, que deveria ser aberto a todos e cujo papel primordial seria a formação dos cidadãos e a elevação do nível social e cultural da população. Esse projeto se confronta, por um lado, com os interesses daqueles que visam a subordinação do ensino superior às exigências do mercado, priorizando o ensino meramente técnico em maior escala. Por outro lado, porém, ela é confrontada também pelo interesse daqueles que vêm na universidade um meio da manutenção do um *status quo* de elites. Ou seja, nessa perspectiva, a universidade deveria se manter como um espaço restrito, perpetuando privilégios de grupos historicamente dominantes.

O fato é que apesar da expansão do ensino superior, a universidade ainda se manteve em grande parte de sua história como um espaço excludente e elitista, perpetuando no seu interior as desigualdades sociais e educacionais do país. Esse cenário contribuiu para o agravamento da segregação de certos recortes da população, isto é, a população pertencente a grupos étnico-raciais historicamente marginalizados e de baixa renda.

Conforme destaca Nierotka e Trevisol (2018), ao longo da história da universidade no Brasil, observou-se que estudantes provenientes de famílias com maior poder aquisitivo tendiam a ocupar as vagas nas instituições públicas, enquanto aqueles estudantes de baixa renda, quando tinham acesso ao ensino superior, frequentavam as universidades privadas.

Esse padrão perdurou até o início dos anos 2000, resultando, até recentemente, em uma predominância maciça de estudantes brancos e de alta renda nos bancos universitários (Arretche, 2015). Essa realidade reflete o legado histórico dos três séculos de escravidão no Brasil, que deixaram marcas que não se encerraram no período colonial, e que se perpetuam pelas subsequentes políticas que intensificaram as disparidades econômicas e sociais (Nierotka e Trevisol, 2018). Com o objetivo de mitigar essa desigualdade estrutural, ações afirmativas começaram a ser implementadas de forma isolada por algumas universidades a partir de 2001. Mesmo enfrentando resistência de setores conservadores da sociedade e apesar do debate polarizado sobre o assunto, em 2012, tais medidas foram consolidadas por meio da Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas. Essa legislação determina que as instituições federais de ensino superior reservem, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que

cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual, há uma subreserva para autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. A proporção de vagas para essa população é estabelecida com base na composição demográfica de cada estado, conforme dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Lei de Cotas tem promovido mudanças significativas na composição do corpo discente das universidades brasileiras, possibilitando o ingresso de um público mais diverso e representativo da sociedade. Segundo o último levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2018), o percentual de negros(as) na população universitária alcançou 51,2%. Além disso, 70,2% dos discentes situam-se na faixa de renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. No entanto, a efetividade dessas transformações tem sido limitada pela ausência de políticas robustas que garantam a permanência destes estudantes. A falta de suporte financeiro, acadêmico e psicossocial tem sido um obstáculo para a consolidação de uma verdadeira inclusão (Silva, 2022).

Com a diversificação do perfil dos estudantes, a universidade tem sido desafiada a reconhecer e valorizar outras perspectivas e formas de conhecimento que, historicamente, foram silenciadas e marginalizadas. Isso implica uma maior consideração de saberes produzidos por grupos que, até então, eram excluídos dos espaços acadêmicos, promovendo um diálogo mais plural e democrático, diminuindo assim a distância entre o conhecimento produzido na universidade e a vida cotidiana das populações (Albernaz e Carvalho, 2022). Contudo, para que essa transformação também seja consolidada, é fundamental que a universidade não apenas amplie o acesso e crie condições efetivas para a permanência desses estudantes, mas também amplie a discussão sobre as desigualdades que se reproduzem no interior das instituições de ensino superior.

2.1.2. Organização do Ensino Superior no Brasil

A estrutura educacional no Brasil é regida pela Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), que distingue dois níveis principais de ensino: a educação básica e a educação superior. A educação básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Já a educação superior abrange cursos sequenciais, de extensão, graduação e pós-graduação, representando o nível educacional que sucede a educação básica.

As Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil são reguladas pelo Ministério da Educação (MEC) e podem ser classificadas em (1) faculdades, (2) centros universitários e (3) universidades. Para obter o *status* de universidade, uma IES deve atender a critérios específicos definidos pelo MEC, que incluem, entre outros, a proporção de professores com titulação de mestre e doutor e a condução de programas de iniciação científica e extensão. Dentre as categorias de IES, as universidades destacam-se por possuírem a maior autonomia, incluindo a liberdade para criar novos cursos de graduação e registrar seus próprios diplomas sem necessidade de autorização prévia do MEC, conforme estipulado pelo Decreto nº 9.235/2017 (Brasil, 2017).

2.1.2.1. Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*

A pós-graduação, como o nome sugere, corresponde ao estágio educacional subsequente à graduação. A caracterização desse nível educacional encontra respaldo no Parecer Sucupira (Brasil, 1965), documento que fundamentou a estrutura da pós-graduação no Brasil na forma que a conhecemos atualmente. Este parecer estabelece como objetivos para a pós-graduação: (1) a formação de docentes para o ensino superior; (2) o fomento à pesquisa científica; e (3) o treinamento de técnicos e profissionais de alto padrão para atender às demandas de desenvolvimento nacional em diversos setores.

Observamos no estabelecimento desses objetivos que a pós-graduação orbita entre o desenvolvimento científico e o desenvolvimento profissional. Decorre disso a divisão entre pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*:

1. A pós-graduação *stricto sensu* é composta pelos cursos de Mestrado e Doutorado. Estes cursos possuem uma natureza fundamentalmente acadêmica e de pesquisa. Mesmo quando sua atuação se estende a áreas profissionais, seu escopo é essencialmente científico (Brasil, 1965; Neves, 2002).

2. A pós-graduação *lato sensu*, mais frequentemente associada à formação profissional, engloba cursos subsequentes à graduação, como as especializações e as residências técnicas (Brasil, 1965; Neves, 2002).

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, é pertinente distinguir entre os cursos de mestrado e doutorado:

- Mestrado: Com duração mínima de um ano e máxima de dois anos, esse curso demanda a elaboração de uma dissertação, na qual o estudante deve evidenciar domínio sobre o tema escolhido e capacidade de sistematização. Embora

frequentemente associado como uma etapa preliminar ao doutorado, o título de mestre não é obrigatório para a obtenção do título de doutor (Neves, 2002).

- Doutorado: Com duração mínima de dois anos e máxima de quatro anos, a conclusão deste grau de formação requer a defesa de uma tese, na qual o doutorando deve apresentar um trabalho de pesquisa que contribua significativamente para o conhecimento do tema em questão (Neves, 2002).

Conforme delineado no Parecer Sucupira (Brasil, 1965), os cursos de mestrado e de doutorado seguem um programa semelhante. Ambos são divididos em duas fases: a primeira compreende a participação em aulas e seminários, que culminam em um exame para avaliar a capacidade do candidato (qualificação). Na segunda fase, o aluno dedica-se à investigação de um tópico de pesquisa, preparando a dissertação ou tese que expressará os resultados de suas pesquisas.

Vale citar que ainda no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, estão incluídas as modalidades de cursos de mestrado e doutorado profissionais, implementados em 1998 e 2017, respectivamente. Essas opções foram criadas a fim de priorizar a formação voltada à pesquisa aplicada, aproximando-se dos desafios enfrentados por profissionais de diferentes áreas. Desse modo, seus programas incentivam o uso da investigação científica para agregar valor às atividades do mercado de trabalho (MEC, 2017; Viginheski, Pilatti e Silva, 2017).

2.1.2.2. Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas

As Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil podem ser diferenciadas pela natureza jurídica de suas entidades mantenedoras. As IES públicas são aquelas criadas, incorporadas, financiadas e administradas pelo poder público, enquanto as IES privadas operam sob a gestão de entidades físicas ou jurídicas de direito privado. Estas últimas podem ainda ser classificadas em instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2012).

A configuração atual do ensino superior brasileiro mostra uma predominância das instituições privadas. Conforme os dados do Censo do Ensino Superior de 2022, 88% das IES no país são privadas (INEP, 2023). Entretanto, essa proporção se inverte quando observamos a pós-graduação *stricto sensu*: de acordo com o Geocapes (2022), apenas 17% dos programas de mestrado e doutorado são oferecidos por instituições privadas.

Essa discrepância sugere um envolvimento mais profundo das universidades públicas com a atividade de pesquisa, em contraposição às instituições privadas, que geralmente se

concentram em suprir a demanda do mercado de trabalho por formação profissional. A produção científica brasileira confirma essa tendência, pois se estima que cerca de 95% da produção acadêmica no país seja realizada em universidades públicas (Moura, 2019). Esse dado enfatiza a forte dedicação às atividades de pesquisa e ao desenvolvimento científico por parte das IES mantidas pelo poder público, sublinhando o papel fundamental das universidades públicas no avanço científico e tecnológico do Brasil.

2.1.2.3. Ingresso na Pós-Graduação, Bolsas e Agências de Fomento

O acesso de alunos aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) no Brasil é regulado por editais específicos, divulgados pelas próprias instituições. Estes editais determinam os critérios de seleção, prazos e requisitos necessários para a admissão dos candidatos, incluindo análise curricular e avaliação de um pré-projeto de pesquisa apresentado pelo candidato.

Uma vez admitidos em programas de pós-graduação *stricto sensu*, os estudantes podem concorrer a bolsas de estudo. Entretanto, a quantidade de pós-graduandos, em regra, supera a oferta de bolsas, resultando em concorrência entre os candidatos para obtenção desse benefício. Após último reajuste ocorrido de fevereiro de 2023, o valor das bolsas foi fixado em R\$2.100,00 para mestrado e R\$3.100,00 para doutorado (Rosa, 2024). Para contextualizar, essas quantias correspondem respectivamente a cerca de 1,6 e 2,3 vezes o salário mínimo vigente na época (R\$1.320,00).

Estes valores correspondem às bolsas concedidas pelas principais agências de fomento do país. Isto é, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

- A CAPES, instituída em 1951 e transformada em Fundação em 1992, subsidia o Ministério da Educação (MEC) na formulação de políticas para a pós-graduação. Ela tem como finalidades elaborar o Plano Nacional de Pós-graduação, coordenar sua execução, promover estudos e avaliações necessários ao desempenho de suas atividades, além de apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, mantendo intercâmbio com outros órgãos da administração pública e entidades nacionais e internacionais (Neves, 2002).
- O CNPq, uma fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações foi criado em 1951 e tornou-se fundação em 1974, tendo como principais atribuições fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação,

assim como promover a formação de recursos humanos para a pesquisa, abrangendo todas as áreas do conhecimento (Brasil, 2020).

A quantidade de bolsas destinadas para cada programa de pós-graduação depende da nota concedida pela CAPES. A avaliação dos programas de pós-graduação tem como objetivo mensurar a qualidade do ensino e da pesquisa no país. Os programas de pós-graduação são classificados em uma escala que vai de 1 a 7, sendo que os programas com notas 1 e 2 correm o risco de terem seu funcionamento interrompido. Ao ser aberto um novo programa, ele tem inicialmente uma nota 3. A cada 4 anos é feita uma nova avaliação podendo haver elevação, rebaixamento ou manutenção da nota atribuída. Os critérios de avaliação da CAPES incluem a análise da produção intelectual dos programas de pós-graduação, a formação dos recursos humanos, a inserção social dos programas, a internacionalização, a infraestrutura e a organização didático-pedagógica. Esses critérios são avaliados por meio de indicadores específicos, como a produção científica dos docentes, a formação de mestres e doutores, a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a cooperação internacional, entre outros (Souza, 2022).

2.2. SAÚDE MENTAL E PÓS-GRADUAÇÃO

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, que é o campo de nossa investigação, observamos um ambiente marcado pela cobrança excessiva por produtividade e insegurança profissional, aspectos que se intensificam nessa etapa das trajetórias acadêmicas. Diante desse cenário, pesquisadores da área de saúde mental têm apontado para um quadro preocupante, destacando a necessidade de atenção especializada a essa população. Portanto, nesta seção buscamos sintetizar os achados recentes sobre o tema, com ênfase na realidade brasileira, destacando as diversas formas de sofrimento mental que se manifestam de maneira notável entre os estudantes de pós-graduação.

A saúde mental e o sofrimento psíquico no ensino superior são temas de crescente interesse no meio acadêmico. Para apresentar um panorama das publicações brasileiras sobre o tema, realizamos uma busca em bases de dados como SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, onde encontramos uma série de estudos já conduzidos nessa área. Nessa busca destaca-se as revisões sistemáticas de bibliografia conduzidas por autores como Lima *et al.* (2023), Peixoto, Soares e Bezerra (2022) e Glatz *et al.* (2022).

Lima *et al.* (2023) nos proporcionam um panorama mais amplo das publicações sobre saúde mental no ensino superior, incluindo a produção internacional sobre o tema. A pesquisa

encontrou 161 artigos, publicados entre 2009 e 2019, e aponta para a necessidade de estudos e pesquisas que enfatizem a pós-graduação. Já as revisões de literatura empreendidas por Peixoto, Soares e Bezerra (2022) e Glatz *et al.* (2022) nos fornecem um retrato mais específico das pesquisas realizadas com estudantes de mestrado e doutorado. A pesquisa de Peixoto, Soares e Bezerra (2022) encontrou 7 artigos, publicados entre 2005 e 2020, cujos objetivos buscavam entender como se dá o processo de adoecimento de pós-graduandos. Essa revisão bibliográfica é complementada pela pesquisa de Glatz *et al.* (2022), que analisa as teses e dissertações produzidas no Brasil entre os anos de 2005 e 2021. Nesta investigação foram encontrados 9 estudos. Assim, com base em Peixoto, Soares e Bezerra (2022) e Glatz *et al.* (2022), podemos observar um número restrito de publicações sobre sofrimento psíquico e saúde mental na pós-graduação, indicando a necessidade de pesquisas na área.

Entre os artigos relevantes para nossa pesquisa, destaca-se a investigação de Costa e Nebel (2018), uma pesquisa quantitativa que contou com a participação de 2.903 estudantes de pós-graduação de todo o Brasil. Os resultados revelaram que 74% dos participantes relataram ansiedade, 31% apresentaram insônia e 25% vivenciaram sintomas de depressão.

Destaca-se ainda que ao longo da pandemia de COVID-19, os estudantes de pós-graduação também apresentaram altos índices de adoecimento mental, conforme demonstrado pela pesquisa conduzida por Corrêa *et al.* (2022). Com a participação de 5.985 pós-graduandos, a pesquisa realizada durante a emergência sanitária indica seus impactos negativos na saúde mental desta população. Os resultados indicaram que 81,95% dos estudantes se sentiram desmotivados, 78,65% tiveram dificuldade de concentração, 61,77% experimentaram ataques de ansiedade e 61,59% enfrentaram dificuldades para dormir. Além disso, 33,35% precisaram buscar atendimento psicológico e 16,91% necessitaram fazer uso de psicofármacos para ansiedade ou depressão.

Além de constatar a existência de sofrimento psíquico em um número significativo de estudantes de pós-graduação, a pesquisa de Costa e Nebel (2018) aponta para alguns fatores relacionados ao desenvolvimento de transtornos mentais na pós-graduação no Brasil: o tabu em torno dos transtornos mentais; a instabilidade financeira entre os estudantes bolsistas; a redução do prazo para titulação; a incerteza quanto ao futuro profissional; a relação com o orientador; a preocupação com o currículo (Lattes); e o isolamento e a falta de interlocução.

Outro achado relevante para nossa pesquisa é o artigo de Reis, Ragnini e Boehs (2021), que discute o uso de psicofármacos como uma das estratégias adotadas por estudantes de pós-graduação diante da cultura de produtividade e performatividade presente na academia. Este estudo também ressalta o papel das políticas executadas pelos órgãos de

fomento e financiamento, que acabam por respaldar as ações de discentes e docentes, que naturalizam práticas associadas à pressão por publicações e à sobrecarga de trabalho. As autoras enfatizam ainda o papel das instituições universitárias e indicam a necessidade de fortalecimento do acesso aos serviços voltados para essa população, com destaque para os serviços de atenção à saúde mental.

Estes achados preliminares apontam para a atualidade e a urgência da discussão sobre a saúde mental na pós-graduação. A escassez de pesquisas identificadas por Lima *et al.* (2023), Peixoto, Soares e Bezerra (2022) e Glatz *et al.* (2022) também evidenciam a necessidade de ampliar a investigação nesse campo.

2.3. O CENTRO DE ATENÇÃO À SAÚDE (CASA 4)

A partir da análise desses estudos recentes, é possível identificar um consenso entre pesquisadores: a implementação de espaços especializados para atendimento psicológico e psiquiátrico configura-se como uma medida urgente para mitigar o adoecimento mental de estudantes no ensino superior (Costa e Nebel, 2018; Reis, Ragnini e Boehs, 2021; Peixoto, Soares e Bezerra, 2022; Lima *et al.*, 2023).

No cenário brasileiro, observa-se que as instituições de ensino têm avançado na implantação de serviços dessa natureza, como clínicas-escola e ambulatórios universitários. No entanto, tais iniciativas ainda são realizadas de maneira desintegrada e dependem da priorização política de gestores locais — em especial, das reitorias. Ou seja, ainda não há uma política nacional integrada, que trate a saúde mental dos estudantes de pós-graduação como uma política de Estado.

Dentre as experiências nesse sentido, destacamos o Centro de Atenção à Saúde (CASA 4) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), um ambulatório voltado à comunidade universitária que oferece atendimento multiprofissional. Atualmente, sua equipe é composta por 6 psicólogos(as), 5 psiquiatras, 2 odontólogos, 1 clínico geral, 2 enfermeiros(as), 2 técnicos de enfermagem, 2 assistentes de enfermagem e 2 técnicos administrativos.

O serviço de psicologia do CASA 4 atende estudantes de pós-graduação, servidores e seus dependentes, operando com dois eixos estruturantes:

1. Atendimento Breve: Acompanhamento psicológico limitado inicialmente a 12 semanas, com possibilidade de extensão conforme avaliação clínica.
2. Plantão Psicológico (Acolhimento): Espaço de escuta imediata para demandas pontuais, dispensando agendamento prévio.

A alta demanda por um atendimento psicológico contínuo exigiu a fixação desse número limitado de sessões. Ao final das 12 semanas, se houver indicação clínica para continuidade do tratamento, é facultado ao usuário aguardar em fila de espera uma nova vaga para atendimento. Ainda, conforme a avaliação do profissional, feita caso a caso, o usuário poderá ser priorizado na lista de espera. Esse recurso é necessário principalmente quando se avalia, por exemplo, risco de suicídio.

A equipe de psicologia do CASA 4 é composta por psicólogos de diversas formações e abordagens, incluindo, mas não se limitando a psicanalistas. O contexto institucional e a alta demanda por atendimento exigem uma adaptação do trabalho psicanalítico neste estabelecimento de saúde.

Assim, podemos aproximar a atuação de psicanalistas em ambulatórios universitários com as práticas já desenvolvidas em clínicas-escolas ou serviços públicos de saúde mental. O debate sobre a adequação da técnica psicanalítica já se encontra em Freud (1919/2010g), que propunha ampliar o acesso de populações de baixa renda ao tratamento psicanalítico, inclusive por meio da criação de consultórios que ofereçam atendimentos gratuitos. Nesse sentido, Danto (2019), em seu estudo histórico sobre clínicas públicas de psicanálise, destaca que desde a década de 1920, são realizadas experimentações quanto à gratuidade do atendimento, à duração do tratamento e à frequência das sessões. A premissa dessas clínicas permanece relevante, em vista a necessidade de democratizar o tratamento psicanalítico frente a uma crescente demanda.

Diferentemente do modelo de atendimento convencional dos consultórios particulares, o atendimento em ambulatórios universitários como o CASA 4 caracteriza-se, entre outros aspectos, pela limitação do número de sessões. No contexto psicanalítico, a limitação de número de sessões pode levar o nome de tratamento com tempo delimitado, tratamento breve ou de curta duração, modalidades que encontram respaldo teórico nas obras como Hegenberg (2010) e Miller (2008), que discutem os critérios temporais na psicanálise.

Estes autores questionam a ideia de que a psicanálise exija, necessariamente, um processo prolongado. Não há qualquer regra universal que defina a duração do tratamento analítico; essa deve ser estabelecida de acordo com a singularidade de cada caso. Embora a brevidade possa, em algumas situações, restringir a profundidade do trabalho clínico, em outras ela atua como um catalisador, impulsionando o sujeito que se coloca a trabalho modo mais imediato (Hegenberg, 2010; Miller, 2008). É fundamental ressaltar, contudo, que o tratamento com tempo pré-determinado não pode ser tomado como solução universal. Contudo, destaca-se que até mesmo um único encontro com o psicanalista, mesmo que muitas

vezes esse encontro não ultrapasse as entrevistas preliminares, pode trazer benefícios terapêuticos significativos, demonstrando que estes efeitos não dependem exclusivamente do tempo de análise (Miller,2008).

Miller (2008), em especial, suscita ainda a ideia de que a análise possa se dar em ciclos, entendidos aqui como fases delimitadas, cada qual com início, desenvolvimento e conclusão próprios. Essa concepção mostra-se especialmente pertinente em nosso contexto institucional, onde cada período de 12 semanas é compreendido como um ciclo, que poderá ser retomado ou encerrado conforme a condução de cada caso.

Destacamos, por fim, que ainda que existam múltiplas configurações possíveis para o *setting* e diversas estratégias que o analista possa empregar para alcançar o fim da análise, consideramos imprescindível a manutenção da regra da associação livre e seu correlato, a escuta flutuante. Esses princípios constituem a base necessária para que o processo analítico se instaure e se estabeleça a transferência com a qual a análise pode operar.

Com essa caracterização geral do ensino superior e do atendimento psicanalítico realizado no âmbito do CASA 4, podemos introduzir, no próximo capítulo, mais elementos que caracterizam o tratamento analítico e aprofundar a discussão sobre a relação entre a teoria da psicanálise e a prática clínica.

3. TEORIA E CLÍNICA NA PESQUISA PSICANALÍTICA

A produção de conhecimento em psicanálise no contexto acadêmico é um tema controverso, havendo uma extensa discussão sobre o lugar do ensino e da pesquisa em psicanálise dentro do ambiente universitário. Esta controvérsia caminha na esteira do debate sobre a cientificidade desta disciplina.

Neste contexto, Mezan (2006) ressalta que a pesquisa clínica serviu como refúgio para os psicanalistas diante das diversas críticas dirigidas à psicanálise ao longo do último século. Desde os primórdios da psicanálise, a prática clínica constituiu-se como o laboratório do psicanalista, sendo o lugar onde a teoria poderia ser empiricamente verificada ou refutada.

A importância da investigação clínica para o desenvolvimento teórico está expressa na própria definição de psicanálise dada por Freud (1923/2011a). Segundo o autor, a psicanálise é: (1) um procedimento para a investigação de processos mentais; (2) um método (baseado nesta investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas por meio dessa investigação/tratamento, que gradualmente se acumulam numa disciplina científica. Assim, frequentemente a ideia de pesquisa em psicanálise é confundida com a prática clínica propriamente dita. Freud (1926/2014a) reforça esta relação em seu artigo sobre a "análise leiga", afirmando que "Na psicanálise sempre houve um liame indissolúvel entre a cura e a pesquisa; o conhecimento trazia o êxito, não se podia tratar sem aprender algo de novo, não se ganhava um esclarecimento sem experimentar seu efeito benéfico" (Freud, 1926/2014a, p. 266).

Entretanto, quando vamos realizar uma pesquisa acadêmica em psicanálise, encontramos um certo limite para esse método. As descobertas provenientes desta investigação conduzida no consultório do psicanalista possuem um caráter singular e não podem ser replicadas para outros casos. Esse tipo de descoberta, embora contribua para o avanço do tratamento, carece do rigor exigido para uma investigação acadêmica. Neste aspecto, Mezan (2006) faz uma distinção importante:

Diz-se que o analista "pesquisa" com seu paciente o significado inconsciente das suas palavras, fantasias, desejos e atitudes. De fato, procedemos assim, mas é preciso reconhecer que não é a isso que se refere a expressão pesquisa científica. Na melhor das hipóteses, estamos fazendo o que Thomas Kuhn denomina "ciência normal", ou seja, encontrando novos exemplos que confirmem a validade global da psicanálise ou de determinadas hipóteses que ela sustenta. (Mezan, 2006, p. 231)

De acordo com Mezan (2006), uma pesquisa que pretende ser científica deve buscar novos conhecimentos, apresentando-os de maneira que possam ser integrados ao corpo de

conhecimento já existente, seja como um complemento ou como uma nova perspectiva. Levando em consideração essa distinção, julgamos que é preciso refinar o conhecimento obtido da experiência clínica (que, no nosso caso, é a clínica com pós-graduandos) a fim de encontrar nela o que vai possibilitar o desenvolvimento do corpo teórico da psicanálise.

Apesar da relevância que a clínica teve no desenvolvimento da psicanálise, não é raro encontrarmos atualmente pesquisas estritamente teóricas neste campo. Nesse aspecto, mesmo que nossa pesquisa vise articular conceitos bastante abstratos, ela não escapa daquilo que Green (2018) chama de "pensamento clínico", termo forjado para dar conta dessa racionalidade que é original e própria da psicanálise. De acordo com Green (2018, p. 320), "A elaboração pode chegar a um nível de reflexão que a distancia da clínica; todavia, ainda que não faça menção aos pacientes, o pensamento clínico sempre nos faz pensar neles".

Se, por um lado, a pesquisa teórica não consegue escapar da influência da clínica, a clínica, por sua vez, não é imune ao desenvolvimento teórico. Assim, queremos subscrever a ideia de que não é possível realizar uma pesquisa em psicanálise que não impacte a forma que o psicanalista escuta. Como bem articulou França (2022), os objetos de investigação psicanalítica estão sempre impregnados pela subjetividade do investigador. Assim, após uma investigação teórica, "a 'escuta flutuante' já não será a mesma, pois o funcionamento subjetivo do investigador estará diferente e a sua atenção aguçada pelo aprendizado das leituras teóricas que realizou" (França, 2022, p. 66).

Por fim, com essa breve aproximação acerca do papel da clínica na pesquisa em psicanálise, queremos destacar que dificilmente poderíamos separar a teoria da clínica em nossa investigação. Assim, mesmo numa pesquisa teórica, não podemos nos furtar de alguma referência à prática clínica. Além disso, a referência ao método clínico de Freud nos interessa para o presente estudo pelo modo como ele nos ensina a produzir conhecimento no âmbito da psicanálise. Julgamos pertinente manter alguns princípios da pesquisa clínica que podem ser aplicados, inclusive, para a produção de conhecimento teórico. Nesse sentido, seguiremos a seguinte orientação metodológica dada por Freud (1933/2010c) em suas "Novas conferências introdutórias à psicanálise":

O progresso, no trabalho científico, ocorre de maneira muito semelhante ao de uma análise. Levamos expectativas para o trabalho, mas temos de refreá-las. Através da observação aprendemos algo novo – ora aqui, ora ali – e inicialmente as peças não encaixam. Estabelecemos hipóteses, fazemos construções auxiliares, que retiramos quando não se confirmam; necessitamos de muita paciência, de prontidão para toda possibilidade; renunciamos a convicções prematuras, que nos obrigariam a não enxergar fatores novos e inesperados, e, por fim, todo o esforço é recompensado, os achados dispersos se combinam, obtemos uma visão de toda uma parcela do

funcionamento mental, completamos nossa tarefa e estamos livres para a próxima (Freud, 1933/2010c, p. 343).

3.1. A DIMENSÃO POLÍTICA DA CLÍNICA PSICANALÍTICA

A psicanálise tem se inserido em diversos contextos institucionais, sendo frequente a discussão sobre sua prática em instituições de saúde mental, hospitais, escolas e outros campos de atuação. Podemos estender essa discussão para incluir também a inserção da psicanálise na universidade, em especial no atendimento aos estudantes de pós-graduação. Nesse sentido, selecionamos para nosso referencial teórico as obras de autores que se dedicam à pesquisa e à prática clínica da psicanálise em diferentes contextos. Entre os autores que nos servem de referência nesse aspecto estão os trabalhos de Miriam Debieux Rosa e Suely Aires Pontes. Estas autoras, dentre outros que poderíamos citar, tensionam os limites da clínica e exercitam a escuta psicanalítica para além dos muros do consultório.

Ao tratarmos da especificidade da clínica com pós-graduandos, não podemos deixar de considerar a influência social e institucional que permeia nosso tema. Nesse aspecto, é preciso destacar os trabalhos de Rosa (2012, 2016), que se empenham em fazer uma franca articulação entre as dimensões sociais, institucionais e políticas implicadas no sofrimento encontrado na clínica, mas também fora dela.

Segundo Rosa (2012), as especificidades dessa prática "clínica-política" nos remetem a articulações em dois âmbitos: de um lado, junto ao sujeito; e do outro, junto às instituições e práticas sociais. Junto ao sujeito, a autora propõe uma atuação clínica que vise elucidar o enredamento do discurso ideológico nos processos de constituição e destituição desse sujeito, além de intervir nesses casos visando criar condições para alterações do campo simbólico, o que resulta em mudanças no âmbito subjetivo, social e político.

Do lado das instituições e práticas sociais (educacionais, de saúde, jurídicas), a clínica-política destaca a alienação do sujeito aos discursos hegemônicos, visando combater a individualização, criminalização e patologização por eles produzidos. As intervenções nesse campo propõem-se a sinalizar e intervir nas formas sutis de preconceitos de classe, raça ou gênero, que se efetivam de vários modos, inclusive através de práticas ditas científicas que desvinculam os acontecimentos da história pessoal, familiar, institucional, social e política dos sujeitos implicados na cena. Nesse contexto, Rosa (2012) afirma:

A prática clinicopolítica nesse âmbito relança as demandas institucionais, em geral focadas naqueles indivíduos que desorganizam ou atacam as normas institucionais. Essas são relançadas para diagnosticar, não o indivíduo, mas os laços sociais que

atualizam os processos de exclusão em curso, e buscar reverter e inverter a direção das práticas, de modo a permitir a todos a elaboração de seu lugar na cena social. A direção de tratamento proposta junto às instituições parte da demanda e do sintoma referidos à instituição e seus efeitos no sujeito, em um posicionamento implicado na cena, na qual o que está em jogo são os lugares do sujeito no discurso, na relação do sujeito com a instituição, com o instituído e o instituinte. Elucida as trajetórias institucionais e efeitos, seja de ofertar um lugar simbólico, seja de induzir identidades imaginárias – nestas últimas, em lugar das histórias que podem ser contadas, produz-se silêncio e impedimento (Rosa, 2012, p. 3)

Não podemos deixar de observar, na proposta de uma "clínica-política", uma aproximação com aquilo que Pontes (2020) enuncia em sua apresentação "Um Psicanalista na Pólis". Neste trabalho, Pontes (2020) esclarece que toda clínica é política, mesmo que não se reconheça como tal. Nesse sentido, sem prejuízo à proposição de Rosa (2012), seria mais preciso denominar essa clínica como uma clínica politicamente informada de seu lugar: "Uma clínica politicamente informada de seu lugar pode e deve produzir um modo de atenção, de cuidado, que se oponha aos modos de organização social que ameaçam a vida humana em sua diversidade" (Pontes, 2020, p. 4).

A perspectiva de Rosa (2012) nos ajuda não só a pensar os aspectos sociais e institucionais que se manifestam na clínica, mas também contribui para refletirmos sobre a própria pesquisa teórica em psicanálise. Segundo a autora, a psicanálise também deve investigar os fenômenos sociais, além de favorecer o diálogo interdisciplinar entre a psicanálise e outras áreas das ciências humanas. Conforme Rosa (2016), a psicanálise não deve almejar esgotar, de maneira isolada, os fenômenos que investiga, mas sim buscar contribuir para a compreensão da sua esfera de atuação específica. Isso significa que: "cabe à psicanálise incidir sobre aquilo que escapa aos outros campos. Cabe-lhe investigar a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais" (Rosa, 2016, p. 27). Assim, seguindo essa incumbência explicitada pela autora, podemos nos permitir dialogar em nossa pesquisa com autores mesmo que estes provenham de disciplinas que não estejam diretamente relacionadas à psicanálise.

3.2. PSICANÁLISE EM EXTENSÃO E O PSICANALISTA CIDADÃO

Seguindo a proposta de clínica-política de Rosa (2012), somos levados a incluir nossa pesquisa no âmbito daquilo que ficou sendo chamado de psicanálise em extensão. Esse termo, que Lacan enuncia na Proposição de 9 de outubro de 1967, pode ser bem compreendido nas palavras de Octavio Souza (1991):

Na psicanálise em extensão, o psicanalista se depara com o dever de tornar a psicanálise presente no mundo. Não se trata apenas de uma perspectiva de divulgação da psicanálise, nem da aquisição de direito de cidadania junto a outras disciplinas "mais respeitáveis". Trata-se, sim, do voto de que o que possa vir a ser obtido na psicanálise em extensão não se esgote no âmbito do indivíduo, caso em que uma análise se resumiria a aquisições pessoais que possibilitaria ao "analisado" um maior "Jogo de cintura" dentro de uma sociedade inalterada pelo advento da psicanálise (Souza, 1991, p. 77)

Considerando essa perspectiva adotada, torna-se importante abordar o papel que o psicanalista ocupa hoje na sociedade. Isso nos remete à proposição de Laurent (2007) denominada de "analista cidadão". O analista cidadão é uma proposição que nasce em contraposição à figura do "intelectual crítico" que os psicanalistas costumavam desempenhar. Para Laurent (2007), a partir do lugar de intelectual crítico, o psicanalista reduz sua prática à crítica das orientações que são decididas pelos outros. Em contraste a esse tipo de atitude, que Laurent julga ser de pouca utilidade, o autor propõe uma nova posição para os psicanalistas na sociedade:

Os analistas precisam entender que há comunhão de interesses entre o discurso analítico e a democracia, e precisam entendê-lo verdadeiramente! Há que se passar do analista reservado, crítico, a um analista que participa, a um analista sensível às formas de segregação, a um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora. (Laurent, 2007, p. 143)

Essa orientação de Laurent (2007) tem implicações para as pesquisas em psicanálise. Devemos ponderar o papel da crítica em nossa investigação, a fim de não cairmos em uma crítica social vazia. Sem comprometer o rigor acadêmico, em nossa pesquisa buscaremos produzir um conhecimento capaz também de influenciar no debate democrático sobre políticas públicas pertinentes ao tema.

Essa perspectiva também afeta a abordagem que será adotada nas análises realizadas. Seguindo a proposição de Laurent (2007), uma investigação que se debruce sobre uma população específica – como a população universitária, em nosso caso – deve poder "transmitir a humanidade do interesse que a particularidade de cada um tem para todos" (Laurent, 2007, p. 145). Assim, ao adotar essa posição, destacamos a dimensão social de nossa pesquisa, sem perder de vista a importância da singularidade, que é cara à psicanálise.

3.3. MAL-ESTAR, SOFRIMENTO E SINTOMA

Em nosso percurso até aqui, empregamos termos como mal-estar, sofrimento e sintoma sem uma delimitação precisa. Desse modo, é necessário desenvolver, dentro de nosso referencial teórico, um tópico específico para dar maior clareza acerca do mal-estar na psicanálise. Aqui procuramos nos distanciar das interpretações importadas de outros campos do saber, dado que a discussão em torno desses termos frequentemente vem acompanhada de definições provenientes do campo da medicina e da psicopatologia. Assim, mal-estar, sofrimento e sintoma frequentemente se relacionam com outras noções como bem-estar e saúde, ou ainda com as ideias de normal e patológico.

Embora a psicanálise tenha nascido no âmago da medicina e carregue marcas desse local de nascimento, seu arcabouço teórico aponta para concepções bastante particulares desses termos. Portanto, nosso objetivo aqui consiste em demarcar a noção própria de mal-estar em sua acepção psicanalítica, destacando seu caráter estrutural e não necessariamente patológico. Para tanto, é necessário recuperar as reflexões apresentadas por Freud (1930/2010d) em "O Mal-Estar na Civilização".

A principal tese de Freud (1930/2010d) é que o mal-estar surge da tensão entre as exigências pulsionais do sujeito e as repressões necessárias à vida em sociedade. Segundo o autor, a civilização se edifica sobre a renúncia das pulsões, limitando, assim, as possibilidades do sujeito alcançar a felicidade por meio da sua satisfação.

Para Freud (1930/2010d), a felicidade é o "programa" do princípio do prazer, o qual governa o aparelho psíquico. Contudo, é impossível realizar esse programa integralmente, devido ao conflito com as normas sociais. Assim, o mal-estar constitui-se como uma condição inerente ao ser humano, o preço pago pelo sujeito que "trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança" (Freud, 1930/2010d, p. 82).

Nesse contexto, Freud aponta três fontes principais de sofrimento: o corpo, sujeito à decadência e à dissolução dolorosa; o mundo externo, que pode se voltar contra nós com força destrutiva; e, por fim, a relação com os outros seres humanos, que é, para o psicanalista, a maior fonte de descontentamento. Para enfrentar esses infortúnios, a civilização oferece diversas compensações, que vão da religião à arte, passando pelos produtos da ciência e pelos entorpecentes. Contudo, nenhum desses recursos suprime radicalmente o mal-estar. Há algo aí que não se integra plenamente ao edifício civilizatório.

Aqui podemos introduzir a noção de sintoma, conforme a psicanálise o concebe. O sintoma é uma formação substitutiva de uma satisfação pulsional interrompida por um

processo de repressão (Freud, 1926/2014b). Vale destacar que a concepção de sintoma na psicanálise tem como modelo o sintoma neurótico (histérico, obsessivo ou fóbico), ou seja, aquelas formações sintomáticas que têm o recalque como fundamento.

Os sintomas surgem como uma solução de compromisso, em que o Eu permite a satisfação parcial de um desejo intolerável, desde que ela ocorra sob censura (Freud, 1926/2014b). Uma particularidade do sintoma neurótico, descoberta por Freud, é que ele, assim como outras formações do inconsciente, é interpretável. Assim, o sintoma pode ser definido como um dizer que ainda não encontrou seu dito. Dessa forma, o tratamento oferecido pela psicanálise consiste em, através da associação livre e do manejo da transferência, permitir ao sujeito superar as resistências do Eu, restabelecendo a rede de significantes rompida pelo recalque (Quinet, 2003, 2009; Žizek, 1992).

Freud (1937/2018a) constatou que ao decifrar o sintoma ele era dissolvido. Contudo, esse procedimento encontrava um limite, explicitado no texto "Análise terminável e interminável". No final de cada análise, resta um resíduo sintomático que resiste à interpretação. Esse resto corresponde àquilo que se inscreve para além do princípio do prazer (Freud, 1920/2010e, 1937/2018a). Em termos lacanianos, isso significa que o resto do sintoma resiste aos avanços da apreensão simbólica, correspondendo, portanto, ao Real — aquilo que se define por ser o que não cessa de não se inscrever simbolicamente.

Adicionalmente nessa problemática, constatamos, junto com Freud, que os limites entre prazer e sofrimento nem sempre são fáceis de discernir. Essa temática ensejou o desenvolvimento de obras como "Além do princípio do prazer" e "O problema econômico do masoquismo". Esses trabalhos de Freud permitiram a Lacan desenvolver seu conceito de gozo⁴, termo que diz respeito a essa satisfação pulsional que tensiona as noções de prazer e desprazer. Isso dificulta qualquer pretensão de estabelecer os limites do patológico com base em uma simples dicotomia entre bem-estar e sofrimento.

Alguns dos conceitos aqui citados podem parecer um tanto condensados, mas serão retomados mais detidamente no decorrer do próximo capítulo, no qual nos debruçaremos sobre as obras de Freud e Lacan. O que interessa nesse ponto é destacar que a ideia de mal-estar aponta para aquilo que é da ordem do impossível para o sujeito, ou seja, a plena

⁴ O termo gozo (*jouissance*) pode ser usado para designar a ação de fazer uso de um bem, com a finalidade de retirar dele as satisfações que ele supostamente proporciona. O termo também tem uma dimensão jurídica, ligada à noção de usufruto, sendo amplamente utilizado por Lacan para designar uma satisfação ao nível pulsional. Vale acrescentar que em Lacan, a princípio, há uma antinomia entre gozo e desejo, estando este último associado à falta do objeto (Roudinesco e Plon, 1998).

satisfação das pulsões. É justamente nesse ponto que o mal-estar se articula com a formação do sintoma.

À medida que o desejo não é realizado, incorre-se na formação de sintomas. Os sintomas, em alguma medida, podem ser lidos como uma resposta do sujeito ao mal-estar. Se comporta uma verdade, o sintoma aponta para as vias do desejo, que, pelo sintoma, pode abrir as portas para o seu deciframento (Ragnini, 2014, p. 109).

Com essa forma de conceber o mal-estar e o sintoma, podemos perceber que a clínica psicanalítica se assenta na rejeição de certos ideais de cura e saúde, sejam eles pautados na completa satisfação e bem-estar do sujeito, ou na eliminação total dos sintomas. De maneira mais modesta, a cura na psicanálise, conforme Freud (1895/2016a) chegou a propor, poderia ser, no melhor dos casos, transformar o sofrimento neurótico em uma infelicidade comum.

Aqui é importante destacar que a inovação do método de Freud, que se propõe a escutar os sujeitos neuróticos um a um, é justamente a constatação de que cada um sofre de maneira única. Cada sintoma é uma construção que se insere numa história singular, que só pode ser analisada caso a caso (Lacan, 1953-1954/1986). De modo que afirmar que o mal-estar é uma infelicidade comum não significa dizer que os sujeitos sofrem todos da mesma forma.

A concepção de mal-estar como algo irreduzível e incurável, de fato, nos aponta para a ideia de que "aquilo que não tem remédio, remediado está". Contudo, longe de consistir num limite para o tratamento analítico, a psicanálise transforma isto em seu ponto de partida. A psicanálise, ao tomar o sofrimento em sua dimensão singular, poderá também, em cada caso, possibilitar a criação de uma forma única de o sujeito lidar com o irreduzível de seu sintoma (Miller, 1997). Conforme Freud já sugeria em "O Mal-estar na Civilização": "No sentido moderado em que é admitida como possível, a felicidade constitui um problema da economia libidinal do indivíduo. Não há, aqui, um conselho válido para todos; cada um tem que descobrir a sua maneira particular de ser feliz" (Freud, 1930/2010d, p. 41).

Um ponto a ser considerado nessa discussão acerca do mal-estar, sofrimento e sintoma é o papel da razão diagnóstica que incide sobre esses termos. Nesse sentido, podemos remeter à obra de Dunker (2015), que destaca como a noção de sofrimento só pode ser apreendida como tal a partir de uma dinâmica de reconhecimento social. Para ser reconhecido, o sofrimento depende de um contexto simbólico, sendo determinado pela narrativa e pelo discurso nos quais pode ganhar sentido, sendo assim sancionado ou excluído. Portanto, a fronteira entre mal-estar, sofrimento e sintoma é socialmente definida. É essa constatação que está no cerne da crítica de Dunker (2015) à razão diagnóstica:

O que chamo de razão diagnóstica procura definir, a cada momento, a fronteira, o litoral ou os muros que separam e unem mal-estar, sofrimento e sintoma. Essa geografia pode estabelecer, por exemplo, o que merece tratamento e atenção e o que deve ser objeto de repressão ou exclusão, o que é uma forma digna ou indigna de sofrer, o que é uma narrativa legítima ou ilegítima para articular uma demanda. É como função da razão diagnóstica que determinada forma de sofrimento é privilegiada em detrimento de outras – a obesidade em vez da pobreza, por exemplo (Dunker, 2015, p. 40).

Com isso, queremos enfatizar que os modos de sofrer e as demandas de tratamento endereçadas ao analista não são isentas do contexto social no qual estão simbolicamente enredadas. A exemplo disso, podemos citar o fenômeno da emergência dos chamados “novos sintomas”, que nos mostram como as transformações sociais se traduzem em novidades no campo dos sintomas encontrados cotidianamente na clínica. Esses sintomas, por sua vez, instigam os analistas a repensar a teoria e a prática para alcançar a subjetividade de sua época – conforme desafio lançado por Lacan (1953/1998a).

Essa reinvenção contínua só se torna viável quando assumimos, como horizonte ético da clínica, a concepção de mal-estar como uma impossibilidade estrutural e incurável, e o sintoma como expressão singular dessa impossibilidade no sujeito. Nesse sentido, julgamos exemplar a posição enunciada por Ragnini e Darriba (2018), que sintetiza nossa discussão:

Nestes termos, uma clínica que se apoia na noção de mal-estar visa abordar o sintoma como algo singular a cada sujeito, mas que, em alguma medida, encontra-se intimamente relacionado ao discurso vigente na época; portanto, à posição desde a qual o sujeito responde às exigências do Outro. Essa clínica também pressupõe uma ética, a qual se funda justamente no que o mal-estar delimita: a inscrição de uma impossibilidade como ponto de partida para o trabalho clínico, já que associada a uma falha estrutural incidindo sobre o ideal de complementaridade entre a plena realização da satisfação pulsional e o requisito civilizatório. (Ragnini e Darriba, 2017, p. 708)

Diante dessas distinções, podemos em primeiro lugar nos dissociar do discurso psicopatológico predominante, concentrando nossa investigação no conceito de mal-estar em sua especificidade psicanalítica. O segundo ponto a destacar é que, ainda que nossa análise seja situada em um contexto social e institucional específico - a pós-graduação -, não visamos produzir uma interpretação universal que abarque todos os estudantes. Lembrando da singularidade do sintoma como princípio psicanalítico, nossa proposta é, de forma mais pontual, realizar um exercício teórico que confronte os conceitos da psicanálise à luz do encontro clínico e das manifestações concretas do mal-estar.

4. IDEAL DO EU NA OBRA DE FREUD E LACAN

No presente capítulo abordaremos a obra de Freud e de Lacan explorando o desenvolvimento do conceito de Ideal do Eu. Nossa apresentação irá procurar articular as abordagens dos dois autores. Ressaltamos, contudo, que essa exposição terá um caráter um tanto sumário, com o objetivo sintetizar uma vasta literatura e abarcar uma teoria complexa. Assim, buscamos reunir as bases teóricas mínimas para a discussão que realizaremos nos próximos capítulos.

4.1. O INCONSCIENTE É ESTRUTURADO COMO UMA LINGUAGEM

Para começar, devemos destacar que o ensino de Lacan é marcado pela proposição de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Através dessa proposição, Lacan aborda o inconsciente de Freud a partir de uma teoria da linguagem, tributária do movimento estruturalista, que exerceu grande influência nas ideias desse autor.

De acordo com Safatle (2007), o movimento estruturalista se difundiu pelas ciências humanas e se caracterizou por tomar como objeto de estudo não mais o ser humano como o centro intencional da ação e produtor de sentido, mas sim as estruturas sociais que determinam o sujeito. Para os estruturalistas, o sujeito não é mais um agente da ação, mas um suporte das estruturas autônomas e inconscientes, que agem através dele e, muitas vezes, à sua revelia. Em outras palavras, para os estruturalistas, o sujeito não age, mas é "agido" pelas estruturas sociais (Safatle, 2007).

Embora o movimento estruturalista tenha se disseminado por diferentes áreas das ciências humanas, ele se iniciou e foi possibilitado pela linguística de Saussure, que se destacou por uma nova abordagem neste campo. Saussure (2006), ao estudar a língua⁵, procurou se distanciar de uma abordagem diacrônica, que investigava as mudanças das línguas ao longo da história. Diferente disso, Saussure (2006) propôs uma abordagem sincrônica, na qual a língua é abordada como uma teia de relações que se dão de maneira simultânea. A abordagem sincrônica da língua ficou conhecida como linguística estrutural e serviu de modelo para outros autores estruturalistas, entre eles Lacan.

No âmbito da psicanálise, Lacan (1953/1998a) se valeu da linguística de Saussure para desenvolver um dos conceitos fundamentais da sua obra: o conceito de significante. De

⁵ Para Saussure "A língua é para nós a linguagem menos a fala. É o conjunto de hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender"(Saussure, 2006, p. 92).

acordo com Saussure (2006), o signo linguístico consiste na união arbitrária e convencional de um conceito (o significado) e uma imagem acústica (o significante)⁶.

Ao enfatizar que o significante e o significado são convencionais, Saussure inaugurou, no âmbito das ciências humanas, uma abordagem que se distancia de qualquer explicação exclusivamente naturalista. Conforme esclarece Garcia-Roza (2004), a emergência da linguagem na história humana instaura uma nova ordem — a ordem simbólica — em contraste com a hipótese de uma ordem natural.

Enquanto, numa perspectiva estritamente naturalista, os organismos podem ser considerados determinados por uma ordem natural, que se expressa por meio dos instintos; em um mundo permeado pela linguagem, podemos falar de uma outra ordem, igualmente determinante: a ordem simbólica, que se manifesta por meio das pulsões. Assim, a partir dessa distinção entre ordem simbólica e ordem natural, é possível diferenciar também o conceito de pulsão (*Trieb*) do conceito naturalizante de instinto (*Instinkt*) (Garcia-Roza, 2004).

Se apropriando da herança estruturalista, Lacan desenvolveu o conceito de Outro simbólico e fez coincidir as estruturas sociais com o inconsciente freudiano. O inconsciente, a Outra Cena, que Freud revelou em "A interpretação dos sonhos", é para Lacan o discurso do Outro (Lacan, 1958/1998b). O Outro representa um lugar simbólico, sendo definido como o lugar dos significantes, onde as cadeias significantes se articulam determinando o que o sujeito fala, pensa, sente e age (Quinet, 2012). Ou, nas palavras de Safouan:

Não há nenhum raciocínio cujos elementos o sujeito não tire de um outro lugar (nunca se viu o homem que, por ter inventado a linguagem, falou primeiro), que é também o lugar do Outro onde se deposita a linguagem e, com a linguagem, todas as simbolizações cujo conjunto define a cultura (Safouan, 2006, p. 202).

Considerando esse aporte da linguística, a teoria psicanalítica de Lacan passou a ser estruturada em torno da linguagem e do significante. Nesse sentido, podemos fazer algumas distinções entre Freud e Lacan, que serão necessárias para seguirmos em nossa discussão.

Em Freud, o inconsciente é um sistema intrapsíquico, regido pelo princípio de prazer e contendo as representações recalçadas. Lacan, por sua vez, define o inconsciente como o discurso do Outro, estruturado como uma linguagem e regido pela lógica do significante. Assim, Freud costuma representar o aparelho psíquico utilizando modelos espacialmente

⁶ A concepção de que o signo linguístico é arbitrário significa que não há nada no significado que o obrigue a se unir com o significante. E por isso não há nada num conceito qualquer, como, por exemplo, o conceito de "árvore" que o obrigue a ligar-se ao som da palavra árvore. Isso pode ser demonstrado pela existência das demais línguas, nas quais esse conceito se liga a outros sons. Desse modo, a ideia de árvore pode ser expressa em outras línguas por: *tree*, *baum*, *árbol*, etc. (Saussure, 2006)

delimitados, enquanto Lacan se utiliza da topologia da garrafa de Klein, do toro e da fita de Moebius para tensionar a ideia de interioridade e exterioridade (Dutra, Colares e Mezza, 2021).

Nessa mesma direção, o ensino de Lacan introduz, de maneira mais explícita, o conceito de sujeito do inconsciente. Essa ideia, cujo germe já se encontrava na obra de Freud⁷, foi mais propriamente desenvolvida por Lacan. Para ele, o sujeito do inconsciente é o sujeito subvertido pela linguagem. Com efeito, podemos afirmar que o sujeito da psicanálise é, ele próprio, um efeito de linguagem, um efeito da articulação de significantes. A noção de sujeito está, portanto, incluída na própria definição de significante dada por Lacan: "o significante representa o sujeito para outro significante" (Lacan, 1960/1998c, p. 833).

Assim, observa-se que os efeitos dos significantes, do simbólico, caracterizam o ensino de Lacan, especialmente quando analisamos a primeira década de seus seminários. É na esteira desse trabalho sobre o simbólico que Lacan aborda o conceito de Ideal do Eu, distinguindo-o da ideia de Eu ideal, que será associada ao imaginário. Examinemos a seguir, em linhas gerais, o que Lacan nos ensina sobre o imaginário e abordando sua teoria de estágio do espelho.

4.2. A TÓPICA DO IMAGINÁRIO E O ESTÁDIO DO ESPELHO

Em "Introdução ao narcisismo" Freud (1914/2010f) distingue autoerotismo do narcisismo⁸. O autoerotismo refere-se a um estágio inicial de desenvolvimento da libido, no qual a satisfação da pulsão sexual é alcançada sem a necessidade de um objeto externo. Aqui, as pulsões parciais encontram satisfação no próprio corpo, sem a coordenação em torno de um

⁷ A ideia de um sujeito do inconsciente pode ser aludida na própria obra de Freud. Embora Freud não tenha utilizado os mesmos termos que Lacan, em "Algumas notas adicionais sobre a interpretação de sonhos", o criador da psicanálise se aproxima da ideia de sujeito do inconsciente ao supor tratar da responsabilidade pelo sonho: "É claro que a pessoa tem de se considerar responsável pelos impulsos maus de seus sonhos. Que outra atitude se poderia ter para com eles? Se o conteúdo onírico — corretamente entendido — não é inspirado por outros espíritos, então é parte de meu ser" (Freud, 1925/2011b, p. 295).

⁸ O narcisismo designa o investimento libidinal no próprio Eu, o que se traduz em outros termos em tomar o Eu como objeto de amor (Freud, 1914/2010f). A introdução desse conceito na teoria psicanalítica levou a uma reformulação da teoria pulsional. A princípio, as pulsões eram classificadas em pulsões sexuais (libido) e pulsões de autoconservação. Com a introdução da libido narcísica, surge uma subdivisão da pulsão sexual, agora dividida em: libido narcísica (direcionada ao Eu) e libido objetal (direcionada aos objetos externos). Em termos práticos, contudo, a introdução do conceito de narcisismo resultou no apagamento da divisão entre a libido e as pulsões de autoconservação. Freud reformulou sua teoria da dualidade pulsional, em trabalhos posteriores, através dos conceitos de pulsões de vida (Eros) e pulsão de morte (Thanatos). Como afirma Freud: "Juntei a autoconservação do indivíduo e a conservação da espécie no conceito de Eros e a ele contrapus o silencioso instinto de morte ou de destruição" (Freud, 1925/2011c, p. 121).

Eu unificado. Já o narcisismo corresponde a um estágio posterior, no qual a libido se volta para o próprio Eu como objeto de investimento. De acordo com Freud:

é uma suposição necessária, a de que uma unidade comparável ao Eu não existe desde o começo no indivíduo; o Eu tem que ser desenvolvido. Mas os instintos autoeróticos são primordiais; então deve haver algo que se acrescenta ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se forme o narcisismo. (Freud, 1914/2010f, p. 13)

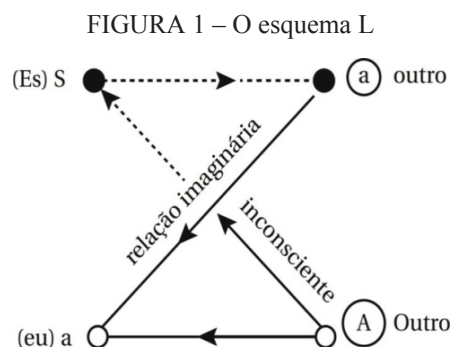
Nesse contexto, podemos introduzir o chamado estágio do espelho. O estágio do espelho consiste numa teoria sobre como esse Eu é formado, e será também o protótipo de tudo que podemos entender como relação imaginária na obra de Lacan.

Em linhas gerais, o estágio do espelho pressupõe um primeiro tempo, onde o bebê experimenta seu corpo de forma fragmentada e descoordenada. Então, ao se deparar com sua imagem no espelho, o *infans*⁹ se identifica com essa imagem unificada e completa, experimentando uma sensação de júbilo e domínio (Lacan, 1949/1998d). Assim, o Eu se constitui através de uma alienação, tomando para si a imagem de um outro, seu reflexo no espelho. Nesse ponto, destaca Safatle (2007), Lacan se aproxima do poeta Rimbaud que afirma "o eu é um outro".

Vale destacar que, para se efetivar, essa alienação imaginária necessita também de uma articulação simbólica. Isso já é suscitado por Lacan, ao apresentar o estágio do espelho, nos seguintes termos:

A assunção jubilatória da imagem especular pelo ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote de homem nesse estágio de *infans* parece-nos desde então manifestar numa situação exemplar a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes que ele se objetive na dialética das identificações com o outro e que a linguagem lhe restitua no universal sua função de sujeito (Lacan, 1949/1998d, p. 97).

A relação entre esses dois registros, simbólico e imaginário, será expressa por Lacan em seu Esquema L (FIGURA 1).



FONTE: Lacan (1954-1955/1995, p. 330)

⁹ Termo usado por Lacan (1949/1998d) para designar o ser humano antes de sua entrada na linguagem.

Este esquema, abordado de forma reiterada nos seminários de Lacan, coloca em articulação os seguintes elementos: no eixo simbólico está o sujeito do inconsciente (S) e o grande Outro (A); no eixo imaginário está o eu (*a*) e o seu semelhante, o pequeno outro (*a'*). Com esse esquema Lacan expressa o distanciamento entre o Eu o Sujeito, algo que pode ser observado também nas formações do inconsciente como, por exemplo, na ocorrência do ato falho¹⁰.

O esquema L também expressa a ideia de Lacan (1954-1955/1995) de que o sujeito recebe do Outro a própria mensagem sob forma invertida. Essa fórmula sintetiza a ideia de que a fala não é um ato unilateral, mas um processo em que a mensagem se transforma pela resposta do Outro. Isto é, para usar um exemplo recorrente de Lacan, quando se fala “você é meu mestre” ou “você é minha mulher” o sujeito receberá do Outro a própria mensagem, passando a ser determinado pelo Outro no lugar de aluno ou de esposo, respectivamente. O emissor, ao falar, se coloca na posição de receptor de sua própria mensagem. Ou, conforme afirma D'Agord (2009, p. 9), "Ao falar, sou falado no lugar do Outro".

Nesse contexto, o eixo imaginário "corta" o eixo simbólico. Isso significa que a relação simbólica entre o sujeito e o Outro é sempre interrompida, ou pelo menos desviada, pela dimensão imaginária. Essa intersecção gera uma descontinuidade no campo simbólico. Assim, o sujeito nunca consegue acessar completamente sua própria mensagem no campo do Outro, pois ela é sempre mediada pela imagem especular (*a* e *a'*). Nestes termos, o sujeito recebe sua mensagem de forma distorcida, sob a forma de um retorno inconsciente (Martins, 2022).

4.3. DO EU IDEAL AO IDEAL DO EU

Lacan, em um comentário sobre seu estádio do espelho, apresenta a seguinte cena que ilustra de forma mais precisa seu modo de conceber o Eu Ideal e o Ideal do Eu:

A criança que está nos braços do adulto é confrontada expressamente com sua imagem. O adulto, quer o compreenda ou não, se diverte com isso. É preciso dar, então, toda a sua importância a este gesto da cabeça da criança que, mesmo depois de ter sido cativada pelos primeiros esboços do jogo que faz diante de sua própria imagem, volta-se para o adulto que a carrega, sem que se possa dizer sem dúvida o que espera disso, se é da ordem de um acordo ou de um testemunho, mas a referência ao Outro vem desempenhar aí uma função essencial. Não é forçar essa função articulá-la dessa maneira, e situar, assim, aquilo que se ligará,

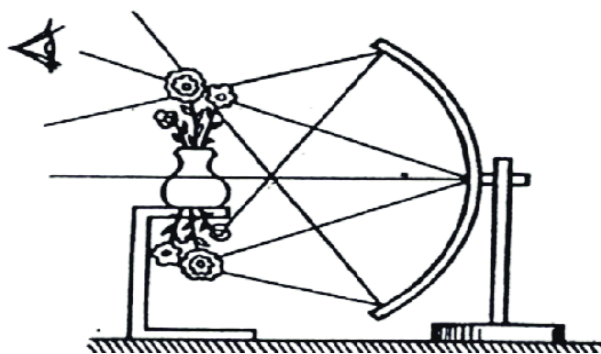
¹⁰ O ato falho indica esse momento que a fala do sujeito é invadida por uma palavra que, do ponto de vista do Eu, lhe é estranha, sendo muitas vezes remendada, com um "não era isso que eu queria dizer".

respectivamente, ao eu ideal e ao ideal do eu na continuação do desenvolvimento do sujeito (Lacan, 1960-1961/2010, p. 451).

No desenvolvimento do conceito do estágio do espelho, Lacan situa o Eu Ideal no âmbito do imaginário. O Eu Ideal é essa imagem que o *infans* encontra no espelho — o outro imaginário com o qual o sujeito se identifica, constituindo-se como um eu unificado (Lacan, 1949/1998d). Para que essa identificação se efetive, é necessário que haja uma homologação dessa imagem pelo simbólico. Assim, podemos adiantar aqui uma definição para o Ideal do Eu, que será esse lugar no Outro, de onde o sujeito se vê sob a forma de eu ideal.

Isso deve se tornar mais claro na medida que retomamos o desenvolvimento que Lacan faz em torno do experimento óptico do buquê invertido de Bouasse (FIGURA 2), experimento utilizado pelo autor para exemplificar a "montagem" do eu no estágio do espelho.

FIGURA 2 – Experiência do buquê invertido



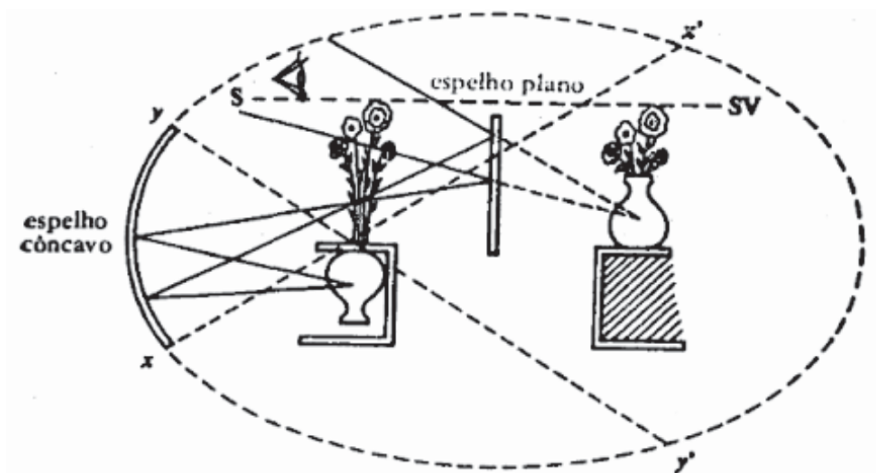
FONTE: Lacan (1953-1954/1986, p. 107)

Neste experimento, um buquê de flores é posicionado escondido abaixo de um vaso. Então, com o uso de um espelho côncavo, os raios de luz são refletidos, criando uma imagem desse buquê no lugar onde está o vaso vazio. O observador, ao ocupar uma posição ideal, percebe o vaso com um buquê, gerando assim a ilusão de uma unidade. Destaca-se que o observador precisa estar em uma posição específica para que a ilusão seja percebida com sucesso (Lacan, 1953-1954/1986).

Assim, o observador antecipa uma imagem unificada (representada pelo vaso com o buquê). De modo semelhante, no estágio do espelho, há uma identificação do sujeito com a imagem integrada, unificada, de si mesmo (Martins, 2022).

Acompanhando a leitura do texto de Lacan, observa-se que o experimento do buquê será modificado pelo psicanalista, incluindo nele um espelho plano no local que era anteriormente ocupado pelo observador (FIGURA 3)

FIGURA 3 – Esquema óptico



FONTE: Lacan (1953-1954/1986, p. 163)

Juntamente com a adição do espelho plano, a posição do sujeito/observador, representado pelo olho no esquema, precisa ocupar uma nova posição: agora se localiza entre o espelho côncavo e o objeto, direcionando seu olhar para o espelho plano. A adição desse novo espelho (A), tematiza a introdução do simbólico: "Em outros termos, é a relação simbólica que define a posição do sujeito como aquele que vê. É a palavra, a função simbólica, que define o maior ou menor grau de perfeição, de completude, de aproximação, do imaginário." (Lacan, 1953-1954/1986, p. 165).

Conforme destaca Pena *et al.* (2019), no esquema inicial, com apenas um espelho côncavo (FIGURA 2), o olho representa o olhar do Outro, especificamente o olhar da mãe enquanto Outro primordial. Quando se adiciona um espelho plano (FIGURA 3), a função do Outro se transforma, passando a ser aquele que controla a inclinação do espelho plano (essa superfície onde a imagem é projetada), determinando o sucesso da ilusão de ótica que se pretende.

Aqui, finalmente, podemos introduzir o Ideal do Eu, que será aquilo que na relação simbólica comandará o jogo de relações da qual depende toda a relação com o outro imaginário:

Qual é o meu desejo? Qual é a minha posição na estruturação imaginária? Esta posição não é concebível a não ser que um guia se encontre para além do imaginário, ao nível do plano simbólico, da troca legal que só pode se encarnar pela troca verbal entre os seres humanos. Esse guia que comanda o sujeito é o ideal do eu (Lacan, 1953-1954/1986, p. 166).

O trabalho de Lacan em torno do estágio do espelho pode ser lido juntamente com o texto "Introdução ao Narcisismo" de Freud (1914/2010f). Inclusive é do texto freudiano que Lacan extrai os termos Eu ideal e Ideal do Eu. Destaca-se nesse ponto a aproximação da teoria do estágio do espelho com a ideia de narcisismo primário de Freud.

Freud (1914/2010f) observa que, quando ainda são bebês, os seres humanos costumam receber um intenso investimento libidinal por parte dos pais. Esse investimento possui as características da superestimação sexual observada na vida amorosa dos adultos¹¹. Assim, os bebês, investidos libidinalmente, passam a ser vistos como detentores de todas as perfeições. Os bebês, em geral, são dotados de todos os privilégios e são protegidos de todos infortúnios. Onipotente e soberano, torna-se a *majestade, o bebê* (Freud, 1914/2010f). Esse estado, no qual o Eu do bebê é idealizado e ocupa o lugar de objeto de amor dos pais, é denominado de narcisismo primário.

Nesse contexto, podemos introduzir o conceito de idealização, conforme compreendido por Freud (1914/2010f, p. 25):

A idealização é um processo que envolve o objeto, através do qual este é ampliado e psiquicamente elevado sem que sua natureza seja transformada. A idealização é possível tanto no âmbito da libido do Eu quanto no da libido objetal. Assim, a superestimação sexual do objeto, por exemplo, é uma forma de idealização dele.

Para Freud (1914/2010f), o narcisismo primário é experimentado pelo bebê como um estado de grande satisfação. No entanto, essa posição é insustentável e logo será perturbada pelas exigências morais, inicialmente impostas pelos pais. Para prolongar a satisfação narcísica, o sujeito projeta para si um ideal, o Ideal do Eu, que se torna o substituto desse narcisismo primário perdido na infância, quando o sujeito se via como seu próprio ideal (o Eu ideal). Dessa forma, todo o amor que o bebê desfrutou no narcisismo primário é agora direcionado para o Ideal do Eu.

Assim, a formação do Ideal do Eu significa um aumento das exigências sobre o Eu, levando Freud (1914/2010f) a postular a existência de uma instância psíquica que deve observar continuamente o Eu, medindo-o em relação ao Ideal. A ideia de uma instância como essa levou, posteriormente, ao desenvolvimento do conceito de Supereu na chamada segunda tópica, desenvolvida a partir de 1923.

¹¹ Freud observa que, em certos tipos de escolha amorosa dos adultos, há uma notável superestimação sexual, a qual "permite que surja o enamoramento, esse peculiar estado que lembra a obsessão neurótica, remontando assim a um empobrecimento libidinal do Eu em favor do objeto" (Freud, 1914/2010f, p. 23).

Por hora, em linhas gerais, podemos afirmar que a passagem do Eu ideal para o Ideal do Eu representa uma transição da identificação narcísica de onipotência - isto é, a majestade o bebê - para a submissão à onipotência do Outro, encarnada num primeiro momento pelos pais da criança (Lacan, 1960/1998e).

Já na obra de Freud é possível observar uma dependência dessa referência outra (os pais) para a efetivação da satisfação narcísica. Esse aspecto encontra correspondência na obra de Lacan, ao destacar o papel do Outro simbólico que oferece as coordenadas necessárias para que o imaginário se estruture.

Em outros termos, podemos afirmar que o Outro tem a função de homologar e sancionar as imagens com as quais cada sujeito se identifica no estágio do espelho. É ao Outro, encarnado pelos pais, o que o bebê mira para saber se essa imagem que encontra no espelho tem valor. É a partir do ponto de vista do Outro que o sujeito pode se localizar no mundo, mas também é por meio dele que o sujeito irá se situar em uma rede de significações e valores¹².

Na continuidade abordaremos o conceito de Ideal do Eu destacando sua relação com o conceito de identificação. Para isso, percorremos o texto "Psicologia das Massas e Análise do Eu", onde Freud (1921/2011d) dá um passo adiante na abordagem em torno da temática do Ideal do Eu ao passo que discute as identificações que ocorrem no complexo de Édipo.

4.4. A IDENTIFICAÇÃO E O COMPLEXO DE ÉDIPO EM FREUD

Na obra de Freud, não há uma completa sistematização sobre o tema das identificações, e o próprio criador da psicanálise expressava insatisfação com suas formulações acerca desse conceito (Freud, 1933/2010c). Portanto, levantaremos aqui, de maneira sumária, alguns aspectos da identificação conforme apresentados em "Psicologia das Massas e Análise do Eu".

¹² Com base em Lustoza (2006), podemos afirmar que, para realizar qualquer tipo de avaliação, é necessário que um traço do objeto avaliado seja destacado em detrimento de outros traços possíveis. Nesse sentido, por exemplo, para que o sujeito possa situar-se como mais bonito ou mais feio que alguém, é imprescindível que esse traço significante - a beleza - tenha sido colocado em destaque a partir de um determinado ponto de vista. Um traço isolado, por si só, não é capaz de significar coisa alguma; no entanto, quando esse traço é incluído em uma cadeia de significantes, ele adquire sentido. O Outro é justamente essa cadeia de significantes que fornecerá o contexto no qual esse traço poderá ser interpretado. No exemplo da beleza, ela poderá ser avaliada a partir de um padrão global de estética, de um estilo *punk*, ou de qualquer outro parâmetro, conforme a cadeia de significantes onde esse traço poderá estar inserido.

Neste trabalho Freud analisa variados modos de identificação, chegando à formulação dos seguintes postulados:

primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetal libidínica, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação (Freud, 1921/2011d, p. 49).

Tais formulações retomam o trabalho que Freud faz em "Luto e Melancolia". Segundo Freud (Freud, 1915/2010g), o trabalho de luto passa pela identificação do Eu com o objeto perdido. Ou seja, no luto, o Eu assume para si os traços da pessoa amada e perdida, e nesse processo de identificação o sujeito, gradualmente, poderá renunciar ao investimento objetal na pessoa amada.

Esse processo tem um efeito especialmente significativo nas primeiras fases da constituição do Eu. A tal ponto que Freud pôde afirmar que "o caráter do Eu é um precipitado dos investimentos objetais abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto" (Freud, 1923/2011e, p. 26).

Para Freud, esse mecanismo de identificação com o objeto perdido também explicaria os fenômenos observados na clínica da melancolia: A característica marcante desses casos é a "cruel autodepreciação do Eu, unida a uma implacável autocrítica e amargas recriminações a si próprio" (Freud, 1921/2011d, p. 51). A investigação psicanalítica levou Freud a concluir que essas autorrecriminações são, na verdade, recriminações dirigidas a um objeto amado e perdido, que se voltaram contra o próprio Eu. Na melancolia, observa-se, portanto, uma identificação do Eu com o objeto perdido. Assim, nesse caso, "a sombra do objeto caiu sobre o Eu" (Freud, 1921/2011d, p. 51).

A elaboração de Freud sobre o conceito de identificação em "Luto e melancolia" e em "Psicologia das massas" levaram o autor a distinguir dois possíveis destinos para o objeto. Na primeira situação, o objeto é colocado no lugar do Eu; na segunda, o objeto ocupa o lugar do Ideal do Eu.

A primeira situação – o objeto colocado no lugar do Eu – corresponde precisamente à identificação, onde o objeto é perdido, ou renunciado, e a partir disso é reintegrado ao Eu. Nesse processo, o Eu se modifica, ao menos parcialmente, para incorporar as características do objeto perdido. Nesse caso, o Eu se enriquece com os atributos do objeto (Freud, 1921/2011d).

A segunda situação refere-se à idealização, na qual o objeto é mantido e elevado à posição de ideal. Nesse cenário, o objeto recebe um investimento excessivo de libido, sendo superestimado. Como consequência, o Eu se empobrece, uma vez que toda a energia libidinal se concentra no objeto idealizado. Esse empobrecimento do Eu se reflete em uma postura de submissão e ausência de críticas frente ao objeto. Isso permite a Freud (1921/2011d) tomar a idealização como um modelo explicativo para a submissão observada tanto no estado de enamoramento quanto na hipnose. Posteriormente, Freud (1923/2011e) também irá reconhecer o mesmo processo no tratamento psicanalítico¹³.

Apesar dessa diferenciação entre idealização e identificação, Freud observa que essas duas situações podem ocorrer de maneira simultânea. Assim, a própria definição de massa para o autor irá concatenar as duas operações. Segundo Freud (1921/2011d), uma massa designa: "uma quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu e, em consequência, identificaram-se uns com os outros em seu Eu" (Freud, 1921/2011d, p. 59).

A leitura da obra de Freud nos leva a concluir que essas noções de idealização e identificação concorrem para a constituição do Ideal do Eu. Podemos afirmar que o Ideal do Eu se constitui no início da vida do sujeito, sendo fruto, por um lado, da idealização no âmbito do narcisismo primário e, por outro, como veremos a seguir, da identificação com as figuras parentais no complexo de Édipo.

Dentre as diferentes formas de identificação analisadas por Freud em "psicologia das massas" está a identificação ao pai no âmbito do complexo de Édipo, que será introduzida aqui como uma dinâmica de identificações entre o bebê e as figuras parentais.

Freud (1921/2011d) destaca que esse complexo se desenvolve de maneira distinta em homens e mulheres, uma diferença que é explorada mais detalhadamente em trabalhos posteriores do autor, como "Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos" (1925) e "Sobre a Sexualidade Feminina" (1931). Aqui, seguindo de perto "Psicologia das Massas", focaremos na descrição do complexo de Édipo masculino¹⁴.

Em linhas gerais, o complexo de Édipo masculino ocorre da seguinte forma: inicialmente, o menino toma o pai como um ideal, identificando-se com ele, enquanto a mãe é

¹³ Freud afirma que o Ideal do Eu, no tratamento analítico, "se relaciona à tentação de desempenhar, ante o paciente, o papel de profeta, salvador de almas, redentor" (Freud, 1923/2011e, p. 63).

¹⁴ Vale advertir que a abordagem do Édipo adotada por Freud e de alguns seus sucessores foi alvo de importantes críticas advindas do movimento feminista e dos estudos de gênero. Nesse sentido, destacamos, por exemplo, o trabalho de Luce Irigaray, que questiona as abordagens teóricas que privilegiam uma perspectiva masculina e elevam o masculino a uma referência universal, enquanto o feminino é tomado como um caso particular, derivado do modelo masculino (Cossi, 2019). Podemos observar essa perspectiva de maneira bastante evidente no modo como Freud aborda o Édipo no texto "Psicologia das Massas e Análise do Eu".

vista como objeto de amor. Esse investimento libidinal na mãe e a identificação com o pai podem coexistir por um período. No entanto, o menino eventualmente "percebe que o pai é um obstáculo entre ele e a mãe; sua identificação com o pai adquire então uma tonalidade hostil, tornando-se idêntica ao desejo de substituir o pai também junto à mãe" (Freud, 1921/2011d, p. 47). Assim, a identificação com o pai é ambivalente, podendo tanto expressar ternura quanto desejo de eliminação. A partir desse estágio, o complexo de Édipo pode seguir diferentes destinos, permitindo que a identificação com o pai se transforme em uma ligação objetual com ele, tal como ocorre, de modo geral, com as mulheres (Freud, 1921/2011d).

Freud (1921/2011d) resume a relação que a criança pode estabelecer com o pai em uma fórmula: o sujeito pode procurar se identificar com o pai - desejando ser como o pai - ou pode tomar o pai como objeto - desejando ter o pai como objeto de amor.

Posteriormente, em "O Eu e o Id", Freud (1923/2011e) retoma essa relação das identificações ocorridas no complexo de Édipo com a formação do Ideal do Eu. Nesse ponto de sua obra, Freud introduz a segunda tópica de seu ensino, de modo que o Ideal do Eu passará a ser abordado como um sinônimo de Supereu, empregando ambos os termos de maneira intercambiável em alguns pontos.

Segundo Freud (1923/2011e), o curso do complexo de Édipo se encerra com a exigência de uma renúncia aos investimentos que a criança fez nos pais. Seguindo a lógica observada no luto, em que a renúncia ao objeto passa por uma identificação com ele, essa renúncia, feita ao final do complexo de Édipo, tem como consequência o fortalecimento das primeiras identificações. Essa identificação inicial atua como uma instância especial e estruturante no Eu, que ainda está em desenvolvimento. Dessa forma, tanto o Ideal do Eu quanto o Supereu são designados como herdeiros do complexo de Édipo (Freud, 1923/2011e).

O desejo de substituir o pai, que caracteriza o complexo de Édipo nos meninos, suscita uma formação reativa que se traduz na dupla injunção do Supereu. Assim, Freud afirma:

o Supereu não é simplesmente um resíduo das primeiras escolhas objetais do Id; possui igualmente o sentido de uma enérgica formação reativa a este. Sua relação com o Eu não se esgota na advertência: "Assim (como o pai) você deve ser"; ela compreende também a proibição: "Assim (como o pai) você não pode ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele". Essa dupla face do ideal do Eu deriva do fato de ele haver se empenhado na repressão do complexo de Édipo, de até mesmo dever sua existência a essa grande reviravolta (Freud, 1923/2011e, p. 21).

Assim, por um lado, o Supereu se manifesta como uma censura moral, associada ao sentimento de culpa, mas também representa o que há de mais elevado em nossa subjetividade: "Quando pequenos nós conhecemos, admiramos, tememos estes seres

elevados; depois os acolhemos dentro de nós” (Freud, 1923/2011e, p. 33). Posteriormente, professores e outras figuras de autoridade assumem esse papel. Assim, o Ideal do Eu também permite o desenvolvimento dos "sentimentos sociais", que se baseiam nas identificações com outras pessoas que compartilham o mesmo Ideal do Eu.

Assim, o Ideal do Eu é associado a uma instância responsável pela autoavaliação, que, na segunda tópica, veio a ser denominada de Supereu. Vale destacar que, posteriormente, Freud (1933/2010c) distinguiu no Supereu três funções principais: a auto-observação, a consciência moral e a função de ideal. Dessa maneira, se em um primeiro momento o Supereu e o Ideal do Eu são sinônimos, posteriormente o Supereu será compreendido como um conceito mais abrangente, englobando o Ideal do Eu entre suas funções.

Lacan retrabalha o complexo de Édipo de Freud, centrando-se na entrada do sujeito na ordem simbólica. Isso lhe permite explorar as identificações em relação aos significantes oferecidos ao sujeito pelo Outro. Assim, o Édipo lacaniano será descrito como uma operação significativa e será dividido em três tempos que serão detalhados a seguir.

4.5. LACAN E A METÁFORA PATERNA

Para Lacan, "Não apenas o homem nasce na linguagem exatamente como nasce no mundo, como também nasce pela linguagem" (Lacan, 1967/2006, p. 36). Esse nascimento do sujeito exige a pré-existência de outros seres falantes, que irão introduzir o ser humano, recém-nascido, na ordem simbólica previamente dada (Lacan, 1998f). Ou seja, é preciso que alguém se encarregue de encarnar o Outro para esse *infans*, transmitindo os significantes que o constituem enquanto sujeito, essa é precisamente a função da mãe na teoria de Lacan.

A necessidade da presença da mãe (ou de outro adulto que a substitua, não sendo necessário que seja a genitora que realize a função materna) deve-se à condição prematura e desamparada em que os seres humanos nascem — condição já abordada por Lacan ao introduzir o estádio do espelho. Segundo Lacan (1957-1958/1999), ao nascer, o ser humano se vê à mercê do desejo dessa pessoa, que ora decide alimentá-lo, ora coloca-o para dormir. Ora fica e ora vai embora. Ou seja, o recém-nascido está submetido ao desejo da mãe, que encarna esse Outro primordial. Esse encontro do sujeito com o desejo materno é caracterizado por Lacan (1957-1958/1999) como o primeiro tempo do Édipo, no qual o Outro se apresenta como um ser onipotente, que age segundo seu próprio capricho.

As idas e vindas da mãe suscitam uma questão, que Lacan enuncia: "A pergunta é: qual é o significado? O que quer essa mulher aí?" (Lacan, 1957-1958/1999, p. 181). A

resposta para essa pergunta é, antes de qualquer coisa, uma incógnita, um X. Na falta de uma resposta, o sujeito oferece a si mesmo como objeto de desejo para a mãe. Aquilo que falta à mãe nesse primeiro momento é denominado por Lacan (1957-1958/1999) de falo imaginário. Aqui a criança é compelida a ser aquilo que falta à mãe, identificando-se com esse falo imaginário. Processo que é concomitante à construção de um Eu enquanto uma imagem corporal¹⁵ (Martins, 2022).

Nesse primeiro tempo podemos supor uma complementaridade entre o eu e o Outro. Contudo, as contínuas idas e vindas da mãe indicam para o sujeito que ela deseja outra coisa para além dele. A situação se altera na medida em que esse movimento da mãe, longe de estar servindo ao seu puro capricho, indica que ela está submetida a uma lei que a ultrapassa. A lei em questão proíbe a mãe de utilizar seu bebê como objeto de gozo sexual e, por extensão, proíbe o sujeito de ser aquilo que falta à sua mãe e completar o Outro (Lacan, 1957-1958/1999). É nesse ponto que o pai entra na história: o pai é aquele que encarna a lei e responde à questão do porquê ora a mãe vem e ora vai embora.

Nesse segundo momento, o pai será tido como um tribunal superior, sendo a ele que o sujeito poderá recorrer. Nesse tempo, o pai ainda pode ser tomado como aquele que *é* o falo. Dessa forma, o terceiro momento do Édipo corresponde ao instante em que o pai passa a ser aquele que *tem* o falo:

O falo, o pai atestou dá-lo em sua condição e apenas em sua condição de portador ou de suporte, diria eu, da lei. É dele que depende a posse ou não desse falo pelo sujeito materno. Na medida em que a etapa do segundo tempo é atravessada, é preciso então, no terceiro tempo, que aquilo que o pai prometeu seja mantido. Ele pode dar ou recusar, posto que o tem, mas o fato de que ele, o pai, tem o falo, disso ele tem que dar provas. É por intervir no terceiro tempo como aquele que tem o falo, e não que o é, que se pode produzir a báscula que reinstaura a instância do falo como objeto desejado da mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar. (Lacan, 1957-1958/1999, p. 200)

Nesse ponto, é importante destacar, conforme Martins (2022), que a transformação do pai naquele que "tem o falo" permite uma desvinculação do falo que antes estava atado ao outro. Ou seja, à medida que esse pai tem o falo, abre-se a possibilidade para que o sujeito desenvolva sua própria construção sobre como poderá obtê-lo, na esperança de tornar-se, por fim, ele mesmo aquele que tem o falo.

Vale destacar que o pai em jogo aqui é o pai simbólico, introduzido na história do sujeito através do discurso da própria mãe: é pelas referências que a mãe faz ao pai nas suas

¹⁵ O estádio do espelho, como tratamos anteriormente, será o pré-requisito para essa identificação com o falo imaginário no primeiro tempo do Édipo (Lacan, 1957-1958/1999).

trocas com a criança que é permitido ao sujeito entrever a lei que a ultrapassa. Desse modo, Lacan (1957-1958/1999) vai abordar o pai enquanto um significante, chamado de Nome-do-Pai. Isto é, "a função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno" (Lacan, 1957-1958/1999, p. 180), processo denominado de metáfora paterna¹⁶.

A metáfora paterna também consiste numa defesa que o sujeito erige a fim de evitar se perder como objeto de gozo do Outro. Conforme fica evidente numa ilustração proposta por Lacan (1969-1970/1992): "O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carrega sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra" (Lacan, 1969-1970/1992, p. 105). Assim, o falo simbólico – enquanto efeito do Nome-do-Pai – é como um "rolo de pedra" que pode emperrar essa boca que está na iminência de devorar o sujeito (Lacan, 1969-1970/1992). Esse "rolo de pedra" designa a castração do Outro, promovida pela introdução da lei no campo dos significantes. Essa inscrição da castração transforma o Outro (A), a princípio completo e onipotente, em um Outro barrado (\bar{A}), submetido a uma lei¹⁷.

É importante considerar que, na teoria lacaniana, o complexo de Édipo está permeado pela ideia de que o desejo está intrinsecamente vinculado à lei, a ponto de se afirmar que a lei cria o desejo. A mãe só pode ser concebida como objeto de desejo do sujeito porque o pai a interdita. Em outras palavras, a mãe adquire o *status* de objeto de desejo de forma retroativa, a partir da inscrição da lei. Para Lacan: "O desejo, como desejo pela mãe, é idêntico à função da lei. É na medida em que proíbe esse desejo que a lei impõe o desejá-la, pois, afinal, a mãe não é, em si mesma, o objeto mais desejável" (Lacan, 1962-1963/2005, p. 120).

Assim, retroativamente, o sujeito atribuiu a essa vivência inicial com o Outro primordial um caráter de completude, onde se supõe ocupar o lugar de falo imaginário para a mãe. Essa situação, que pode ser qualificada como mítica e carrega os contornos de um "paraíso perdido". No entanto, tal situação só pode ser reconhecida no momento em que é perdida. Isto é, a partir da introdução do Nome-do-Pai¹⁸. Nesse ponto destaca-se um

¹⁶ Por exemplo, na metáfora "Eles não sabem que estamos lhes trazendo a peste" o significante (S) psicanálise, é substituído por outro significante (S') a peste. Esta operação de substituição nos significantes produz novos efeitos de significação. Da mesma forma o Nome-do-Pai realiza uma metáfora, uma substituição do desejo da mãe (Dor, 1989).

¹⁷ É a partir dos diferentes modos de se haver com o Nome-do-Pai e com a castração que Lacan vai distinguir cada uma das estruturas clínicas: psicose, perversão e neurose: A psicose se caracteriza pela forclusão (Verwerfung) do Nome-do-Pai; na perversão a castração é desmentida (Verleugnung); e na neurose opera o recalque (Verdrängung) (Quinet, 2009).

¹⁸ Como exemplo desse mecanismo de retroação, vale citar uma anedota contada por Marco Antônio Coutinho Jorge, que diz: "Um menino de seis anos de idade, ao observar seu irmãozinho de leite mamando no

paralelismo entre o primeiro tempo do Édipo, em o que sujeito se identifica com o falo imaginário, e a concepção de narcisismo primário de Freud.

É a partir da falta, introduzida no Outro pelo Nome-do-Pai, que o sujeito poderá acessar a dimensão do desejo do Outro, desvelando o Outro como uma estrutura faltosa, desejante. E é só a partir do desejo do Outro que o sujeito poderá sair da posição de objeto de gozo, para se constituir como sujeito do desejo. É nesse ponto que a teoria psicanalítica oferece uma importante contribuição: trata-se da tese de que "o desejo do homem é o desejo do Outro".

Numa primeira acepção desse aforismo poderíamos compreender que o desejo do sujeito é mediado pelo Outro.

Assim, o soldado que arrisca sua vida para arrebatar a bandeira do inimigo não está desejando o pedaço de pano colorido, mas o objeto do desejo de outros. Quando um homem deseja o corpo de uma mulher, não é o corpo enquanto objeto natural que está sendo desejado (isso caracterizaria o instinto), mas o corpo historicamente constituído, o corpo desejado por outros desejos (Garcia-Roza, 2009, p. 142).

Nota-se que este aforismo carrega certa ambiguidade, de modo que podemos entender também na perspectiva de que "o desejo do homem é que o Outro deseje algo"¹⁹. Pois, se concebemos um Outro como uma estrutura completa, que obliteraria todo o real, não haveria a possibilidade haver uma falta no Outro pela qual o sujeito poderia se constituir²⁰.

Entra em jogo aqui a teorização acerca do objeto *a*, desenvolvida por Lacan a partir do "*Seminário 10 – A angústia*". Das diferentes acepções sobre o objeto *a*, convém destacar aqui esse conceito como: objeto causa de desejo, como objeto perdido e como resto.

O objeto *a* é o objeto causa do desejo, e, portanto, é aquilo que no meu semelhante, no pequeno outro, desperta o desejo do sujeito. Segundo Quinet (2012), o objeto *a* é isso o que no outro

dá vontade de olhar para ele, ouvir sua voz, pegá-lo, agarrá-lo, abraçá-lo, beijá-lo, comê-lo, pegar um pedacinho dele para guardar com você, entrar dentro dele, fazê-lo entrar dentro de você! E até mesmo despedaçá-lo! As suas pulsões – sempre parciais – se satisfazem ao reduzir o Outro a um objeto. Pois o objeto *a* é

peito de sua mãe, diz a ela: 'Mamãe, eu também quero mamar!'. A mãe lhe responde: 'Mas você já mamou!'. E ele exclama: 'Mas eu não sabia!'" (Jorge, 2010, p. 241).

¹⁹ Nesse ponto podemos observar a influência da tese hegeliana de que *o desejo do homem é desejo de desejo*. Tese incorporada por Lacan a partir da obra de Kojève (2002).

²⁰ Acerca disso, Lacan, no Seminário 11, aborda o tema da *afânise*: o termo usado por Ernest Jones para falar do desaparecimento do desejo, mas Lacan associa esse termo ao movimento letal de ver desaparecer o próprio sujeito, que na ausência de desejo se tornaria "petrificado", sendo levado pelo próprio significante a "não ser mais do que um significante" (Lacan, 1963-1964/1985b p. 197).

o verdadeiro parceiro na sexualidade (Quinet, 2012, p. 32).

O objeto *a* é, também, o objeto perdido. Trata-se do objeto de uma satisfação mítica que o sujeito tenta reencontrar. Seguindo a tese de Freud (1905/2016b), de que o encontro com o objeto é, na verdade, um reencontro, podemos afirmar que a satisfação da pulsão ocorre na busca da repetição de uma experiência de satisfação passada. É nessa busca, sempre fracassada, que o desejo pode advir. Aquilo que se perde na primeira experiência de satisfação, Freud chamou de *das Ding*- a Coisa, algo que não pode ser preenchido por nenhum outro objeto (Guedes, 2010).

Assim, no pequeno outro há algo que não é integrado imaginariamente, algo que não podemos ver, que não é representado. Essa falta, segundo Lacan, só pode ser apreendida pelo simbólico como um furo no simbólico. O objeto *a*, enquanto falta que move o sujeito, corresponde a um vazio estrutural. Em Lacan, o objeto *a* não é, de modo algum, um objeto capaz de nos satisfazer; pelo contrário, ele nos perturba e nos lança ao desejo. Assim, a teorização do objeto *a* por Lacan, em vez de oferecer uma resposta para o que os seres humanos desejam, é, na verdade, a tentativa de manter a questão do desejo aberta.

A metáfora paterna tem, nesse contexto, a função de destacamento do objeto *a*. Nessa operação, em que um significante nomeia o desejo da mãe, produz-se um resto não simbolizado, que corresponde ao objeto *a*. A metáfora paterna, ao instituir a falta como desejo, protege o sujeito do encontro com aquilo que insiste como excesso traumático no Outro, garantindo que o objeto *a* permaneça como um horizonte móvel, nunca totalmente assimilável. Assim, a metáfora paterna constitui o sujeito também como sujeito desejante.

4.6. IDEAL DO EU E COMPLEXO DE ÉDIPPO

Na obra lacaniana, a constituição do Ideal do Eu está associada à identificação que ocorre no terceiro tempo do Édipo, momento em que o pai intervém como aquele que "tem", ou seja, o possuidor do falo (Lacan, 1957-1958/1999). No decorrer dessa identificação, Lacan associa o Ideal do Eu à assunção do próprio sexo pelo sujeito, afirmando: "A virilidade e a feminização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo. Encontramo-nos, aí, no nível em que o Édipo está diretamente ligado à função do Ideal do Eu – ele não tem outro sentido." (Lacan, 1957-1958/1999, p. 171).

Nesse ponto, a leitura de Lacan aproxima-se da perspectiva freudiana, na qual a identificação é o que regula a pertença sexual. O complexo de Édipo em Freud, é o mecanismo que permite conter a dispersão das pulsões por meio de uma identificação unificadora — seja pela identificação como homem ou como mulher (Soler, 2005). Como aponta Soler (2005), a identificação é o nome que Freud vai dar a esse processo, que em termos lacanianos corresponde ao domínio do simbólico sobre o real. Esse processo alimenta a consistência do Outro (A), criando um sistema simbólico que estabelece modelos nos quais o sujeito se liga, se atado a uma identidade masculina ou feminina (Soler, 2005).

Aqui é importante evitar cristalizar as posições enunciadas por Lacan de forma rígida. Como observa Martins (2022), os sujeitos falam a linguagem e a língua de seu tempo. Assim, certos significantes dos discursos e das exigências sociais, que compõem o Ideal do Eu, estão ligados ao componente histórico da subjetividade de determinado tempo. Isso inclui os significantes que, em cada época, determinam a feminilidade e a masculinidade.

Vale destacar que a temática da "assunção do próprio sexo" vai apontar, em última instância, para os limites de resolver a problemática da divisão sexual pela via simbólica. Aqui, entra em jogo o Real, aquilo que escapa à simbolização, abordado por Lacan pelo aforismo "não existe relação sexual", formulação que retoma a ideia freudiana de "rochedo da castração".

Freud (1937/2018a) afirmava que toda análise se depara com algo que é incurável, o intransponível rochedo da castração, que se manifesta como angústia de castração no homem e inveja do pênis nas mulheres. Segundo Miller (1996), esse impasse refere-se à ausência de uma cláusula simbólica que diria como ser um homem ou uma mulher frente ao outro sexo. Essa falta é expressa pelo aforismo laciano "não existe relação (*rapport*) sexual". O termo *rapport*, nesse contexto, possui múltiplos sentidos - relação, relacionamento, proporção, razão, fração, etc. Com esse aforismo, Lacan afirma que não há complementaridade entre os sexos, nem um código no Outro capaz de decifrar o enigma da diferença sexual.

Podemos afirmar, com efeito, que o Outro é castrado (A), e, assim, nem mesmo o pai, que no complexo de Édipo aparenta ter o falo, escapa dessa castração. Contudo, isso não impede que, na passagem pelo Édipo, o pai seja tomado como aquele que detém o falo, o que ocorre especialmente nos casos de neurose. Como destaca Lima (Lima, 2020, p. 17), "o pai não é capaz de garantir ao sujeito o acesso a uma mulher". Ou seja, não há garantia para qualquer norma social que pretenda determinar as parcerias e o gozo do sujeito. O Nome-do-Pai, nesse sentido, depende de uma crença subjetiva, de um consentimento do

sujeito para operar, mas carece de qualquer garantia última para seu funcionamento – em suma, não há Outro do Outro (Lima, 2020).

Assim, é justamente na medida em que ninguém possui efetivamente o falo que cada um pode dar uma resposta à falta instaurada pela castração: os homens recorrem ao “ter” (o que nunca se concretiza, dado que estarão sempre às voltas com a possibilidade de não tê-lo, isto é, com o temor de perdê-lo); e as mulheres recorrem ao “ser” o falo, assumindo um papel que simboliza o objeto desejado pelo Outro (Rabelais, 2012).

Em ambos os casos, o Ideal do Eu corresponde à identificação com o pai no terceiro tempo do Édipo. Contudo algumas diferenças podem ser apontadas nos homens e nas mulheres. Para os homens, ao se introjetar o pai como Ideal do eu, assume-se a masculinidade como um significante em reserva, a ser desenvolvido posteriormente.

Não estou dizendo que desde logo e imediatamente ele seja um pequeno macho, mas ele pode tornar-se alguém, já está com seus títulos de propriedade no bolso, com a coisa guardada, e, quando chegar o momento, se tudo correr bem, se o gato não comê-lo, no momento da puberdade, ele terá seu pênis prontinho, junto com seu certificado – Aí está papai que no momento certo o conferiu a mim (Lacan, 1957-1958/1999, p. 176).

Enquanto o homem se identifica com o pai como possuidor do falo, a mulher vai reconhecê-lo como aquele que o possui. Para Lacan, "Ela, a mulher, sabe onde ele está, sabe onde deve ir buscá-lo, o que é do lado do pai, e vai em direção àquele que o tem." (Lacan, 1957-1958/1999, p. 202). O que não quer dizer que ela também não se identifique, ao menos em parte, com esse pai. Conforme Lacan afirma:

Ela não se transforma realmente no pai, é claro, mas torna-se o pai enquanto Ideal do eu. (...) A menina nem por isso se transforma em homem. Dessa identificação encontramos sinais, estigmas, que se exprimem parcialmente, que podem ser assinalados pelo sujeito, e dos quais este pode se gabar, até certo ponto. (Lacan, 1957-1958/1999, p. 306)

As diferenças do complexo de Édipo para os homens e as mulheres, aponta para a concepção de que a mulher não se define totalmente pela dimensão fálica, havendo um resíduo que escapa à captura pelo falo. Lacan aprofunda essa questão ao desenvolver sua teoria da sexualidade no Seminário 20, mas, para os fins de nossa investigação, é suficiente reconhecer que homens e mulheres se definem a partir da sua relação com o falo. Essa relação se dá de maneiras distintas, produzindo formas de gozo diferentes. Para Lacan, o homem se

define por sua submissão total à função fálica, enquanto a mulher, por sua vez, não está inteiramente submetida à lógica do gozo fálico²¹ (Soler, 2005).

Lacan aproxima essa identificação ao pai com a identificação ao líder que Freud descreve em "psicologia das massas". Nesse sentido, o sujeito, seja homem ou mulher, coloca o pai – sendo aqui aquele tem o falo – no lugar de Ideal do Eu, nessa operação tomam para si (se identifica) por aquilo que Lacan chama de insígnias do Outro (Lacan, 1957–1958/1999).

Conforme destaca Martins (2022), o falo será o vetor das identificações secundárias do sujeito. Ao eleger como Ideal do Eu esse pai que tem o falo, o sujeito constrói as formas de obtê-lo, de ter acesso a ele, a fim de poder servir-se dele futuramente. Contudo, o Ideal do Eu carrega, ainda que recalcado, o desejo materno ligado ao lugar da criança desejada, tal como Freud já anunciava ao teorizar sobre o narcisismo primário.

Nesse sentido, articulando o eu ideal ao Ideal do eu, podemos afirmar, a grosso modo, que o complexo de Édipo divide o passado do futuro. Sendo o passado, o lugar onde está o narcisismo primário e a felicidade perdida do eu ideal; e o futuro, sendo o lugar onde impera o narcisismo secundário e a promessa de felicidade representada pelo Ideal de Eu (Martins, 2022). Essa ideia de promessa fica mais clara se observarmos o modo como Birman (2016) aborda o tema:

Com efeito, se o sujeito não pode usufruir as delícias eróticas desta ou daquela mulher, pois se trata de sua mãe ou sua irmã, ele pode contudo ter acesso a todas as outras para o exercício do seu gozo. É justamente isso que o ideal do eu autoriza, possibilitando assim ao sujeito uma quase infinidade de relações com os outros. Além disso, como indica a palavra ideal no enunciado deste conceito, a utopia e os valores emancipatórios se fundam, no sujeito, na função do ideal do eu (Birman, 2016, p. 285)

Por fim, em síntese, observa-se que de modo geral as proposições de Lacan subscrevem a abordagem de Freud sobre o Ideal do Eu, e trazem ainda algumas contribuições, dentre as quais se destaca a distinção entre o Ideal do Eu e o Eu ideal, distinção que dá destaque para uma dimensão simbólica que não estava evidente no texto de Freud. A passagem pelo complexo de Édipo, na medida que diz respeito a essa entrada do sujeito na ordem simbólica, também concorre para a formação desse Ideal juntamente com a inscrição do Nome-do-Pai.

²¹ Conforme afirma Colette Soler (2005), o caráter binário do sexo, decorre na obra de Lacan da necessidade lógica, que se reduz às posições de gozo: de um lado o todo fálico e do outro o não-todo fálico. É em face a incomensurabilidade dessas duas formas de gozo que Lacan pode enunciar sua fórmula: não há relação sexual. Nessa perspectiva, as posições em relação ao gozo não precisam ter uma correspondência anatômica.

Ainda, para finalizar, se pudéssemos elaborar uma definição de Ideal do Eu, que levasse em consideração tudo o que foi exposto até aqui, não poderíamos propor uma definição mais completa do que aquela que extraímos de Zizek (1992). Segundo o autor, o Ideal do Eu é "o ponto, no Outro, de onde o sujeito se vê sob a forma que lhe parece passível de ser amada, de onde ele parece digno do amor do Outro" (Zizek, 1992, p. 70). Essa definição concatena em uma única frase, o Ideal do Eu e o eu ideal. A noção de eu ideal é justamente "a forma", portanto imaginária em que o sujeito "lhe parece passível de ser amada". Essa definição de Ideal do Eu também não se distancia da proposta freudiana de Ideal do Eu como substituto do narcisismo primário. Mais ainda, ao destacar que Ideal do Eu mira o amor do Outro remete justamente à situação alienante que se desenrola no complexo de Édipo.

4.7. ALIENAÇÃO E SEPARAÇÃO

O Ideal do Eu, situado na dimensão simbólica, articula-se com a ideia de alienação significativa — operação pela qual o sujeito é inserido na linguagem e confrontado com uma escolha forçada: ceder seu ser em troca do sentido oferecido pelo Outro. A alienação, portanto, inaugura para o sujeito um impasse, uma escolha sem alternativa, comparável ao dilema imposto pelo assaltante que diz: “A bolsa ou a vida?”. Nesse caso, só se pode optar pela vida, sob o risco de, do contrário, perder ambos — tanto a vida quanto a bolsa.

Considerando que o sentido é efeito da articulação entre significantes ($S1 \rightarrow S2$), escolher o sentido implica acatar o S2 que o Outro oferece ao sujeito. Assim como a bolsa perdida em um assalto, ao escolher o sentido, o sujeito perde algo de si - sua "libra de carne", o preço pago por sua inserção na ordem simbólica. Por outro lado, se o sujeito recusa o sentido, recusando o S2, ocorre o que Lacan chama de afânise, ou seja, o desaparecimento do sujeito, já que ele não tem um segundo significante (S2) para o qual o primeiro (S1) poderia representá-lo, seguindo aqui a própria definição de significante (Lacan, 1963-1964/1985b,, Dor, 1989).

A alienação é, assim, uma operação que implica uma perda necessária de ser para o sujeito. Contudo, antes da alienação, antes da incidência da linguagem, não havia sequer a possibilidade de o sujeito ser — é apenas com a alienação que o ser do sujeito é introduzido como possibilidade, mas ao mesmo tempo que ele é obrigado a cedê-lo. Dessa forma, a alienação faz com que o sujeito se constitua como falta-a-ser e instaura uma falta que ensinará o desejo na busca introduzida pela operação de separação.

Para compreender essa dinâmica, é fundamental reiterar a distinção entre o Outro

completo (A), relacionado à alienação, e o Outro barrado (\bar{A}), que possibilita a separação do sujeito no campo do Outro. O Outro oferece um conjunto de significantes que evocam, no corpo do recém-nascido, uma resposta que dá origem ao sujeito (Elia, 2010). Segundo Elia:

O significado dado ao encontro com o Outro depende, portanto, do significante; é dele subsidiário, mas não totalmente determinado por ele, exigindo do sujeito um trabalho de significação. Nesse sentido, o significante pode ser entendido como aquilo que convoca o sujeito e demanda sua participação ativa em sua própria constituição (Elia, 2010, p. 42).

A psicanálise concebe o sujeito como dependente da preexistência dos significantes do Outro para sua constituição. No entanto, para que haja um sujeito, é necessário que ele realize um trabalho de significação. Dessa forma, podemos dizer que o sujeito surge num intervalo temporal preciso: o espaço entre os significantes S1 e S2, ou seja, "antes da constituição do sentido, mas depois da captura de um significante" (Nascimento, 2010, p. 4).

Essa dinâmica pode ser ilustrada por uma anedota contada por Lacan:

Quando se dá um tapa numa criança, ela chora – sem que nada, em absoluto, a obrigue a isso. Lembro-me de um garotinho que, ao receber um tapa, perguntava: 'Foi um carinho ou uma palmada?'. Se lhe dissessem que era uma palmada, ele chorava, pois fazia parte das convenções; se fosse um carinho, ele ficava encantado. No entanto, isso não esgota a questão, pois diante de um tapa existem outras respostas possíveis: revidar, oferecer a outra face, ou mesmo dizer: 'Bata, mas escute'" (Lacan, 1955-1956/1985a, p. 15).

Assim, a alienação consiste na operação pela qual o sujeito espera toda significação do Outro, tomando-o como uma estrutura significativa completa (A). Mas, se toda significação viesse do Outro, não haveria espaço para questionar a intenção do gesto recebido, e a resposta estaria previamente determinada. Em outras palavras, diante da palmada (S1), a única reação possível seria chorar (S2). No entanto, devido à falta no Outro (\bar{A}), há um intervalo entre os significantes, possibilitando que o sujeito emerja e interrogue: "É um carinho ou uma palmada?". O que queres? *Che vuoi?*

Na contramão desse movimento de separação, os ideais (eu ideal e Ideal do Eu) surgem como a cristalização da posição do sujeito em conjuntos de imagens e significantes (Martins, 2022). Isso fica mais explícito na seguinte passagem de Lacan:

Falo desses registros ou graus de alienação, se posso dizer, que podemos especificar no sujeito, e qualificar, por exemplo, sob os termos eu, supereu, ideal do eu. São como ondas estáveis. Aconteça o que acontecer, esses efeitos fazem recuar o sujeito, imunizam-no, mitridatizam-no com relação a um certo discurso. Impedem de levar o sujeito aonde queremos levá-lo, a saber, ao seu desejo (Lacan, 1960-1961/2010, p. 409).

Nesse trecho, Lacan chama a atenção para o Eu, Supereu e Ideal do Eu enquanto

"registros ou graus de alienação" do sujeito. Essas instâncias são indicadas como barreiras que o sujeito pode erigir contra o confronto com seu próprio desejo.

Aqui o termo "mitridatizar" faz referência a Mitrídates, personagem da Antiguidade que tomava pequenas doses de veneno para criar resistência (ou imunidade) (Tsatsakis *et al.* 2018). Assim, essas instâncias (Eu, Supereu, Ideal do Eu) criam uma espécie de "imunização" contra certos discursos — ou seja, contra tudo o que possa abalar o narcisismo e permitir o aparecimento do desejo do sujeito.

Nesse sentido, podemos compreender a alienação não apenas como um processo de constituição do sujeito, mas também como um movimento presente na transferência, ao que Lacan assinala: "Ao persuadir o outro de que ele tem algo que pode nos completar, nós nos garantimos de poder continuar a desconhecer precisamente aquilo que nos falta" (Lacan, 1963-1964/1985b, p. 128). Ou seja, o sujeito se aliena ao Outro na tentativa de preservar sua fantasia de completude. A transferência, ao sustentar essa dinâmica, pode se tornar um espaço onde o sujeito busca no analista o saber suposto capaz de preencher sua falta. Entretanto, é justamente nessa lacuna que se abre a possibilidade do desejo — não um desejo orientado para a completude, mas um desejo sustentado pela falta estruturante que define o sujeito no campo do Outro.

5. O IDEAL DO EU E O MAL-ESTAR NA PÓS-GRADUAÇÃO

Tendo estabelecido a conceituação do Ideal do Eu, podemos, enfim, nos voltar ao objeto central desta pesquisa: o mal-estar na pós-graduação. Neste capítulo, propomos abordar de maneira mais direta a nossa questão de pesquisa e examinar de que modo o conceito de Ideal do Eu pode ser mobilizado para compreender as especificidades da clínica com estudantes de pós-graduação.

Como vimos, a função do Ideal do Eu é introduzida no processo de constituição do sujeito, contudo a sua modulação permanece sempre aberta, uma vez que estamos constantemente buscando o olhar do Outro que irá nos permitir sustentar uma posição na estruturação imaginária. É nesse sentido que Freud identificou a presença do Ideal do Eu na atualidade das relações amorosas, nas dinâmicas grupais, na hipnose e até mesmo no tratamento analítico.

Mas de que forma o Ideal do Eu se manifesta na clínica com estudantes de pós-graduação? Para ilustrar essa questão, primeiro apresentaremos alguns exemplos nos quais o Ideal do Eu se evidencia de maneira destacável.

O primeiro exemplo surge no atendimento de uma estudante, egressa de escola pública, que, após sucessivas frustrações na pós-graduação, viu-se tomada por uma apatia que a impedia de escrever. Para ela, esta etapa da sua formação deveria representar o ápice de sua trajetória acadêmica, um momento de reconhecimento e prestígio. Sua expectativa se expressa na formulação: "Achei que a pós-graduação ia ser o meu momento de brilhar."

O segundo exemplo acrescenta uma camada adicional à problemática. Trata-se de um estudante negro que, além das pressões "típicas" da pós-graduação, enfrenta uma expectativa adicional. Ao perceber-se como o único estudante negro no programa de pós-graduação, o aluno constata que sua performance está submetida a um olhar do Outro, diferente daquele vivido por seus colegas. Com essa sensação de estar sob constante escrutínio, o estudante conclui: "Sou como uma vitrine, não posso errar".

Esses exemplos ilustram precisamente o que discutimos até aqui: o Ideal do Eu constitui-se como o lugar no Outro, de onde o sujeito pode se ver sob a forma que lhe parece passível de ser amado. Ele representa o meio pelo qual o sujeito busca reencontrar seu narcisismo primário perdido, condicionando sua satisfação à realização desse Ideal e sem o qual o Eu - e, logo, toda a vida - perdem o seu brilho (fálico).

Além disso, esses exemplos indicam que o Outro não é uma instância homogênea, mas um lugar simbólico que adquire contornos singulares a partir de cada história. Isso nos afasta

da ideia de que o sucesso acadêmico possui um significado unívoco. Com efeito, é comum encontrarmos, em geral fora do meio acadêmico, pessoas que sequer atribuem valor ao ensino superior.

Para aqueles que ingressam na pós-graduação, podemos supor que, em algum momento, desejaram fazer parte do meio acadêmico e, portanto, compartilharam desse Ideal em alguma medida. A experiência clínica revela, contudo, que, mesmo entre aqueles que compartilham esse Ideal, o sucesso acadêmico pode ter vários sentidos. Aqui o desejo se entrelaça em cada caso com expectativas familiares, necessidades financeiras ou, ainda, com o receio de decepcionar professores e colegas.

Esses exemplos citados também são ilustrativos para pensarmos de que modo o Ideal do Eu poderia contribuir para uma abordagem do mal-estar na pós-graduação. Eles nos remetem a algo próximo das primeiras hipóteses freudianas sobre o Ideal do Eu. Hipótese que se configura da seguinte forma: "Há sempre uma sensação de triunfo quando algo no Eu coincide com o ideal do Eu. Também o sentimento de culpa (e o sentimento de inferioridade) pode ser entendido como expressão da tensão entre Eu e ideal" (Freud, 1921/2011d, p. 75).

Essa formulação inicial sugere que o Ideal do Eu só se tornaria um problema quando não fosse alcançado. Contudo, conforme demonstraremos a seguir as coisas não são tão simples. Essa hipótese inicial sobre o Ideal do Eu deverá ser reformulada à luz das elaborações de Freud e Lacan acerca do Supereu. A partir dessa nova perspectiva poderemos relançar a questão sobre o lugar do Ideal do Eu na clínica com estudantes de mestrado e doutorado.

Para avançar nessa discussão, iremos nos valer de dois casos de estudantes de pós-graduação atendidos no CASA 4, Wanda e Roger. Aqui não é demais destacar que quaisquer elementos que pudessem identificar os pacientes foram omitidos ou cifrados, inclusive os nomes são fictícios. Os casos, ao serem reduzidos em seus elementos mais essenciais, por um lado garante maior sigilo para o sujeito atendido, mas tem o custo de eliminar uma série de aspectos que dão toda a riqueza da singularidade do tratamento.

Retomando o que já havíamos destacado na seção de metodologia, nosso critério de seleção dos casos seguiu a perspectiva proposta por Dunker e Zanetti (2017), priorizando aqueles casos que se configuram como enigmas e, por isso, suscitam inquietações e questionamentos relevantes para a reflexão clínica. É importante ressaltar que as discussões que acompanham os casos apresentados assumem, prioritariamente, um caráter de desenvolvimento teórico, em vez de se proporem como interpretações conclusivas. Nesse sentido, seguindo a ética da psicanálise, sublinhamos que nenhuma interpretação, qualquer

que seja, pode ser generalizada em absoluto. Assim, permanece imprescindível a que atuação do analista seja pautada na singularidade de cada caso.

5.1. DO IDEAL DO EU AO IMPERATIVO DO SUPEREU

Caso Wanda

A estudante Wanda buscou atendimento no CASA 4 devido a episódios recorrentes de ansiedade. Esses episódios a acompanhavam desde a juventude e se intensificaram ao longo da pós-graduação. A estudante relata enfrentar grandes dificuldades para lidar com as pressões do programa, especialmente no que se refere às exigências de produtividade e excelência acadêmica. De maneira mais específica, Wanda sofre com o medo de cometer erros e ser criticada, o que a leva a revisar obsessivamente suas tarefas e checar minuciosamente a precisão de seus dados.

Uma das principais queixas de Wanda envolve a relação com seu orientador, marcada por cobranças rigorosas, críticas severas e um tratamento hostil dele com os alunos. Essa dinâmica intensificava a insegurança de Wanda, de modo que os encontros de orientação eram sempre precedidos por ansiedade e medo. Nesse ponto, o orientador encarnava as demandas insaciáveis de produção acadêmica e publicação em revistas de impacto. Atender aos altos padrões e os curtos prazos estabelecidos pelo orientador tornou-se para Wanda uma fonte crescente de angústia.

As longas horas de trabalho e a dificuldade de "desligar" fora do ambiente acadêmico começaram a afetar negativamente seu sono e sua saúde física, além de provocar uma irritabilidade crescente, da qual ela se queixava frequentemente. Diante disso, Wanda passou a recorrer também ao tratamento farmacológico, com acompanhamento psiquiátrico.

Frente ao orientador, Wanda se sentia sem recursos e incapaz de estabelecer limites, ou seja, não conseguia dizer "não". Nesse contexto, surge uma repetição: com frequência, Wanda tomava para si as tarefas que considerava além de sua capacidade. A cada nova tarefa, renova-se um ciclo de autoexigências.

No início dos atendimentos, a fala de Wanda se concentrava na relação com as tarefas e na busca de recursos para lidar com o orientador, uma questão que, dado o curto prazo para entrega de seus trabalhos, assumia um caráter de urgência.

Os episódios de ansiedade de Wanda eram, por vezes, acompanhados por pensamentos autodepreciativos, como: "você é um lixo" ou "você é burra". O trabalho em

torno dessas auto-recriminações levou, no curso do tratamento, à retomada de experiências de infância marcadas por diversas dificuldades escolares.

Por conta de dificuldades na escola, Wanda era alvo de críticas severas no ambiente familiar, principalmente por parte de seu pai, cujas falas frequentemente desqualificavam a jovem estudante. A retomada dessas experiências de infância de Wanda não resolveu a ansiedade frente às demandas de seu orientador, mas, ao menos, colocou essa relação com a demanda de trabalho em questão, permitindo que ela abordasse sua angústia em outras relações que extrapolam o ambiente acadêmico.

Esse breve relato do caso de Wanda aponta para uma experiência bastante recorrente entre estudantes de pós-graduação: a intensa autocobrança, a preocupação exacerbada com erros e a pressão por resultados. Esses sentimentos se aliam com uma autopercepção negativa, o sentimento de inferioridade, isto é, a ideia de não ser "boa o suficiente".

Nesse ponto, entramos mais diretamente no âmbito do Supereu, conceito que se mostrou inevitável à medida que nos aprofundamos no tema do Ideal do Eu. Conforme apontamos ao percorrer as obras de Freud e Lacan, a formação do Ideal do Eu implica um aumento das exigências sobre o Eu, estabelecendo um modelo para a auto-avaliação.

Assim, o Supereu pode ser compreendido, em uma de suas primeiras acepções trabalhadas por Freud (1923/2011a), como o complemento desse Ideal, atuando como uma instância que observa e mede constantemente a distância entre o Eu e o Ideal do Eu. Essa distância se traduz em uma tensão, que se expressa pelo sentimento de culpa.

Quando o sentimento de culpa surge de maneira consciente, Freud (1923/2011a) o denomina "consciência moral". Esse sentimento é um elemento central do sofrimento observado na clínica psicanalítica, tornando-se especialmente evidente nos quadros de neurose obsessiva e melancolia²².

Contudo, a consciência moral não aflige a todos da mesma maneira. Para dar conta dessa variedade, Freud (1931/2018b) em algumas formulações iniciais sobre o conceito de Supereu, destacou que, em alguns casos, a linha do Ideal do Eu é colocada alta demais para ser alcançada, enquanto, em outros, essa linha é estabelecida em uma altura mais acessível. Nesses casos em que o Ideal do Eu é colocado numa altura mais acessível, podemos afirmar,

²² É interessante destacar que Freud (1923/2011a) distingue a culpa nessas duas situações, oferecendo uma valiosa direção para compreender a estrutura em jogo em cada caso. Na neurose obsessiva, de modo geral, o Eu não encontra justificativa para a culpa que sente e, muitas vezes, demanda do psicanalista que o tratamento o liberte desse sentimento. Por outro lado, na melancolia, o sujeito se reconhece culpado e se submete, sem resistência, ao castigo imposto pelo Supereu.

nos termos de Freud (1931/2018b), que as pulsões do Isso não exigem do Eu mais do que o Supereu proíbe — resultando em uma condição mais confortável para o sujeito²³.

A que se deve essa diversidade? Conforme discutimos ao apresentar a obra de Freud e Lacan, a formação do Ideal do Eu depende da forma singular como se desenrolam as identificações feitas com as figuras parentais no complexo de Édipo.

Aqui, o caso de Wanda poderia parecer propício a uma interpretação simplificadora. Poderíamos supor o seguinte: devido às altas exigências de seu pai na infância, Wanda teria constituído um Supereu excessivamente rigoroso. No entanto, Freud nos ensina que as coisas não ocorrem de maneira tão direta. A severidade do Supereu não é diretamente proporcional à severidade do tratamento que as crianças recebem de seus pais.

Na teoria freudiana, a severidade do Supereu depende também da dinâmica pulsional. Isto é, para Freud, a crueldade dessa instância é alimentada pela repressão da agressividade. Ou seja, à medida que a agressividade é reprimida, ela passa a ser acolhida pelo Supereu, que exerce contra o próprio Eu a mesma crueldade que o sujeito gostaria de exercer contra os outros. Assim, na internalização da autoridade parental, que corresponde à formação do Ideal do Eu, também participa a agressividade reprimida, que, inicialmente direcionada ao pai, passa a ser direcionada contra si próprio (Freud, 1930/2010d).

Dessa forma, na concepção de Freud (1930/2010d), uma criança criada em um lar extremamente amoroso, pode não encontrar uma vazão para sua agressividade, que acaba sendo direcionada contra si mesma via Supereu. Por outro lado, uma criança criada por pais severos, se puder direcionar sua agressividade para algum objeto externo, poderá desenvolver um Supereu menos cruel, esvaziado de suas pulsões agressivas.

Assim, em uma das teses centrais de "O Mal-estar na civilização", Freud (Freud, 1930/2010d) sugere que apesar de toda repressão da agressividade – repressão necessária para o convívio social – o sujeito não pode escapar do sentimento de culpa. Ou seja, até mesmo aqueles "que atingem maior santidade se recriminam da mais triste pecaminosidade" (Freud, 1930/2010d, p. 95).

Agora, incluindo esse componente pulsional na formulação acerca do Supereu em Freud, podemos destacar que, para além da função de Ideal do Eu, o Supereu possui um caráter sádico. Essa dimensão sádica do Supereu incorpora as investigações de Freud sobre a

²³ Mas longe de fazer uma defesa precipitada de um Ideal mais baixo, ou um Supereu mais tolerante, Freud (1931/2018b) observa prós e contras nesta situação. Ou seja, por um lado, Freud (1931/2018b) reconhece que um Supereu mais permissivo oferece uma condição mais confortável para o sujeito, mas isso tem a desvantagem de produzir uma "pessoa comum". Isto é, para Freud, quem exige muito pouco de si mesmo é incapaz de alcançar grandes feitos. Por outro lado, um Supereu exigente, "costuma criar alguns grandes homens, muitos psicóticos e muitos neuróticos" (Freud, 1931/2018b, p. 63).

pulsão de morte²⁴. Na medida em que o Supereu se fortalece com a renúncia da satisfação pulsional, amplifica-se o sadismo dessa instância num processo de autodestruição. Isso fica bastante evidente nos casos de melancolia, onde segundo Freud (1923/2011e), vigora no Supereu uma pura cultura de pulsão de morte.

Na medida em que o Supereu atua como um representante da pulsão de morte no psiquismo, podemos afirmar que essa instância não visa simplesmente à conformidade social e ao cumprimento de normas, mas se encarrega de uma produção incessante de culpa e sofrimento. Assim, embora o Supereu, a princípio, pareça estar promovendo a conformidade ao ideal social, ele acaba servindo à um imperativo que nada tem a ver com a lei. Nesse ponto, aproximamos da abordagem de Lacan sobre o tema:

O supereu tem uma relação com a lei, e ao mesmo tempo, é uma lei insensata, que chega até a ser o desconhecimento da lei. (...) O supereu é, a um só tempo, a lei e a sua destruição. Nisso, ele é a palavra mesma, o comando da lei, na medida em que dela não resta mais do que a raiz. A lei se reduz inteiramente a alguma coisa que não se pode nem mesmo exprimir, como o *Tu deves*, que é uma palavra privada de todos os seus sentidos (Lacan, 1949/1998d, p. 123).

A instalação do Supereu e do Ideal do Eu no sujeito se dá com o declínio do complexo de Édipo, aqui entra em cena uma complexa dinâmica entre a simbolização e o que escapa dela. No processo da metáfora paterna, algo do desejo da mãe não é completamente coberto pelo significante do Nome-do-Pai. Essa falha de cobertura simbólica deixa uma fissura na lei, expondo um núcleo real do Supereu que ecoa a figura do "pai não castrado" (Dunker, 2015). É dessa lacuna que emerge a "figura feroz" do Supereu, figura que corresponde a parte dessa instância que, em sua gênese, não foi inteiramente assimilada pela linguagem. Assim, o Supereu se apresenta em duas faces: uma simbolizada, integrada à ordem simbólica, e outra não simbolizada, que permanece no registro do Real (Campos, 2015).

Neste ponto podemos fazer uma aproximação entre as abordagens de Freud e Lacan. Para Freud, a pulsão de morte opera como uma força silenciosa, além do princípio do prazer, à margem da simbolização. Em Lacan, essa dimensão inassimilável corresponde ao Real,

²⁴ A pulsão de morte é um conceito introduzido em *Além do Princípio do Prazer* (Freud, 1920/1910e), marcando uma transformação na teoria psicanalítica. Inicialmente, Freud concebia o aparelho psíquico regido pelo princípio do prazer; contudo, ao observar fenômenos como a compulsão à repetição em pacientes neuróticos, percebeu que esses aspectos não podiam ser explicados apenas por esse princípio. A pulsão de morte designa uma tendência fundamental do psiquismo ao retorno ao estado inorgânico. Freud sugere que essa pulsão seria uma força primitiva, silenciosa e constante, que atua em oposição às pulsões de vida (*Eros*), as quais buscam a preservação, a coesão e a complexificação da vida. Enquanto *Eros* promove ligações, organização e a manutenção da vida, a pulsão de morte favorece a desintegração, a repetição compulsiva e a destruição (Roudinesco e Plon, 1998).

aquilo que resiste à significação e que retorna como traumático. Assim, a pulsão de morte freudiana e o Real laciano convergem como expressões daquilo que escapa à mediação simbólica e que, no entanto, insiste de maneira disruptiva na ordem simbólica.

Para ilustrar essa dinâmica do Supereu, Campos (2015) propõe a seguinte metáfora: imaginemos um fruto composto por casca, polpa e caroço. A casca, exposta ao exterior e sujeita a influências externas, representa o Ideal do Eu. É a camada mais superficial, que media a relação do sujeito com o mundo e com os ideais sociais e culturais. A polpa, o núcleo do fruto, simboliza o Supereu após o declínio do complexo de Édipo, já diferenciado da casca externa. Aqui, o Supereu aparece como uma instância internalizada, mas ainda parcialmente integrada à ordem simbólica. Já o caroço, o elemento mais duro e essencial do fruto, representa o Supereu em sua face Real.

Esse núcleo pode ser descrito como uma ordem traumática, aterradora e feroz, que não pode ser integrada ao simbólico. Como destaca Zizek (1992), essa dimensão do Supereu não traz identificação alguma; ela é experimentada como algo estranho e não-integrável, uma força que impõe gozo e punição de modo implacável. O caroço do Supereu, portanto, é o ponto em que a lei simbólica falha, deixando emergir um imperativo que não proíbe, mas que exige gozo e, ao mesmo, tempo pune o "fracasso social" de modo ainda mais devastador

Nesse contexto, o Ideal do Eu pode ser compreendido como uma espécie de anteparo para o Real não-integrável do Supereu. Ele funciona como uma barreira simbólica que protege o sujeito da ferocidade dessa instância, oferecendo identificações e ideais que organizam o desejo e moderam a relação com o gozo. Nesse ponto, se por qualquer razão o Ideal do Eu desmorona, o sujeito fica exposto à face mais cruel do Supereu (Zizek, 1992)²⁵.

Esses desenvolvimentos acerca do conceito de Supereu desafiam a tese inicial de Freud, segundo a qual a culpa e a autocobrança seriam uma simples expressão da tensão entre o Eu e seu Ideal. Com essas considerações, precisamos admitir que a nossa investigação sobre o mal-estar na pós-graduação se desloque do Ideal do Eu para mirar essa face real do Supereu.

Nesse ponto podemos retomar ao caso de Wanda. O que ele nos ensina? Ele ensina, em primeiro lugar, que o sofrimento na pós-graduação muitas vezes ultrapassa as pressões objetivas do ambiente acadêmico, articulando-se com aspectos singulares de sua história, que resultam, nesse caso, em uma dinâmica onde o Supereu assume um papel central. Essa

²⁵ Aqui podemos dar precisão ao conceito de Ideal do Eu frente ao conceito de conceito de fantasia. Ambos se relacionam com o desejo do Outro "A fantasia (...) tem como função principal defender o sujeito contra uma posição de desamparo. Através das fantasias, procuro determinar o desejo daqueles que tomo por ideais, ou seja, procuro responder à questão sobre como devo ser para ser digno do amor de quem procuro amparo" (Safatle, 2013, p. 82).

constatação — ainda que válida — pouco avança além de uma conclusão quase tautológica: o mal-estar na pós-graduação é, em última instância, o mal-estar na civilização.

Então, onde reside a especificidade do mal-estar na pós-graduação? Aqui, podemos nos valer de um pressuposto enunciado por Miriam Debieux Rosa (2022), que aponta para o fato de que o mal-estar na civilização se distribui de maneira desigual na sociedade. Embora todos os sujeitos precisem suprimir parte de sua satisfação pulsional para ingressar na civilização, há uma parcela da população que é submetida a maiores restrições do que outras, sem, no entanto, usufruir da mesma proteção contra o desamparo — na medida restrita que a civilização poderia proporcionar. Desse modo, é essencial atentar para como o mal-estar se distribui no interior das instituições e em determinados recortes sociais, bem como para os diferentes destinos que lhe são oferecidos.

Considerando o âmbito institucional, observamos a naturalização do trabalho extenuante na universidade. Isso fica bastante evidente na fala de outra estudante que, num tom jocoso, diz: "se o artigo não está escrito com sangue, é porque você não está trabalhando direito". Essa lógica sugere que a autocobrança deixou de ser um mero acidente para tornar-se a condição normal de trabalho na pós-graduação. Nesse cenário, o Supereu assume uma dimensão política, exigindo a produtividade a qualquer custo. Assim, perpetuam-se ciclos de autoexigência e controle que sustentam a lógica institucional.

Essa questão será retomada no próximo capítulo. Por hora ensejamos destacar que o Supereu atua como uma instância situada entre o Simbólico e o Real, medindo a distância entre o Eu e o Ideal do Eu. Porém, em sua face Real, o Supereu assume um caráter sádico e autodestrutivo, ligado à pulsão de morte (Freud) e ao imperativo de gozo (Lacan). Nesse contexto, a culpa, mais do que uma simples tensão entre o Eu e seu Ideal, é efeito da renúncia pulsional, que amplifica a ferocidade do Supereu. Seguiremos para o caso de Roger que poderá nos dar mais elementos para nossa análise, e permitirá um aprofundamento da abordagem sobre o tema do Ideal do Eu e o sentimento de culpa.

5.2. O SENTIMENTO DE CULPA INCONSCIENTE E A ANGÚSTIA

Caso Roger

Roger chegou ao serviço de psicologia do CASA 4 queixando-se da desorganização em sua rotina e da ansiedade relativa a sua performance acadêmica. Nos atendimentos, o estudante relatava dificuldades para dormir e manter um hábito consistente de estudos. Sua

fala se destacava por abordar todos os aspectos de sua vida com uma racionalidade econômica e frequentemente se queixava do que chamava de "autossabotagem".

Ao longo das sessões, autossabotagem era o nome dado para tudo aquilo que poderia atrapalhar o estudante na sua busca pelo seu máximo potencial acadêmico. Assim, o estudante lamentava a perda de tempo com atividades que considerava improdutivas, passando a monitorar comportamentos em sua rotina que o levavam à procrastinação, como, por exemplo, o uso de redes sociais. Essa perda de tempo e energia era vivida com intenso sentimento de culpa. Assim, Roger demandava do tratamento um caminho para obter maior autocontrole.

Destaca-se que, ao mesmo tempo em que desejava uma terapia que eliminasse sua "autossabotagem", Roger questionava se haveria algum diagnóstico que explicasse melhor suas dificuldades acadêmicas, como autismo, dislexia ou déficit de atenção.

Observa-se ainda que esse controle que Roger imprimia no seu dia a dia se estendia também para dentro do consultório. Com alguma frequência, o estudante planejava antecipadamente o que iria dizer na sessão. Isso, contudo, não impediu totalmente que a investigação analítica avançasse, interrogando aquilo que Roger julgava como perda de tempo — ou seja, os aspectos de si que Roger rechaçava e nada queria saber.

Com o passar das sessões, Roger passou a expressar uma crescente frustração com o tratamento. Não apenas se frustrava por não ter alcançado maior autocontrole por meio da análise, mas também por não ter conseguido obter do analista um diagnóstico que desse nome e explicação para seu problema.

Roger raramente fazia críticas sobre a sua orientadora. Ao contrário, expressava admiração pela sua trajetória intelectual. A orientadora, contudo, adotava um estilo de orientação mais livre, oferecendo total autonomia aos estudantes. Assim, Roger precisava criar sua própria rotina e estabelecer seus próprios prazos. Contudo, na ausência de cobranças externas, o estudante exercia sobre si mesmo as mais severas autocobranças. À medida que não conseguia cumprir as metas autoimpostas, seu sentimento de culpa se intensificava.

Nessa busca de maior autocontrole, Roger consumia, de maneira paralela ao tratamento, conteúdos sobre desenvolvimento pessoal, que davam dicas de como organizar sua rotina e obter a sua desejada performance.

Por fim, próximo ao prazo final para concluir sua pesquisa, Roger traz um ato falho bastante notável que ocorreu fora do consultório. Em uma mensagem enviada à sua

orientadora para explicar o andamento de seu trabalho, escreveu: "Professora, estou me esforçando para não terminar a tese".

O caso Roger nos permite avançar na abordagem acerca da relação entre Ideal do Eu e Supereu. Aqui o caso ilustra o que no âmbito da teoria freudiana ficou sendo chamado de sentimento inconsciente de culpa. Também poderemos tematizar aqui com a obra de Lacan sua a teoria da angústia e dar maior compreensão sobre o conceito de gozo. A discussão que segue nos permitirá apontar para uma complicação relativa ao conceito de Ideal do Eu, que, se levada a cabo, tem como consequência colocar esse conceito em oposição ao Supereu.

Retomando um pouco do que já apresentamos acerca das primeiras formulação de Freud sobre o Ideal do Eu, destaca-se que esse conceito consistiria em um modelo para o Eu, que ao ser alcançado produz uma sensação de triunfo, mas quando não é, resulta num sentimento de culpa. No caso de Roger, esse mecanismo se manifesta de forma exemplar: o Ideal do Eu é aqui representado pelo desejo de alcançar o seu “máximo potencial acadêmico”, um Ideal que exige produtividade constante e supressão de qualquer atividade considerada “improdutiva”.

Essa vertente é compatível com o notável autocontrole que o sujeito busca obter, e se expressa ainda pelo rechaço daquilo que lhe afastaria desse Ideal. Essa busca leva o estudante a demandar do tratamento um meio para se livrar das suas “imperfeições”. Procrastinar, distrair-se com redes sociais e fugir da rotina de estudos são elevados ao nível de uma autossabotagem e passam a ser vividas como sentimento de culpa. Nota-se aqui, tal como Freud (1914/2010f) já destacava, que a formação do Ideal do Eu leva a um aumento das exigências, conduzindo o sujeito a um aumento da repressão.

Destaca-se, contudo, que a teorização acerca da culpa em Freud teve um desenvolvimento adicional, levando-o a teorizar sobre o sentimento de culpa inconsciente. Isto é, além dessa culpa consciente, vivida como consciência moral, há uma culpa que atua de maneira reprimida e disfarçada. Essa culpa inconsciente tem fundamento numa operação um tanto paradoxal: as repressões, que são feitas a serviço do Supereu, aqui são utilizadas contra o próprio Supereu. Essa instância crítica, mesmo recalcada, não deixa de exercer a necessidade de castigo contra o Eu.

Assim, a culpa reprimida não desaparece - ela ressurgue sob formas sintomáticas - que chamamos de retorno do recalcado. Freud investigou diversas maneiras pelas quais esse sentimento de culpa pode se expressar. Entre elas, destaca-se a noção de "crimes pelo sentimento de culpa", que representa a expressão mais radical desse fenômeno. Segundo

Freud, em certos casos, o sentimento de culpa precede o ato criminoso; ou melhor, é em função do sentimento de culpa que o crime é cometido. Assim, o sujeito encontra alívio ao poder ligar sua culpa inconsciente a algo real e imediato, como um crime (Freud, 1923/2011a).

Nesse ponto estamos diante de um fenômeno interessante: a culpa - que aqui é o mesmo que o medo da punição do Supereu — é apaziguada pela experiência de um infortúnio. Para Freud, essa é também a explicação de por que alguns neuróticos se apegam aos seus sintomas. Pois, o sofrimento decorrente deles funciona como uma forma de punição que satisfaz a culpa inconsciente. Nesses casos, de maneira paradoxal, a culpa se manifesta como resistência no tratamento analítico.

A pena autoimposta, como uma autossabotagem nos estudos, pode ser compreendida como mecanismo que, em alguma medida, permite ao sujeito satisfazer a crueldade do Supereu. Um exemplo ilustrativo disso é o comentário de outro estudante que, habituado a procrastinar, conclui: "Fiz tudo de última hora, então tudo bem entregar um trabalho que não está assim tão bom". Aqui, o sujeito oferece um alibi ao Supereu. A procrastinação cria uma narrativa de "falha circunstancial" ("não tinha mais tempo"), atenuando a autocobrança e justificando o fracasso. Não podemos deixar de supor que neste caso o próprio diagnóstico de transtorno mental poderia ter, em alguma medida, a mesma função de alibi.

A necessidade de castigo imposta pelo Supereu se expressa aqui, não só como sentimento de culpa consciente, mas também num movimento que pode afastar o sujeito da realização de seu Ideal. No caso citado, isso se torna evidente não apenas nos atos de autossabotagem, mas, de forma ainda mais clara, no ato falho: "Estou me esforçando para não terminar a tese".

A teorização do sentimento inconsciente de culpa feita por Freud, já apontava para essa relação em que as exigências do Supereu surgem de maneira antagônica em relação ao Ideal do Eu. Aqui, podemos lembrar dos casos descritos por Freud, nos quais o sujeito adoece justamente ao realizar um desejo que foi alimentado por muito tempo — fenômeno que ele chamou de "arruinados pelo êxito"²⁶.

Entre os exemplos que Freud utiliza para ilustrar esse fenômeno, destaca-se uma história que se desenrola justamente em uma universidade:

Uma outra observação me revelou um homem bastante respeitável, que, professor universitário, por muitos anos alimentara o compreensível desejo

²⁶No original *Die am Erfolge scheitern*, também é traduzido por "Os que fracassam ao triunfar" (Freud, 1916/2010h).

de suceder na cátedra o seu mestre, que o havia introduzido na ciência. Quando, após o afastamento desse senhor, os colegas lhe participaram que somente ele poderia sucedê-lo, começou a hesitar, diminuiu seus méritos, declarou-se indigno de assumir a posição que lhe destinavam e caiu numa melancolia que nos anos seguintes o deixou incapaz de qualquer atividade (Freud, 1916/2010h, p. 197).

Nossa formulação inicial indicava que o Ideal do Eu só se tornaria um problema quando não fosse alcançado. O que podemos destacar aqui é que, de maneira surpreendente, o sofrimento do sujeito não decorre apenas da impossibilidade de atingir o Ideal, mas, por vezes, também do fato de alcançá-lo.

O Ideal do Eu adia para mais tarde a satisfação, num movimento que permite que o sujeito se mantenha desejante. No entanto, se o sujeito crer que realizando o Ideal poderá completar o Outro, ele se verá diante da ausência da falta necessária para sustentar o seu desejo. Falta necessária inclusive para que possa emergir o próprio sujeito como efeito dos significantes. Estamos aqui diante da fórmula da angústia de Lacan: “O que quer dizer isso senão que o que se teme é o sucesso? Trata-se sempre do isso não falta.” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 64).

Com efeito, Lustoza (2006) afirma que: "A angústia ocorre quando desaparecem as coordenadas simbólicas que possibilitavam ao sujeito situar-se, apreender-se como algo cuja existência pode ser testemunhada por um ponto de vista qualquer" (2006, p. 55). Nestes termos, podemos ver uma aproximação da fórmula da angústia com nossa definição de Ideal do Eu. De modo que podemos concluir que a perda desse Ideal – seja aqui pela sua realização – é correlativo ao aparecimento da angústia.

Portanto, a "autossabotagem" de Roger pode ser interpretada como uma defesa para essa angústia. Atuando como um freio. Impedindo a realização do Ideal do Eu por um lado, mas garantindo que o objeto de desejo permaneça no horizonte. Isso assegura o sujeito numa posição desejante, ainda que permeada pelo mal-estar, pela culpa.

Aqui é importante fazer uma precisão: esse Outro que surge na angústia é o Outro inconsistente, que é distinto do Outro incompleto necessário à constituição do sujeito.

Como apontamos anteriormente, ao tratar da metáfora paterna, a inscrição do Nome-do-Pai media o desejo da mãe, que encarna o Outro primordial. Essa mediação permite que o sujeito possa conceber um Outro que, ainda que faltante, está submetido a uma lei. Essa mediação permite que haja um desejo lá onde antes só havia puro capricho.

Na angústia, contudo, o Outro surge como Real, perdendo sua face normativa (simbólica). O Outro revela-se aqui caótico, paradoxal e inconsistente. Sem regras claras ou

referenciais estáveis, o sujeito se vê sem recursos até para representar esse Outro. A angústia se traduz na impossibilidade de localizar o ponto de vista pelo qual o sujeito pode se situar no simbólico. Mergulhando em obscuridade, "É como se o sujeito estivesse dentro do campo visual do Outro, sem que saiba de que ponto de vista é olhado" (Lustoza, 2006, p. 56). O que implica dizer que a angústia corresponde a uma abolição de si mesmo como entidade simbólica (Lustoza, 2006).

Este Outro inconsistente se apresenta como ainda querendo algo do sujeito, com exigências insensatas, incondicionais, que não respeitam qualquer regra. Esse desejo desregrado do Outro, em sua face Real, corresponde à pulsão de morte em sua forma pura (Lustoza, 2006). Estamos aqui novamente frente ao núcleo real do Supereu que se apresenta como resto não simbolizado, fonte de mal-estar e de injunção de gozo (Dunker, 2015).

De maneira mais precisa, podemos afirmar que, ao realizar o Ideal do Eu, longe de completar o Outro (o que só pode acontecer na fantasia), o sujeito se depara com a ineficácia da lei simbólica em oferecer uma resposta sobre o desejo do Outro.

Aqui, uma estratégia típica da neurose é proteger a fantasia de toda e qualquer prova de realidade. Uma forma eficaz de fazer isso é impor a si mesmo obrigações contraditórias ou excessivas, que jamais poderão ser plenamente realizadas (Safatle, 2013). Pois, quanto mais distante estiver de atingir seu Ideal, menor será a chance de se confrontar com a angústia da pergunta "*Che vuoi?*" (O que queres?). Dessa forma, "a ineficácia da Lei é invertida para ser vivenciada como impotência do próprio sujeito em se adaptar às exigências morais" (Safatle, 2013, p. 82).

5.3. OS DILEMAS DO IDEAL DO EU.

A discussão em torno dos casos de Roger e Wanda oferece um terreno fértil para refletirmos sobre as dinâmicas do Ideal do Eu e no âmbito da pós-graduação. O sentimento de culpa, sentimento de inferioridade e autocobrança, foram inicialmente articulados por Freud como expressões do conflito entre o Eu e suas aspirações Ideais. Contudo, as observações clínicas e a revisão teórica indicam que a concepção freudiana original do Ideal do Eu mostra-se limitada para abarcar as nuances do mal-estar vivenciado por esses estudantes. Isso nos conduz a recorrer também às formulações freudianas mais tardias, que incluem o Supereu e a pulsão de morte — no ensino de Lacan, articulados ao Real e ao gozo.

Um ponto central de nossa reflexão é que a aproximação do Eu ao seu Ideal, em vez de ser sentida como um triunfo ou satisfação, pode intensificar a crueldade do Supereu,

estrutura que se alimenta das pulsões recalcadas. Esse mecanismo explica por que o sucesso social não dissolve a culpa; ao contrário, tende a exacerbá-la. Mais ainda, a realização do Ideal pode em alguns casos revelar a dimensão enigmática do desejo do Outro — aquilo que escapa à simbolização e confronta o sujeito com o Real lacaniano —, levando ao surgimento da angústia.

Diante disso, podemos extrair da nossa discussão uma crítica às perspectivas clínicas focadas na adaptação do sujeito aos Ideais socialmente prescritos. Conformar-se a esses padrões não apenas falha em libertar o sujeito da culpa, como também acentua a crítica e a severidade do Supereu.

Se, em vez de conformar o sujeito ao Ideal do Eu, buscarmos aboli-lo, nossa discussão aponta para outro risco: sem o Ideal, o sujeito não teria referenciais simbólicos para lidar com o desejo enigmático do Outro. Nesse caso, como ele poderia se conceber como um bom (ou mau) aluno ou pesquisador se não dispusesse de um mínimo de modelo para tal? Sob essa perspectiva, a eliminação do Ideal do Eu correlaciona-se ao surgimento da angústia, mas também ao desaparecimento do sujeito.

Assumindo que o Ideal do Eu seja necessário em alguma medida, emerge uma terceira questão: o que ocorre quando ele se torna excessivamente rígido, inflexível? Em vez de funcionar como uma abertura de possibilidades para o desejo, sua rigidez aprisiona o sujeito em uma perspectiva totalizante. Cristalizado dessa forma, um Ideal muito consistente não dá muita saída para o sujeito, que será confrontado com a culpa de não corresponder ao Ideal. Esse cenário culmina na lógica “se eu não sou um bom estudante, então não sou nada”, que, em casos extremos, pode levar ao suicídio.

Em síntese, nossa discussão revela um impasse relativo ao conceito de Ideal do Eu: tanto sua rigidez quanto sua abolição podem agravar o sofrimento desses estudantes.

Nesse contexto, podemos nos perguntar: o que o psicanalista pode oferecer no atendimento a estudantes de pós-graduação? A resposta talvez não surpreenda: sua maior contribuição reside em oferecer a sua escuta. A escuta psicanalítica, porém, tem uma especificidade. Ela se caracteriza por visar a singularidade do sujeito.

Na vida cotidiana, quando ouvimos uma história tendemos a reduzi-la às experiências semelhantes às nossas — apressamo-nos em criar identificações e apagar diferenças, encobrando o que há de único em cada relato. O psicanalista, conforme lembra Fink (2017), procede de modo inverso: sua tarefa é justamente escutar aquilo que torna a história do outro única, sem omitir as diferenças que a caracterizam. Nesse sentido, podemos dizer que a escuta

flutuante do analista se define por “ouvir sem compreender”, ou seja, sem se precipitar em enquadrar o discurso do outro em categorias já conhecidas.

Nas palavras de Freud (1923/2011e), ainda que o paciente, pela transferência, coloque o analista no lugar de seu Ideal do Eu, cabe a este recusar a "tentação de desempenhar o papel de profeta, salvador ou redentor" (Freud, 1923/2011e, p.63). Essa dinâmica ecoa a noção lacaniana do "sujeito suposto saber". Não convém ao analista identificar-se com tal posição: se ele responde à demanda a partir desse lugar de sujeito suposto saber, “incentiva o analisando a demandar mais do que a desejar” (Fink, 1998, p. 114). Portanto, o analista não deve oferecer seu saber, mas a sua falta, seu desejo, na medida em que o desejo do analista é o “desejo de obter a diferença absoluta” (Lacan, 1963-1964/1985b, p. 260). Operar com esse desejo na análise implica suspender toda demanda da parte do analisando, obtendo, assim, a singularidade do analisando:

O analista não pede ao sujeito que seja inteligente, que seja verídico, não pede ao sujeito que seja bom, que seja decente, pede somente que fale do que passa por sua cabeça, que entregue o mais superficial do que lhe vem ao conhecimento. O desejo do analista não é o de torná-lo “em conformidade com”, não é fazer-lhe o bem, não é curá-lo. O desejo do analista é o de obter o que há de mais singular naquilo que faz seu ser. É o de que você seja capaz, por seus próprios meios, de cercar, de isolar o que o diferencia como tal e de assumi-lo, de dizer: ‘Sou isso, que não é legal, que não é como os outros, que não aprovo, mas é isso’ (Miller, 2011, p. 34).

Esse processo, que na análise permite ao sujeito se desvencilhar, em parte, do Ideal do Eu, corresponde precisamente à operação de separação formulada por Lacan. Trata-se da inscrição da barra no Outro (\bar{A}), uma operação que revela que o Outro também é marcado pela falta — pela castração. Isso possibilita ao sujeito em alguma medida relativizar imperativos alienantes, deslocando-o de uma posição de submissão total aos significantes do Outro. Neste ponto, é bastante ilustrativa a observação de Marcelo Veras que, em sua experiência de atendimento a universitários na Universidade Federal da Bahia, afirma:

O desejo em um tratamento analítico deve levar igualmente a uma separação das leis simbólicas, porque senão a gente fica condicionado ao desejo do Outro e, aliás, é uma das condições de sofrimento que mais recebemos aqui. É aquele que, por exemplo, diz “eu estou me submetendo a isso porque represento a primeira pessoa que faz universidade em minha casa, toda a minha família é analfabeta no interior, sou o único que conseguiu chegar lá”. Ou seja, esse aluno não é um, ele está na universidade por toda a família, o que gera um peso enorme. Liberá-lo um pouco desses ideais certamente vai fazer bem para esse sujeito. Toda instituição configura um universo fechado em que há normas que dizem quem está dentro e quem está fora, ou seja, a instituição sempre cuidará do universal (Veras, Monteiro e Henriques, 2024, p. 26)

Assim, a psicanálise pode aliviar o peso dos ideais que recaem sobre os estudantes, apontando para uma via de elaboração singular do seu desejo.

O texto de Lacan (1963-1964/1985b) nos ensina, contudo, que a separação do sujeito *do* Outro ocorre *no* Outro. Em outras palavras, é necessário que o sujeito se aliene no Outro para poder se separar. No que diz respeito ao Ideal do Eu, isso significa que, se não podemos abolir o Ideal (pois ele é necessário à elaboração do desejo), a análise deve poder, ao menos, criar condições para que o sujeito encontre outro destino para ele. A separação, portanto, significa apontar que nada em absoluto obriga o sujeito a se conformar ao Ideal, sendo possíveis outros destinos, como também revoltar-se contra o Ideal ou até mesmo subvertê-lo.

6. O PRODUTIVISMO ACADÊMICO E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

O conceito de Ideal do Eu, conforme desenvolvido nos últimos capítulos, comporta uma importante dimensão social. Conforme Freud já enfatizava: “Do ideal do Eu saiu um importante caminho para o entendimento da psicologia da massa. Além do seu lado individual, ele tem o social, é também o ideal comum de uma família, uma classe, uma nação” (Freud, 1914/2010f, p. 50). Nestes termos, podemos tomar esse conceito como meio para abordar como o social molda as subjetividades e, em nosso caso, pode participar do sofrimento de estudantes na pós-graduação.

Ao longo da discussão feita no último capítulo, destaca-se, como pano de fundo, o fenômeno do produtivismo acadêmico, algo que agora vamos trazer para o centro de nossa discussão. Não podemos deixar de notar, nos casos mencionados no último capítulo, como o produtivismo se destaca de forma notável. Ele se manifesta não apenas na autocobrança excessiva, mas também na dificuldade de desconectar-se do trabalho e de estabelecer limites. O caso de Roger, em particular, evidencia como essa lógica se apresenta de maneira naturalizada. Destaca-se que a sua conduta fortemente pautada pela racionalidade econômica na gestão da própria vida, se dá sem nenhuma crítica a respeito das exigências que faz sobre si mesmo. Incluindo na sua rotina a busca por estratégias para aumentar o autocontrole com uma finalidade no aumento de sua produtividade acadêmica.

Assim, queremos enfatizar que a produtividade passou a ser a métrica central da vida universitária, naturalizando-se nesse meio. Atualmente, a submissão a um sistema de avaliação pautado em indicadores quantitativos — como o volume de publicações e diplomações — é incontestável, relegando a segundo plano a qualidade da produção, a originalidade e a importância social nessa produção de conhecimento.

No cenário brasileiro, agências de fomento como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) utilizam a produtividade para classificar programas de pós-graduação, justificando-a como critério objetivo para a distribuição dos seus escassos recursos. Entretanto, essa forma de mensurar e ranquear programas frequentemente ignora as profundas desigualdades que marcam o sistema nacional de Pós-Graduação (Ferreira, 2023).

Para discentes e docentes, esse cenário de constante avaliação se traduz em uma rotina marcada pelo adoecimento, levando a cabo o *slogan* “publicar ou perecer” (*publish or perish*). A pressão por publicar em periódicos de alto impacto, cumprir prazos curtos e acumular

atividades simultâneas — muitas vezes incompatíveis com a reflexão crítica — transforma a academia em um ambiente competitivo e desgastante.

A consequência disso é a banalização de práticas que sacrificam a profundidade em nome da quantidade, fenômeno ilustrado por expressões que ganharam espaço no vocabulário acadêmico, como: *fast science* ("ciência rápida"), que em analogia ao *fast food*, designa a produção acelerada e superficial de ciência. Enquanto a *salami science* ("ciência de salame") descreve a fragmentação artificial de pesquisas em múltiplos artigos para inflar o currículo do pesquisador. Não por acaso, autores como Alcadipani (2011) alertam para a "McDonaldização" da universidade, processo em que a eficiência e resultados imediatos suplantam a complexidade na produção científica.

Essa conformação da universidade como uma forma-empresa não é novidade. Como observou Chauí (2001) há mais de duas décadas: “a universidade está estruturada segundo o modelo organizacional da grande empresa, isto é, tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição” (Chauí, 2001, p. 56). Dessa forma, as instituições de ensino superior não se encontram isoladas da sociedade, elas refletem e reproduzem o modelo econômico de produção vigente no país e no mundo, em um cenário cada vez mais globalizado.

Nesse processo de transformação, que se desenrola há algumas décadas, destacamos um fenômeno mais específico: além das universidades cada vez mais serem gerenciadas como empresas, agora os próprios estudantes passaram a compreender a si mesmo como empresários. Nesse ponto, é importante remeter ao caso Roger, abordado no capítulo anterior, no qual se evidencia a presença de uma “racionalidade econômica” que permite observar como essa lógica de mercado se interioriza na subjetividade dos estudantes. Assim, também no ambiente acadêmico emerge o fenômeno “empresários de si mesmos”, cada vez mais marcante no mundo do trabalho:

A generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se auto-compreenderem como “empresários de si mesmos” que definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de “capitais” e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de “inteligência emocional” e otimização de suas competências afetivas. Ela permitiu ainda a “racionalização empresarial do desejo”, fundamento normativo para a internalização de um trabalho de vigilância e controle baseado na auto-avaliação constante de si a partir de critérios derivados do mundo da administração de empresas. (Safatle, 2017, p. 83)

Para compreender esse fenômeno, é necessário situá-lo em seu contexto de produção. Isto é, o neoliberalismo. Não pretendemos realizar aqui uma investigação sobre todas as matrizes sociológicas e econômicas acerca desse termo, de modo a manter o foco em nosso

objeto de estudo. Para nossos propósitos, é suficiente compreender o neoliberalismo como uma *racionalidade*: “o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é, em primeiro lugar e fundamentalmente, uma racionalidade que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (Dardot e Laval, 2016, p. 16).

Para abordar essa temática, faremos uso da obra de Dardot e Laval (2016), "A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal", na qual os autores abordam essa racionalidade vigente nos países ocidentais. Tais autores têm se consolidado como referência para psicanalistas brasileiros que articulam política e psicanálise, como Dunker (2015) e Safatle (2016), e ainda integram a bibliografia de estudiosos que vêm se debruçando sobre o mal-estar na universidade, como Pontes (2021) e Silva (2023)²⁷.

6.1. O NEOLIBERALISMO E O EMPRESÁRIO DE SI

Para contextualizar essa perspectiva é necessário oferecer um breve panorama sobre o tema do neoliberalismo. A origem do termo remonta ao Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris em 1938, evento que marcou o surgimento dessa perspectiva político-econômica. Embora os participantes desse colóquio não tenham chegado a um consenso sobre a denominação da doutrina que ali nascia, foi nesse contexto que o economista Alexander Rüstow cunhou o termo "neoliberalismo" (Nofal, 2023). Desde sua gênese, portanto, já se evidenciava uma diversidade de perspectivas que se abrange com esse termo, impedindo sua redução a um movimento monolítico.

Apesar do Colóquio Walter Lippmann não ter resultado na formação de uma doutrina unificada, ele permitiu o delineamento de duas correntes principais: o ordoliberalismo alemão e a Escola Austríaca (Dardot e Laval, 2016). Posteriormente, vieram a somar-se, sob a égide do neoliberalismo, a Escola de Chicago e os representantes da *London School of Economics* e da *Manchester School*. Apesar das diferenças, essas correntes de pensamento compartilhavam o apreço pela ideia de livre mercado, a rejeição do intervencionismo econômico e do planejamento estatal centralizado, fosse ele nos moldes *keynesianos*, socialistas ou desenvolvimentistas (Andrade, 2019).

²⁷ Embora a presente dissertação dialogue principalmente com a obra de Dardot e Laval (2016), reconhece-se que eles não são os únicos autores a tratarem do tema do empreendedor de si no contexto do neoliberalismo. Nesse sentido, vale destacar aqui as obras de Byung-Chul Han (2018), Ulrich Bröckling (2016) e Wendy Brown (2018).

Contudo, a partir de 1978, o termo começou a ganhar uma conotação negativa, em função das reformas empreendidas pela ditadura de Pinochet no Chile. Conforme destaca Andrade (2019, p. 212): "A partir de então, o conceito passou a ser adotado quase que exclusivamente por seus críticos para designar pejorativamente a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo".

Assim, até os anos 1990 o conceito de neoliberalismo perdeu paulatinamente espaço no debate acadêmico, apesar do seu uso ser cada vez mais disseminado nos movimentos sociais, especialmente nos setores críticos às privatizações e das políticas de austeridade. Contudo, apesar da disseminação do termo, nesse período o conceito tornou-se cada vez mais amplo e impreciso (Andrade, 2019).

É importante destacar, ainda nesse contexto histórico, que a década de 1980 é marcada pela chamada "virada neoliberal" na cena política internacional. Essa virada se deu pela influência de líderes como Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. A ascensão desses políticos ocorreu em resposta à crise de inflação e estagnação econômica que afetou esses países após as crises do petróleo de 1973 e 1979. A dificuldade das políticas *keynesianas* em lidar com esse cenário abriu caminho para a adoção de medidas monetaristas. Essas medidas, inspiradas no pensamento do liberal Milton Friedman, priorizavam o controle inflacionário por meio da elevação das taxas de juros (Dardot e Laval, 2016).

Paralelamente, nesse período, instituições como o FMI e o Banco Mundial passaram a realizar empréstimos condicionados à implementação de reformas neoliberais, expandindo assim a adesão dessa política econômica em países da OCDE e da América Latina. A globalização acelerada nas décadas finais do século XX consolidou a hegemonia neoliberal, inclusive com governos mais alinhados à esquerda adotando agendas de abertura comercial, flexibilização trabalhista e incentivo ao capital financeiro (Dardot e Laval, 2016).

No âmbito acadêmico, em especial no campo das ciências sociais, o termo neoliberalismo voltou a ser tema de debate a partir dos anos 2000. Conforme destaca Andrade (2019) essa retomada se deve à proeminência das contribuições de autores como Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant e David Harvey. Destaca-se, também nesse período, a repercussão da publicação póstuma de "O nascimento da biopolítica", de Michel Foucault, curso no qual o filósofo aborda o neoliberalismo de maneira frontal e que animou os debates em torno do tema. Junto com essa retomada na esfera acadêmica, o neoliberalismo voltou ao centro do debate econômico, especialmente após a crise financeira de 2008, quando diversos países foram forçados a rediscutir a relação entre Estado e mercado (Andrade, 2019).

Em meio à indefinição conceitual e à falta de consenso que o termo adquiriu ao longo dos anos, Dardot e Laval (2016) esclarecem um equívoco amplamente difundido: a ideia de que o neoliberalismo seria simplesmente uma doutrina contrária a qualquer intervenção estatal. Essa concepção parte da premissa de que o mercado seria uma realidade natural, e que qualquer intervenção estatal perturbará seu desenvolvimento espontâneo. Esta concepção de mercado, inclusive, estaria mais próxima do liberalismo clássico, que veiculava a política do *laissez-faire*.

Contudo, conforme argumentam Dardot e Laval (2016), ao resgatar a obra dos autores que participaram do Colóquio Walter Lippmann, o mercado na perspectiva neoliberal requer um quadro jurídico específico para operar:

A vida econômica ocorre dentro de um quadro jurídico que estabelece o regime da propriedade, dos contratos, das patentes, da falência, o estatuto das associações profissionais e das sociedades comerciais, o dinheiro e os bancos — todas as coisas que não são dadas pela natureza, como as leis do equilíbrio econômico, mas são criações contingentes do legislador (Audier *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 76)

Embora, como destacamos, não haja consenso entre os ideólogos do neoliberalismo, podemos observar aqui que, desde sua origem, essa doutrina incorporou a crítica à ideia de que o mercado seja uma expressão espontânea e natural dos indivíduos. Com isso, a própria função do Estado também foi reformulada a partir desse pressuposto. Assim, ao contrário do que sugere o senso comum, o neoliberalismo não se resume à simples retirada do Estado da economia. Pelo contrário, essa perspectiva exige um Estado forte e ativo, responsável, no mínimo, por criar e manter as condições necessárias para o funcionamento do mercado²⁸ (Dardot e Laval, 2016).

Outro aspecto amplamente difundido sobre o neoliberalismo diz respeito aos seus mecanismos de controle. Muitas vezes, ele é apresentado no senso comum como um contraponto à sociedade disciplinar, geralmente associada aos regimes totalitários. No entanto, Dardot e Laval (2016) argumentam que a economia de mercado, para funcionar, exige a internalização de normas de conduta específicas, tornando necessário o uso de diversas estratégias de disciplinamento e governamentalidade. Assim, longe de abolir práticas coercitivas, o neoliberalismo as reinventa, articulando-as a dispositivos de incentivo, competição e auto-otimização, que permeiam tanto a esfera econômica quanto a vida social.

²⁸ Aqui, a título de precisão, devemos destacar que nem todos os ideólogos do neoliberalismo admitiam essa tese. Alguns autores permaneceram mais próximos da ideia de que o mercado seria uma expressão natural das relações entre os indivíduos, alinhando-se, assim, à doutrina do *laissez-faire* do liberalismo clássico (Dardot e Laval, 2016).

Nesse contexto, o neoliberalismo pode ser definido como "o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (Dardot e Laval, p. 17). Assim, essa perspectiva não se limita apenas a seus aspectos "negativos", como a desregulamentação e o desmantelamento das instituições. Ele também possui uma dimensão produtiva. Ele produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e a forma como somos levados a nos comportar. Isso inclui não só a nossa relação com os outros, mas também com nós mesmos.

Cabe destacar que a lógica neoliberal se desenvolve e ganha força no interior de organizações que se dedicam a produzir socialmente sob a lógica do capital. Desde os anos 1970, com o desenvolvimento das práticas e teorias administrativas nas fábricas da Toyota, no Japão, o sistema de controle da produção privilegia a produção enxuta, a redução do desperdício e a qualidade dos produtos. No entanto, para que isso ocorra, é preciso considerar a cultura da organização, monitorar e desenvolver comportamentos nos trabalhadores que viabilizem o controle rigoroso, mas também refinado, da forma de produzir nas fábricas. As técnicas utilizadas para o controle da produção exigem tanto o controle dos corpos daqueles que trabalham, como o controle de sua subjetividade. Não é mais sobre controle do comportamento que se trata, mas sim de controle da subjetividade. Isso implica que os trabalhadores do chão de fábrica devem estar alinhados aos propósitos organizacionais, à cultura da empresa e seus objetivos. O trabalhador se sente parte, tem a empresa como sua e internaliza suas regras e seus propósitos como seus. As exigências do trabalho são sentidas como exigências internas de produção, o que implica uma subjetividade alienada, ou sequestrada, para usar o termo de Faria (2017), à lógica da produção. Importante destacar que esse modelo de controle da produção se desenvolve há mais de 5 décadas; que sua forma de organizar o trabalho e a vida se alastram para todos os níveis da sociedade (famílias, escolas, universidades); e que ele tem uma materialidade que está enraizada no cotidiano e nas práticas mais elementares de produção (o chão da fábrica). O trabalho na fábrica e os sistemas de controle da produção viram o modo de produção e reprodução da vida (Faria, 2017).

Diante dessa definição, podemos agora destacar alguns aspectos levantados por Dardot e Laval (2016) pertinentes ao nosso tema. Um ponto importante aqui é a forma como a racionalidade neoliberal tem transformado as relações de trabalho dentro das organizações. Sob a lógica dessa racionalidade, os trabalhadores passaram a operar segundo os princípios da competitividade e da busca pela valorização do capital. Nesse contexto, as aspirações pessoais dos trabalhadores agora coincidem com os objetivos das empresas (Dardot e Laval, 2016).

Nessa conjuntura, as avaliações passaram a ser cada vez mais personalizadas e a responsabilização dos trabalhadores ocorre de forma individual. Com essa estratégia, as organizações transferem para o indivíduo a responsabilidade pela gestão de riscos, competências e desempenho (Dardot e Laval, 2016). Esse modelo está diretamente relacionado à crescente transformação dos trabalhadores em prestadores de serviços, evidenciada pela expansão dos contratos terceirizados, do trabalho mediado por plataformas digitais e das contratações via pessoa jurídica.

Cada vez mais, os trabalhadores se percebem como seus próprios patrões. No entanto, mais do que isso, como aponta Dardot e Laval (2016), os assalariados passaram a se entender como uma "empresa de si", ou seja, como empreendedores livres que comercializam seus serviços no mercado de trabalho. Conforme destacada Moura e Lima (2024)

O sujeito neoliberal encarna as características de uma empresa, com capacidade de conduzir, gerir e controlar sua própria vida. Esse controle se dá por meio dos princípios: energia, iniciativa, ambição, cálculo. Tal *ethos* da empresa de si mesmo, que está presente em todas as relações, é uma resposta à nova regra do jogo que muda completamente o contrato de trabalho, a ponto de aboli-lo como relação salarial e representatividade sindical. Na empresa de si mesmo, o eu se converte em empresa que negocia com outras empresas. (Moura e Lima, 2024, p. 6)

Assim, a lógica empresarial não se limita mais às corporações; ela se infiltra na própria maneira como os indivíduos se percebem e conduzem suas vidas. Ser flexível, autônomo e assumir riscos, torna-se o modelo para o sujeito. Nesse contexto, dificuldades econômicas deixam de ser atribuídas a fatores estruturais e passam a ser encaradas como falhas individuais na gestão de si mesmo. Como observam Dardot e Laval (2016, p. 248), "a coerção econômica e financeira transforma-se em autocoerção e autoculpabilização, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece".

Essa transformação, contudo, não se limita ao setor privado. A administração pública também adotou a cartilha neoliberal, priorizando métricas de produtividade e geração de capital. Assim, a "forma-empresa" expande-se para todos os âmbitos, alcançando até mesmo as universidades públicas, onde a lógica mercadológica redefine prioridades e impõe novos modos de funcionamento (Pontes, 2021; Chauí, 2001).

Conforme procuramos evidenciar ao longo dos últimos capítulos, a produtividade, concorrência e competição viraram o lugar comum da academia. O mal-estar que muitos estudantes vivenciam, é marcado pela autocobrança e pelo imperativo de ser cada vez mais produtivo, ganhando uma nova perspectiva quando colocado sob esse contexto político-econômico.

Nesse sentido, nos aproximamos da posição de Pontes (2021), que ao abordar o mal-estar na universidade destaca:

Nossos modos de expressão, de apresentação de si, têm cada vez mais se ancorado no vocabulário do empreendedorismo, do fazer-se a si mesmo, numa gramática da concorrência e da competitividade, compondo uma retórica da superação, do esforço máximo, que nos impulsiona a ir cada vez mais longe. E sozinhos (Pontes, 2021, p. 197).

Uma importante contribuição desta referência ao trabalho de Dardot e Laval (2016) é que ele nos permite destacar como essa lógica do “empresário de si” se relaciona diretamente à autoexigência abordada nos capítulos anteriores. Ao se identificar ao modelo da empresa, o sujeito assume simultaneamente os papéis de gestor e funcionário de si mesmo, transformando-se em seu próprio patrão. No âmbito da universidade, embora ainda prevaleçam relatos preocupantes de pressão e assédio por parte de orientadores e preceptores, podemos observar que a adesão a essa dinâmica permite ao estudante dispensar, em grande parte, os mecanismos de coerção externa para estimular a produtividade.

Cabe sublinhar que alguns estudantes, mesmo ao serem deixados livres para trabalhar como preferirem, podem ser igualmente implacáveis ao exigir de si mesmos a maximização da produtividade. Aqui podemos remeter ao que Freud já nos ensinava a respeito do Supereu: sua formação, indispensável à vida na civilização, possibilita a substituição da coerção e vigilância externas por uma instância interna, funcionando no interior do sujeito como “a ocupação de uma cidade conquistada” (Freud, 1930/2010d, p.92).

Retornando ao nosso tema, cabe aqui abordar que efeitos pode ter essa racionalidade neoliberal na função do Ideal do Eu. Aqui é importante destacar que o regime de concorrência, que caracteriza essa racionalidade, se traduz também no crescente individualismo e na exigência de flexibilidade do sujeito. Assim, as noções de “liquidez” e “fluidez” passaram a caracterizar as relações, diluindo “tudo que existe de estável na personalidade: os laços com os outros, os valores e as referências” (Dardot e Laval, 2016, p.365), e podemos incluir aqui também os Ideais.

A flexibilidade corresponde na verdade à falta de um modelo, uma referência estável pela qual o sujeito pode se guiar. Lembramos que o Ideal do Eu se constitui como um horizonte, o meio pelo o qual o sujeito condiciona sua satisfação narcísica, contudo no contexto de constante adaptação às mudanças do mercado, o longo prazo não existe (Dardot e Laval, 2016).

Nesse sentido, Castro (2019) destaca que o Ideal do Eu no neoliberalismo perde seu caráter normativo. O ideal não consiste tanto na adequação a um modelo determinado, mas

num esforço permanente para que se avance cada vez mais, em qualquer que seja o caminho escolhido: “O funcionamento atual do supereu e do ideal do eu indica que estamos diante de outro tipo de normatividade: em lugar da repressão, há incitação; em lugar do ideal como modelo, há o ideal como performance” (Castro, 2019, p.123).

6.2. AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E O MERCADO DE "DESENVOLVIMENTO PESSOAL"

Um ponto importante levantado por Dardot e Laval (2016), e que diz respeito diretamente ao nosso campo temático, reside na crítica que os autores dirigem às práticas de "desenvolvimento pessoal". Entre os exemplos elencados pelos autores deste tipo de prática, figuram os livros de autoajuda, as técnicas de Programação Neurolinguística (PNL) e os programas de *coaching* — modalidades que, embora distintas, compartilham aqui uma função similar. Tais mecanismos funcionam como instrumentos estratégicos para a formação do sujeito neoliberal.

Essas práticas se caracterizam por se apresentarem como saberes psicológicos que supostamente seriam capazes de garantir ao sujeito um maior domínio sobre si mesmo. Contudo, no bojo desses processos de desenvolvimento pessoal o sujeito é instado a se adaptar sem reservas ao ideal de flexibilidade demandado pelo mercado. Assim, ao se aliar à racionalidade neoliberal, tais ferramentas difundem de maneira acrítica a figura do empresário de si, convocando o sujeito a gerir sua própria existência como um empreendimento destinado a gerar valor de mercado (Dardot e Laval, 2016).

Nessa expansão do mercado de desenvolvimento pessoal, soma-se um fenômeno correlato: o uso instrumental da medicalização como forma de otimização da performance. Aspecto que é analisado na obra organizada por Safatle, Silva Junior e Dunker (2021), "Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico". Em especial com trabalho de Silva Junior *et al.* (2021) que investigou mais detidamente essa relação da psiquiatria com essa racionalidade político-econômica vigente.

Segundo Silva Junior *et al.* (2021), nas últimas décadas tem-se observado uma guinada epistemológica no campo psiquiátrico. Cada vez mais, os transtornos mentais são compreendidos como meros desequilíbrios orgânicos e, desse modo, os sintomas passam a ser dissociados de suas determinações sociais. Com isso, essa especialidade médica perdeu gradativamente a capacidade de intervir para além da prescrição farmacológica.

Se, por um lado, os aspectos sociais envolvidos nos transtornos mentais têm sido minimizados, por outro, observa-se o crescimento de pesquisas sobre usos “extraterapêuticos” de medicamentos — isto é, o emprego de fármacos além dos limites convencionais de tratamento. A medicação agora não se limita mais ao alívio dos sintomas, mas também visa potencializar características consideradas positivas ou inibir aquelas percebidas como negativas (Silva Junior *et al.*, 2021).

Essa reconfiguração do campo da psicopatologia cria as condições necessárias para que a psiquiatria se torne uma aliada da indústria da performance. Abrindo caminho para intervenções médicas voltadas ao aprimoramento (*enhancement*):

O *enhancement* seria a maximização das potencialidades das funções humanas para uma melhor satisfação de demandas sociais, sejam elas de cunho estético, laboral ou esportivo. Assim, o esforço curativo da medicina tende a ser superado por um novo paradigma: a *performance*” (Silva Junior *et al.*, 2021, p. 123)

Nesse ponto, vale destacar a pesquisa de Rubin-Kahana *et al.* (2020), citada por Silva Junior *et al.* (2021), realizada com 1.453 médicos residentes. Ela revelou que um terço dos participantes já fez uso de fármacos para aprimorar o funcionamento cognitivo, sendo que 73% desses não apresentavam diagnóstico médico relacionado. Entre as justificativas para esse uso sem a devida prescrição, foram citados o medo de reprovar em exames e a crença de que outros colegas também faziam uso desses medicamentos.

Podemos facilmente reconhecer no resultado dessa pesquisa os efeitos da racionalidade neoliberal, marcada pela competitividade generalizada e pela necessidade de constante autoaperfeiçoamento. Aqui, portanto, o termo *enhancement* se aproxima da prática de *doping*, termo importado das competições esportivas (Dunker, 2015).

Não cremos que seja proveitoso apelar aqui para um discurso moralista que desabone esse tipo de prática dos estudantes. O que queremos apontar é, mais fundamentalmente, a racionalidade subjacente, que exige do estudante o apelo ao *doping*. Ou seja, frente à presente configuração político-econômica, essa possibilidade para melhorar o desempenho pode facilmente transformar-se na obrigação de desempenho:

Tão logo, os empregadores reconhecerão os benefícios de uma força de trabalho mais atenta e menos distraída; professores julgarão alunos ‘aprimorados’ mais receptivos à aprendizagem. E se a manutenção do emprego ou a permanência em uma escola depender de praticar aprimoramento cognitivo? (Farah *et al.*, 2004, *apud* Silva Junior *et al.*, 2021, p. 144)

Nesse contexto de expansão do mercado de “desenvolvimento pessoal”, não podemos deixar de incluir a psicologia e até mesmo a psicanálise. Muitas vezes, essas práticas também

são convocadas a responder às demandas de indivíduos que as veem como um meio de autoaperfeiçoamento.

Aqui é importante apontar para um fenômeno que ilustra bem esse tipo de demanda. É recorrente encontrarmos no CASA 4, mestrandos e doutorandos que confrontados com dificuldades comuns do trabalho científico, como a dificuldade de compreender um ponto teórico ou um experimento que não deu o resultado esperado, mas que, por estarem imersos no isolamento das pesquisas, acabam por interpretar essas dificuldades como falhas pessoais. Assim, a busca junto ao serviço de psicologia nesses casos é motivada pela obtenção de um diagnóstico que explique suas dificuldades, ou pela obtenção de alguma técnica que possa corrigir suas falhas pessoais, dentro dessa lógica do autoaperfeiçoamento.

Aqui, contudo, o profissional se vê num dilema, pois a pós-graduação é, por definição, um espaço de confronto com desafios intelectuais complexos. Assim, como distinguir, a partir da clínica, se as dificuldades relatadas são fruto de limitações individuais ou da própria natureza exigente do doutorado? Frente a esse tipo de demanda, é interessante observar que o trabalho isolado no meio acadêmico tende a alimentar essa sensação de fracasso individual. De modo que esse tipo de queixa pode, com alguma frequência, se modificar quando o estudante, em alguma conversa com colegas, descobre que os outros também têm dificuldades parecidas.

Esse fenômeno expõe que o trabalho clínico, quando é exclusivamente pautado no indivíduo e enclausurando dentro do consultório, encontra limites. Nessa abordagem mais restrita, corre-se o risco de ser cooptado pela racionalidade individualista que permeia a pós-graduação. Cabe então ao psicólogo ou psicanalista o desafio de não negligenciar essa dimensão na sua clínica.

Nessa perspectiva, podemos inclusive refletir sobre os limites de intervenção em serviços como o CASA 4, que hoje certamente são necessários, mas não poderão sozinhos resolver o crescente nível de sofrimento na academia. Conforme ressalta Pontes (2021), enfrentar a racionalidade neoliberal no âmbito acadêmico passa, também, pela possibilidade de mobilizar respostas coletivas. Nesse sentido, indo na contramão da pura lógica de mercado, as intervenções, sejam clínicas ou institucionais, devem poder apostar na solidariedade e na produção de vínculos dentro da comunidade acadêmica. Possibilitando, assim, a criação de um novo vocabulário, uma nova gramática e novas maneiras de reconhecer o mal-estar na universidade.

7. CONCLUSÃO

A presente dissertação procurou elucidar o que chamamos de mal-estar na pós-graduação. Na perspectiva psicanalítica, o mal-estar não se configura necessariamente como uma patologia, mas sim como um aspecto estrutural, resultante da tensão entre as exigências pulsionais do sujeito e as repressões necessárias à convivência em sociedade. Ao impor a renúncia das pulsões, a civilização limita as possibilidades de satisfação plena e, conseqüentemente, restringe o alcance da felicidade. Esse mal-estar está intrinsecamente ligado à formação de sintomas neuróticos. Pois, na medida que o desejo não encontra vias de realização, o sujeito erige sintomas como uma resposta, uma solução de compromisso (Freud, 1926/2014b).

Como índice desse mal-estar, podemos encontrar no contexto da pós-graduação queixas como ansiedade, pânico, falta de concentração, depressão, insônia, procrastinação e entre outras formas de sofrimento. A recorrência dessas queixas é amplamente descrita na literatura científica que aponta para altos índices de sofrimento entre estudantes de mestrado e doutorado. Essas formas de sofrimento representam grandes desafios para os psicanalistas envolvidos no atendimento de estudantes.

Diante desse cenário, nossa proposta de pesquisa voltou-se para um aspecto mais específico: as autoexigências praticadas por esses estudantes. Esse fenômeno foi abordado em sua relação com conceito psicanalítico de Ideal do Eu. Nosso objetivo foi mostrar como esse conceito pode contribuir para a compreensão das formas específicas de mal-estar vivenciado por estudantes de pós-graduação. Para isso, primeiramente percorremos a obra de Freud e Lacan, com o intuito de construir uma acepção mais ampla do conceito. Em seguida, voltamo-nos à experiência extraída da clínica com estudantes de pós-graduação.

Em nossa revisão conceitual, observamos que o Ideal do Eu surge na obra de Freud como um substituto do narcisismo primário, perdido na infância, quando o sujeito se via como seu próprio ideal (Eu ideal). Já em Lacan, ao aprofundar a distinção entre o Eu ideal e o Ideal do Eu, associa o primeiro ao registro imaginário, enquanto o segundo se relaciona ao registro simbólico. O Ideal do Eu é concebido como o lugar no Outro de onde o sujeito se enxerga sob a forma do Eu ideal, ou seja, uma forma em que o sujeito se reconhece como amável.

Tanto em Freud quanto em Lacan, a constituição do Ideal do Eu está vinculada à identificação que ocorre no complexo de Édipo. Esse complexo culmina numa exigência de renúncia aos investimentos objetivos nas figuras parentais, o que leva ao fortalecimento das identificações primárias e à estruturação do Ideal do Eu. O complexo de Édipo funciona,

portanto, como um processo estruturante que possibilita a internalização das normas morais e sociais por meio da formação do Ideal do Eu. Conseqüentemente, essa formação acarreta um aumento das exigências sobre o Eu, abrindo caminho para a formulação, em Freud, do conceito de Supereu, entendido inicialmente como uma instância que observa continuamente o Eu e o mede em relação ao seu Ideal.

Por meio da abordagem de casos clínicos, destacamos como o Ideal do Eu e o Supereu se associam à autocobrança exarcebada, bem como ao sentimento de culpa e inferioridade. À luz da discussão clínica, observamos limitações na compreensão do fenômeno da culpa e do sentimento de inferioridade exclusivamente pelo conceito de Ideal do Eu.

Entre os estudantes de pós-graduação, a pressão por produtividade e excelência pode transformar-se em uma injunção internalizada. Essa injunção, operando como Supereu, em sua face real, atua de maneira sádica exigindo sempre mais do sujeito e incitando a culpa. Assim, por vezes, o Supereu pode contrapor-se à própria função do Ideal do Eu.

Se, por um lado, o conceito de Ideal do Eu não dá conta de toda a complexidade do mal-estar dos estudantes, por outro, ele não é um conceito descartável. Argumentamos que ele exerce um papel estruturante para o sujeito e inclusive participa da constituição do desejo e na defesa contra a angústia. Contudo, ele pode apresentar-se de maneira cristalizada, o que acarretaria novos desafios para um tratamento analítico.

O fenômeno das autoexigências torna-se ainda mais significativo quando o inserimos no contexto da racionalidade neoliberal. Nesse contexto, impõe-se aos sujeitos a lógica do “empresário de si”, lógica que tem se espalhado pela sociedade de modo geral e é distintamente observável no meio acadêmico. A métrica quantitativa de produtividade, a competição desenfreada e a naturalização do esgotamento apontam para um aspecto social e político do Supereu. A internalização de imperativos de mercado converte os estudantes em agentes de sua própria exploração.

Diante dessa racionalidade neoliberal, o Ideal do Eu deixa de ser um modelo a ser alcançado e passa a representar uma exigência constante de performance, uma necessidade de avanço contínuo. Isso desloca a função do Ideal do Eu da repressão para uma função de incitação. O sujeito sob essa lógica é engendrado num regime de concorrência, que promove o individualismo e exige flexibilidade, ao mesmo tempo que fragiliza os laços sociais e os valores que sustentavam a função de Ideal do Eu na construção do desejo.

Portanto, a investigação sobre o mal-estar na pós-graduação, articulada pelo conceito psicanalítico de Ideal do Eu, revela a complexa interação entre a subjetividade e as demandas institucionais e de mercado. Seguindo a concepção de sofrimento clínico-político proposta por

Rosa (2012), é possível compreender que o sofrimento dos estudantes de mestrado e doutorado não se restringe a questões individuais, mas está profundamente imbricado nas práticas sociais e no discurso hegemônico que permeiam esses espaços. Nesse cenário, podemos delinear a atuação da psicanálise em dois âmbitos, como apresentado a seguir.

Junto ao sujeito: A psicanálise oferece uma escuta sensível aos modos singulares de se haver com o Outro. Nisso pode promover outros destinos para o Ideal do Eu e para as injunções do Supereu, que se manifestam como autocobranças excessivas e sentimentos de culpa. Ao elucidar como os Ideais são construídos a partir de identificações e pela relação transferencial, a clínica psicanalítica permite desvincular o sujeito de imperativos alienantes, abrindo espaço para que ele reconheça sua própria divisão e rearticule seu desejo diante das exigências acadêmicas. Essa intervenção não visa adaptar o sujeito aos padrões institucionais, mas criar uma brecha nos significantes que o aprisionam, promovendo uma nova posição do sujeito no campo simbólico.

Junto às instituições: Rosa (2012) destaca, como tarefa da clínica-política, a atenção às formas de alienação do sujeito pelos discursos hegemônicos, visando combater a individualização e a patologização que esses discursos produzem. Nesse sentido, nossa análise do produtivismo acadêmico mostra que a racionalidade neoliberal, ao internalizar a lógica da “forma-empresa”, naturaliza, no âmbito acadêmico, a métrica quantitativa de produtividade, a competitividade exacerbada, a precarização do trabalho e a pressão por desempenho. Nesse campo, a psicanálise também pode fomentar respostas coletivas ao mal-estar. Assim, intervenções que estimulem a solidariedade e fortaleçam os vínculos acadêmicos constituem uma aposta fundamental para fazer frente aos efeitos dessa racionalidade político-econômica.

Nesse contexto, serviços de atendimento à saúde mental de universitários, como o CASA 4, são exemplos de como a universidade pode pautar a questão do mal-estar em sua comunidade. Contudo, essa iniciativa, ainda que atualmente necessária, não deve servir para o apagamento da questão do mal-estar, reduzindo-o a um problema de ordem individual, que poderia ser resolvido no âmbito particular do consultório. A psicanálise, mais do que qualquer outra disciplina, nos ensina sobre os riscos do não-dito.

Deste modo, a clínica, inserida na universidade, ao invés de ser o ponto de final, que encerraria o mal-estar da pós-graduação, pode ser na verdade um ponto de partida para mobilizar os discursos vigentes e, portanto, abrir a questão acerca do sofrimento desses estudantes.

Por fim, sem desabonar o que foi tratado até aqui, devemos reconhecer alguns limites da presente pesquisa. Ressalte-se que nossa investigação teórica se apoiou essencialmente no

conceito de Ideal do Eu, de modo que análises adicionais poderiam ser beneficiadas ao incluir alguns aspectos que não puderam ser abordados profundamente aqui. Destaca-se que nossa pesquisa conceitual se concentrou sobretudo na primeira década do ensino de Lacan, de modo que as reflexões propostas podem servir de ponto de partida para explorar temas mais tardios da obra lacaniana, como o conceito de *mais-de-gozar* e a teoria dos discursos, que não foram diretamente abordados aqui. Nesse sentido, também é importante apontar que, ao longo do texto, dedicamo-nos com maior ênfase aos aspectos simbólicos relacionados ao Ideal do Eu. Nesse sentido, indica-se a possibilidade de que futuras pesquisas enfatizem a dimensão imaginária e o conceito de Eu ideal, o que poderia complementar a presente investigação.

Outro ponto a ser considerado diz respeito aos limites inerentes ao uso de material clínico. Embora a literatura consultada indique que há um elemento comum no sofrimento dos estudantes de pós-graduação, não se pode deixar de considerar que diferenças regionais e a variabilidade na organização do trabalho dentro das universidades — cujo funcionamento é extremamente diverso — podem afetar, de maneira significativa, as observações colhidas na clínica.

Para concluir, gostaríamos de sublinhar a relação que identificamos entre o sofrimento do sujeito na universidade e a lógica neoliberal. Embora tais vínculos entre o sofrimento e a racionalidade econômica vigente mereçam investigações mais aprofundadas, nossa análise atual revela que esse modo de governamentalidade não é mais imposta de modo coercitivo, como algo externo, mas se manifesta na própria forma pela qual nos relacionamos com nós mesmos. Diante disso, é fundamental buscarmos, como alternativa, outros caminhos para promover diferentes processos de subjetivação que ultrapassem o modelo da “*empresa de si*” (Dardot e Laval, 2016), apesar de ainda não dispormos de uma fórmula pronta ou de uma solução aplicável a todos. Acreditamos que nossa pesquisa pode ter algum valor ao evidenciar a relevância desse debate e convidar a comunidade acadêmica a refletir e aprofundar a discussão sobre o tema.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, P. DE C.; CARVALHO, J. J. DE. Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, p. 333–358, 13 jun. 2022.

ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, p. 1174–1178, dez. 2011.

ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. n. V, p. 318, 2018.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 211–239, 6 mai. 2019.

ARRETCHE, M. T. DA S. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Centro de estudos da metrópole, 2015.

BARRECHEGUREN, P. **O doutorado é prejudicial à saúde mental**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964_993420.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Civilização Brasileira, 2016.

BOSCHETTI, V. R. Plano Atcon e comissão de Meira Mattos: Construção do ideário de universidade do Pós-64. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 27, p. 221–229, 2007.

BRASIL. **Parecer CFE no 977/65, aprovado em 3 dez. 1965** C.E.Su., 3 dez. 1965. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2024

_____. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Brasília, DF: Publicado no Diário Oficial da União, 1996.

_____. **DECRETO Nº 9.235**. Brasília, DF: Publicado no Diário Oficial da União, 2017.

_____. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Histórico**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRÖCKLING, U. **The Entrepreneurial Self: Fabricating a New Type of Subject**. London: Sage, 2016.

BROWN, W. **Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

CAMPOS, S. DE. **Supereu/Uerepus: Das origens aos seus destinos**. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 2015.

CASTRO, J. C. L. DE. Sujeito neoliberal: entre performance e gozo. *Em*: PANSARELLI, D. *et al.* (Ed.). **Gênero, psicanálise, filosofia na América Latina, filosofia da libertação e pensamento descolonial**. São Paulo (SP): ANPOF, 2019. p. 119–127.

CHAUÍ, M. **Contra a universidade operacional**. *Em*: A GREVE DE 2014. , 8 ago. 2014. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chau_i.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025

_____. **Escritos sobre a universidade**. 1a. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2001.

CORBUCCI, P. R. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro, Brasília: Ipea, 2014.

CORRÊA, R. P.; CASTRO, H. C.; FERREIRA, R. R.; ARAÚJO-JORGE, T.; STEPHENS, P. R. S. The perceptions of Brazilian postgraduate students about the impact of COVID-19 on their well-being and academic performance. **International Journal of Educational Research Open**, v. 3, p. 100185, 1 jan. 2022.

COSSI, R. K. Luce Irigaray e a Psicanálise: uma crítica feminista. **Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 319–337, dez. 2019.

COSTA, E. G. DA; NEBEL, L. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 50, p. 1–19, 30 ago. 2018.

D'AGORD, M. R. DE L. As estruturas do discurso: o uso do esquema L em psicopatologia. **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online**, v. 6, n. 1, p. 87–100, mai. 2009.

DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: O inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, C. I. L.; ZANETTI, C. E. Construção e formalização de casos clínicos. *Em*: DUNKER, C. I. L.; RAMIREZ, H.; ASSADI, T. (Eds.). . **A construção de casos clínicos em psicanálise: método clínico e formalização discursiva**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 23–45.

DUTRA, F.; COLARES, K.; MEZZA, M. **Lacan: a revolução negada**. Curitiba: CRV, 2021.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2010.

EVANS, T. M.; BIRA, L.; GASTELUM, J. B.; WEISS, L. T.; VANDERFORD, N. L. Evidence for a mental health crisis in graduate education. **Nature Biotechnology**, v. 36, n. 3, p. 282–284, mar. 2018.

FARIA, J. H. **Poder, controle e gestão**. Juruá, 2017.

FERREIRA, C. G. CAPES: Um estudo sobre o produtivismo acadêmico e os saberes “hegemônicos”. **Revista Valore**, v. 8, p. 9–29, 11 ago. 2023.

FIGUEIREDO, A. C. **Vastas confusões e atendimentos imperfeitos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

FILHO, N. DE A. Universidade Nova no Brasil. *Em*: SANTOS, B. DE S.; FILHO, N. DE A. (Eds.). . **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008. .

FINK, B. **O Sujeito Lacaniano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1998.

_____. **Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem lacaniana para praticantes**. São Paulo: Blucher; Karnac, 2017.

FONTELES, C. S. L.; COUTINHO, D. M. B. Psicanálise e universidade: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 50, n. 4, p. 175–188, dez. 2016.

FRANÇA, C. P. Vinhetas e históricos clínicos na pesquisa psicanalítica: finalidades e impasses. *Em*: PINHEIRO, N. N. B.; PERES, R. S.; CORDEIRO, S. N. (Eds.). . **Pesquisas acadêmicas em Psicanálise: reflexões teóricas e ilustrações práticas**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2022. p. 61–78.

FREUD, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. *Em*: **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. v. 10 p.147–162. (Trabalho original publicado em 1912)

_____. O início do tratamento. *Em*: **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. v.10 p. 163–192. (Trabalho original publicado em 1913)

_____. Novas Conferências introdutórias à psicanálise. *Em*: **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c. v.18 p. 124–354. (Trabalho original publicado em 1933)

_____. O Mal-estar na civilização. *Em*: **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010d. v.18 p. 13–123. (Trabalho original publicado em 1930)

_____. Além do princípio do prazer e outros textos. *Em*: **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010e. v.14 p.161-239 (Trabalho original publicado em 1920)

_____. Introdução ao narcisismo. *Em*: **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010f. v.12 p. 9–37. (Trabalho original publicado em 1914)

_____. Caminhos da terapia psicanalítica. *Em*: **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010g. v.14 p.279-292 (Trabalho original publicado em 1919)

_____. Luto e melancolia. *Em: Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010g. . (Trabalho original publicado em 1915)

_____. Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica. *Em: Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010h. p. 190–215. (Trabalho original publicado em 1916)

_____. “Psicanálise” e “Teoria da libido” (Dois verbetes para um dicionário de sexologia). *Em: Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. Obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a. v. 15p. 244–276. (Trabalho original publicado em 1923)

_____. Alguns complementos à interpretação dos sonhos. *Em: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. v. 16p. 288–302. (Trabalho original publicado em 1925)

_____. “Autobiografia”. *Em: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c. v. 16p. 65–150. (Trabalho original publicado em 1925)

_____. Psicologia das massas e análise do Eu (1921). *Em: Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. Obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011d. v. 15p. 244–276. (Trabalho original publicado em 1921)

_____. O Eu e o Id. *Em: Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011e. v. 16p. 13–74. (Trabalho original publicado em 1923)

_____. A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. *Em: Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a. v. 17p. 124–230. (Trabalho original publicado em 1926)

_____. Inibição, sintoma e angústia. *Em: Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b. v. 17p. 13–123. (Trabalho original publicado em 1926)

_____. Estudos sobre a Histeria. *Em: Obras completas, Volume 2: Estudos sobre a Histeria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a. (Trabalho original publicado em 1895)

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Em: Obras completas*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016b. v. 6 p.13–172. (Trabalho original publicado em 1905)

_____. Análise terminável e interminável. *Em: Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a. v. 19 (Trabalho original publicado em 1937)

_____. Manuscrito de 1931. *Em: Manuscrito inédito de 1931*. São Paulo: Blucher, 2018b. p. 29–96. (Trabalho original publicado em 1931)

GARCIA-ROZA, L. A. **O Mal Radical em Freud**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Freud e o inconsciente**. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2009. GEOCAPES; CAPES. **Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil (2022)**. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

GLATZ, E. T. M. DE M.; YAEGASHI, S. F. R.; FRANÇA, F. F.; SOUZA, S. DE; FONSECA,

A. A. R. DA; RABASSI, L. K. B. DA C. A saúde mental e o sofrimento psíquico de pós-graduandos: uma revisão de literatura em teses e dissertações. **Revista Educar Mais**, v. 6, p. 255–273, 16 mar. 2022.

GREEN, A. Introdução ao pensamento clínico. **Jornal de Psicanálise**, v. 51, n. 95, p. 319–334, 2018.

GUEDES, D. DE F. P. Uma Introdução ao Conceito de Objeto a. **Psicanálise & Barroco em Revista**, v. 8, n. 1, 2010.

HAN, B.-C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HEGENBERG, M. **Psicoterapia breve**. 3. ed. São Paulo: Casapsi, 2010.

INEP. **Censo da educação superior 2022** Brasília, DF, 10 out. 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf>

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. Volume 2: A clínica da fantasia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2010.

KOJEVE, A. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

KRUTZEN, H. **Jacques Lacan Séminaire 1952-1980 : Index référentiel**. 3. ed. Paris: Ed. Economica/Anthropos, 2009.

LACAN, J. **O seminário – Livro 3: As psicoses**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1985a. (Seminário realizado em 1955-1956)

_____. **O Seminário – Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1985b. (Seminário realizado em 1963-1964)

_____. **O seminário – Livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1986. (Seminário realizado em 1953-1954)

_____. **O Seminário – Livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1992. (Seminário realizado em 1969-1970)

_____. **O Seminário – Livro 2: Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1995. (Seminário realizado em 1954-1955)

_____. Função e campo da fala e da linguagem. *Em: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998a. p. 238–325. (Trabalho original publicado em 1953)

_____. A significação do falo. *Em: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 692–703. (Trabalho original publicado em 1958)

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *Em: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1998c. p. 807–842. (Trabalho original publicado em

1960)

_____. O estádio do espelho como formador da função do eu. *Em: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998d. . (Trabalho original publicado em 1949)

_____. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade. *Em: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998e. p. 653–691. (Trabalho original publicado em 1960)

_____. Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval. *Em: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1998f. p. 843–864. (Trabalho original publicado em 1964)

_____. **O seminário – Livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed, 1999. (Seminário realizado em 1957-1958)

_____. **O Seminário – Livro 10: A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2005. (Seminário realizado em 1962-1963)

_____. Lugar, origem e fim do meu ensino. *Em: Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2006. p. 9–66. (Trabalho original publicado em 1967)

_____. **O Seminário – Livro 8: A Transferência**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010. (Seminário realizado em 1960-1961)

LAURENT, É. **A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

LÉGER, S. Que outro é esse então, ao qual sou mais apegado do que a mim mesmo? *Em: MILLER, G. (Ed.). Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1989.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. DE; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LIMA, V. D. D.; COSTA, A. G. M.; VASCONCELOS, M. L. L. D.; LOURENÇO, L. M. Saúde mental no ensino superior: Revisão de literatura. **Interação em Psicologia**, v. 26, n. 3, 14 abr. 2023.

LIMA, V. M. Lacan, as normas de parentesco e a castração masculina. **Tempo psicanalítico**, v. 52, n. 2, p. 6–27, dez. 2020.

LUSTOZA, R. Z. A angústia como sinal do desejo do Outro. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 6, n. 1, p. 44–66, mar. 2006.

MARTINS, A. G. **Para além dos ideais: um percurso pelos modelos, esquemas e grafos de Jacques Lacan**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 29 jul. 2022.

MEC, M. DA E. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/arquivos/balanco_social_sesu_2003_2014.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

_____. **Doutorado profissional – Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/doutorado-profissional>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MEZAN, R. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Pesquisa em psicanálise: Algumas reflexões. **Jornal de Psicanálise**, v. 39, n. 70, p. 227–241, 2006.

MILLER, J.-A. **Matemas I**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1996.

_____. **Lacan Elucidado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Efeitos terapêuticos rápidos em psicanálise**. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise - Scriptum Livros, 2008.

_____. **Perspectivas dos “Escritos” e “Outros escritos” de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2011.

MINAYO, C. DE S. O desafio da pesquisa social. *Em*: MINAYO, C. DE S. (Ed.). . **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. .

MOURA, F. L. M.; LIMA, C. H. D. Racionalidade neoliberal e “pathos” da melancolização: uma sinfonia melancólica do empreendedor de si. **Quaderns de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. e2036, 20 dez. 2024.

MOURA, M. **Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil***Ciência na Rua*, 11 abr. 2019. Disponível em: <<https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em: 17 jun. 2023

NASCIMENTO, M. B. Alienação, separação e travessia da fantasia. **Opção Lacaniana online nova série**, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2010.

NEVES, A. *et al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. *Em*: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N. DA; DUNKER, C. (Eds.). . **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica 2021. .

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. *Em*: SOARES, M. S. A. (Ed.). . **A educação superior no Brasil**. Biblioteca Anísio Teixeira. Porto Alegre: IESALC – Unesco – Caracas, 2002. .

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: Uma visão abrangente. *Em*: DWYER, T.; ZEN, E. L.; WELLER, W.; SHUGUANG, J.; KAIYUAN, G. (Eds.). . **Jovens Universitários em um Mundo em Transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília, Pequim: Ipea, SSAP, 2016. p. 95–124.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira. *Em*: **Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade**

Federal da Fronteira Sul. Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 13–39.

NOFAL, S. The historical roots of neoliberalism: origin and meaning. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, p. 576–591, 7 ago. 2023.

PAULA, C. H. DE; ALMEIDA, F. M. DE. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, p. 1054–1075, 8 maio 2020.

PEIXOTO, M. T.; SOARES, T. C. M.; BEZERRA, S. T. F. A produção acadêmica suscita adoecimento? Revisão sistemática integrativa sobre a saúde discente na pós-graduação stricto sensu. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 18, n. 39, p. 1–17, 19 dez. 2022.

PENA, B. F.; SALGADO, S. M. DA S.; FIGUEIREDO, B. C. S. M.; RODRIGUES, L. C.; ROCHA, A. M. C. DA. Das flores à angústia: o esquema óptico de Bouasse, por Lacan. **Estudos de Psicanálise**, n. 51, p. 149–155, jun. 2019.

PONTES, S. A. Mal estar na universidade: um dialogo sobre o neoliberalismo. *Em*: BRUNHARI, M. V.; MORETTO, M. L. T.; PEREZ, G. H.; VASCONCELLOS, S. C. (Eds.). **Diversidade e mal-estar na saúde: modos de cuidar**. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2021. p. 195–200.

_____. **Um Psicanalista na pólis**. *Em*: SEMINÁRIO DAS FORMAÇÕES CLÍNICAS DO FÓRUM DO CAMPO LACANIANO SALVADOR,. Salvador, 2020.

Disponível em:

<https://www.academia.edu/43314823/AIRES2020_Um_psicanalista_na_p%C3%B3lis>.

Acesso em: 23 fev. 2024

QUINET, A. **A Descoberta do Inconsciente: Do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

_____. **As 4+1 Condições da Análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2009.

_____. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012.

RABELAIS, G. W. **A devastação na relação mãe e filha como efeito do gozo feminino**. Rio de Janeiro, Brazil: PUC-RIO, 2 mar. 2012.

RAGNINI, E. C. S. **Saúde Mental no trabalho – Sujeito, sintoma e clínica: Por uma incidência do discurso psicanalítico no campo da saúde do trabalhador**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2014.

RAGNINI, E. C. S.; DARRIBA, V. A. O campo da saúde do trabalhador sob o crivo do mal-estar como fundamento ético. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 707–724, 2017.

REIS, T. S. D. DOS; RAGNINI, E. C. S.; BOEHS, S. DE T. M. Sofrimento psíquico e uso de psicofármacos entre estudantes de Pós-Graduação. **Revista do NUFEN**, v. 13, n. 2, p. 45–56, ago. 2021.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Psicanálise, instituição e laço social: o grupo como dispositivo. **Psicologia USP**, v. 23, p. 343–366, jun. 2012.

ROSA, M. D. Psicanálise na universidade: Considerações sobre o ensino de psicanálise nos cursos de psicologia. **Psicologia USP**, v. 12, p. 189–199, 2001.

_____. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, 2012.

_____. **A Clínica Psicanalítica em Face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento**. São Paulo: Editora Escuta; Fapesp, 2016.

_____. Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1–10, 21 nov. 2022.

ROSA, P. F. **Reajuste nas bolsas de pós-graduação e novas normas garantem permanência de pesquisadores**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/01/reajuste-nas-bolsas-de-pos-graduacao-e-n-ovas-normas-garantem-permanencia-de-pesquisadores.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

ROUDINESCO, É.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1998.

RUBIN-KAHANA, D. S.; RUBIN-KAHANA, Z.; KUPERBERG, M.; STRYJER, R.; YODASHKIN-PORAT, D. Cognitive enhancement drug use among resident physicians: Prevalence and motivations for use – results from a survey. **Journal of Addictive Diseases**, v. 38, n. 3, p. 250–256, 2020.

SAFATLE, V. **Lacan**. São Paulo: PubliFolha, 2007.

_____. **O dever e seus impasses**. São Carlos, SP: Martins Fontes, 2013.

_____. **O circuito dos afetos. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. **Lacan: psicanálise, ontologia e política**. Curso apresentado em Curso ministrado no Segundo Semestre de 2017. São Paulo, SP, 2017.

SAFOUAN, M. **Lacaniana I – Os seminários de Jacques Lacan 1953-1963**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

SAUSSURE, F. DE. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SILVA, K. C. B. DA. Psicanálise e educação na universidade: considerações sobre os efeitos do discurso capitalista neoliberal. *Em*: GURSKI, R.; LIMA, N. L. DE (Eds.). **Psicanálise, educação e política na universidade e na cidade**. 1. ed. São Paulo: Benjamin Editorial, 2023. p. 27–38.

SILVA, N. R. DA. **Racismo Institucional e Vivência Universitária: reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública**. Vitória

da Conquista: UFBA, 2022.

SILVA, R. **Terceirização e precarização : o caso da Universidade Federal de Uberlândia no período 2000-2014**. Universidade Federal de Uberlândia, 30 set. 2015.

SILVA JUNIOR, N., NEVES, A., ISMERIM, A., COSTA, F., SANTOS, L., SENHORINI, M., BEER, P., BAZZO, R., AMBRA, P., COELHO, S., & CARNIZELO, V. A Psiquiatria sob o Neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. Em SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; & DUNKER, C. (Orgs.) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. (pp. 117-167). Autêntica, 2021

SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

SOUZA, L. C. R. DE. **A pós-graduação stricto sensu e as suas possíveis influências na formação de novos pesquisadores**. Belém-PA: UFPA, 2022.

SOUZA, O. Reflexões sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. *Em*: ARAGÃO, L. T.; SOUZA, O.; CALLIGARIS, C.; COSTA, J. F. (Eds.). **Clinica Do Social: Ensaios**. São Paulo: Escuta, 1991. p. 76–92.

TSATSAKIS, A. M.; VASSILOPOULOU, L.; KOVATSI, L.; TSITSIMPIKOU, C.; KARAMANOU, M.; LEON, G.; LIESIVUORI, J.; HAYES, A. W.; SPANDIDOS, D. A. The dose response principle from philosophy to modern toxicology: The impact of ancient philosophy and medicine in modern toxicology science. *Toxicology Reports*, v. 5, p. 1107–1113, 6 out. 2018.

VERAS, M.; MONTEIRO, L. F.; HENRIQUES, R. P. (EDS.). **Escutas do indizível: a urgência subjetiva dos universitários**. Salvador, BA: Edufba, 2024.

VIGINHESKI, L. V. M.; PILATTI, L. A.; SILVA, S. DE C. R. DA. A expansão do mestrado profissional no Brasil: Contribuições para o ensino. **Enseñanza de las ciencias**, p. 425–430, 2017.

ZIZEK, S. **Eles não sabem o que fazem – O sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1992.